

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília-DF, 2016

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 146/2015, da Portaria TCU 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU 500/2016.

DIRETORIA DE CONTROLADORIA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLES
INTERNS

Brasília-DF, 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AG:	Avaliação Geral
ANBIMA:	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BB:	Banco do Brasil S.A.
BSC:	<i>Balanced Scorecard</i>
CAIXA:	Caixa Econômica Federal
CCSS:	Comissão para Coleta Seletiva Solidária
CFC:	Conselho Federal de Contabilidade
CGTI:	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU:	Controladoria Geral da União
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ:	Conselho Nacional de Justiça
COFINS:	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
COSO:	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
CPC:	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPCT:	Central Privada de Comunicação Telefônica
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários
CVS:	Compensação das Variações Salariais – Título Público emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional em decorrência da novação de dívidas do FCVS, pela União
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFI:	Danos Físicos do Imóvel
FAHBRE:	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda
FCVS:	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDC:	Fundação Dom Cabral
FDS:	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPE:	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS:	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPCA-E:	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IRPJ:	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto de Renda Retido na Fonte
JCP:	Juros sobre Capital Próprio
LAI:	Lei de Acesso à Informação
LTN:	Letras do Tesouro Nacional
NTN:	Notas do Tesouro Nacional
PAEX:	Programa Parceiros para a Excelência da Fundação Dom Cabral
PAINT:	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PASEP:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PETI:	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PDC:	Programa de Desenvolvimento de Competências
PDD:	Programa de Desenvolvimento de Dirigentes
PDG:	Programa de Dispendios Globais
PDTI:	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PF	Pessoa Física
PIS:	Programa de Integração Social

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

PJ	Pessoa Jurídica
PLR:	Programa de Participação nos Lucros e Resultados
PLS:	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PPA:	Plano Plurianual
PQVT:	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT:	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RCV:	Relação de Contratos Validados
RFB:	Receita Federal do Brasil
SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFC:	Secretaria Federal de Controle Interno
SFH:	Sistema Financeiro da Habitação
SH:	Sistema Hipotecário
SIC:	Serviço de Informação ao Cidadão
SIFOB:	Sistema de Formatação de Base de Dados
SIOP:	Acompanhamento da Execução das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SISANE	Sistema de Apoio à Negociação
SISCAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SISCOR	Sistema de Controle Orçamentário
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU:	Tribunal de Contas da União
TI:	Tecnologia da Informação
TR:	Taxa Referencial de Juros
TRF:	Tribunais Federais Regionais
VTR	Valor para Transferência ou Reestruturação da Dívida
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTAS DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 - Identificação da Unidade	11
Quadro 2 - Informações sobre as Áreas Estratégicas	13
Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos	14
Quadro 4 - Mapa Estratégico da EMGEA – 2015	18
Quadro 5 - Programa de Dispendios Globais - Fluxo Econômico - Realizado – 2015.....	20
Quadro 6 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2015”	21
Quadro 7 – Situação dos Créditos Homologados - 2015	34
Quadro 8 - Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	46
Quadro 9 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2015	52
Quadro 10 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2015.....	53
Quadro 11 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração	53
Quadro 12 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal	53
Quadro 13 - Síntese da Remuneração Paga aos Administradores – Diretoria Executiva	54
Quadro 14 - Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2015.....	61
Quadro 15 - Força de Trabalho da EMGEA – 2015	105
Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	106
Quadro 17 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade.....	106
Quadro 18 - Custos do Pessoal.....	107
Quadro 19 - Custos com Pessoal - 2015, 2014 e 2013.....	107
Quadro 20 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2015, 2014 e 2013.....	108
Quadro 21 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2015, 2014 e 2013	108
Quadro 22 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado – 2015	108
Quadro 23 - Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados – 2015, 2014 e 2013.....	108
Quadro 24 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	109
Quadro 25 - Principais sistemas de informação	111
Quadro 26 - Percentual de Ações do PDTI	114
Quadro 27 - Ações do PDTI.....	114
Quadro 28 - Aspectos da Gestão Ambiental	116
Quadro 29 - Conformidade do Cronograma de Desembolsos – 2015	119
Quadro 30 - Rol de Responsáveis	122

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2015 por Região Geográfica	28
Gráfico 2 - Fluxo de Caixa – 2015 – Participação dos ingressos por tipo	59
Gráfico 3 - Fluxo de Caixa 2015 - Composição das Saídas.....	60
Gráfico 4 - Fluxo de Caixa – 2015	60
Gráfico 5 - Saldo das Aplicações Financeiras - 2014 e 2015.....	61

FIGURAS

Figura 1 - Sistema de Governança Corporativa da EMGEA	44
---	----

LISTAS DE ANEXOS E APÊNDICES

9.1.	Rol de Responsáveis da EMGEA.....	122
9.2.	Parecer da Unidade de Auditoria Interna	125
9.3.	Parecer do Colegiado.....	132
9.4.	Relatório de auditor independente.....	134
9.5.	Declarações de Integridade.....	136

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	11
1.1. Finalidade e Competências	11
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	11
1.3. Breve histórico da Entidade	11
1.4. Ambiente de atuação	12
1.5. Organograma.....	12
1.6. Macroprocessos Finalísticos	13
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
2.1. Planejamento Organizacional	17
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	18
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	19
2.3. Desempenho orçamentário.....	19
2.3.1. Programa Temático - PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio	21
2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	22
2.4.1. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Superar a necessidade financeira”	22
2.4.1.1. Resultado Financeiro Global.....	22
2.4.1.2. Resultado Financeiro Estrutural.....	22
2.4.1.3. Realização dos Desembolsos	23
2.4.1.4. Realização das Arrecadações	26
2.4.1.5. Arrecadação sobre o Ativo Operacional	34
2.4.2. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Superar as metas fiscais”	35
2.4.2.1. Resultado Primário.....	35
2.4.2.2. Realização de Receitas	35
2.4.2.3. Realização de Despesas	36
2.4.2.4. Arrecadação Pessoa Física – atraso maior que 360 dias	36
2.4.2.5. Arrecadação Pessoa Jurídica – atraso maior que 360 dias.....	37
2.4.2.6. Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	38
2.4.3. Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Divulgar e consolidar a imagem da Empresa”	38
2.4.3.1. Eventos Institucionais Cobertos.....	38
2.4.3.2. Eventos patrocinados	39
2.4.3.3. Desenvolvimento de comunicação no Portal EMGEA.....	39
2.4.3.4. Matérias jornalísticas disponibilizadas	39
2.4.3.5. Desenvolvimento de scripts de comunicação com os novos públicos.....	40
2.4.4. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais”	40
2.4.4.1. Execução do projeto – Gestão dos Custos Operacionais	40
2.4.5. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos”.....	40
2.4.5.1. Execução do projeto – Modelo de negócio dos novos créditos	40
2.4.6. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Aumentar a efetividade operacional”	41
2.4.6.1. Execução do projeto – Efetividade Operacional.....	41
2.4.7. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Aprimorar a gestão de informações jurídico-processuais”	41
2.4.7.1. Identificação dos principais processos para avaliação jurídica.....	41
2.4.7.2. Estratégias dos principais processos SUPEJ	41
2.4.8. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Otimizar o processo de logística”	42

SUMÁRIO

2.4.8.1.	Negociação de valores de novos contratos	42
2.4.8.2.	Licitações concluídas.....	42
2.4.9.	Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolver competências estratégicas”	42
2.4.9.1.	Competências estratégicas desenvolvidas	42
2.4.9.2.	Colaboradores capacitados para o exercício de suas atribuições	43
2.4.10.	Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”	43
2.4.10.1.	Projetos e ações cumpridas.....	43
2.4.10.2.	Nível de Satisfação – PQVT.....	43
3.	GOVERNANÇA	44
3.1.	Descrição das estruturas de governança	44
3.2.	Informações sobre os dirigentes e colegiados	46
3.3.	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	49
3.4.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	50
3.5.	Gestão de riscos e controles internos.....	50
3.6.	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	51
3.7.	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	54
3.8.	Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade	55
3.9.	Participação acionária de membros de colegiados da entidade	56
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	57
4.1.	Canais de Acesso do Cidadão.....	57
4.2.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	58
4.3.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	58
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	59
5.1.	Desempenho financeiro do exercício	59
5.1.1.	Fluxo de Caixa.....	59
5.1.2.	Aplicações Financeiras	61
5.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	61
5.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	61
5.4.	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	63
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	105
6.1.	Gestão de Pessoas.....	105
6.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	105
6.1.1.1.	Qualificação e capacitação da força de trabalho	106
6.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	107
6.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	108
6.1.4.	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	108
6.2.	Gestão do patrimônio e infraestrutura	110
6.2.1.	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	110
6.3.	Gestão da Tecnologia da Informação	110
6.3.1.	Principais sistemas de informações	110
6.3.2.	Informações sobre Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.....	114
6.4.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	115
6.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	115
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE....	117
7.1.	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão TCU.....	117
7.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	117
7.3.	Medidas Administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	118

SUMÁRIO

7.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	119
8.	ANEXOS E APÊNDICES	121
9.	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	122
9.1.	Rol de Responsáveis da EMGEA	122
9.2.	Parecer da Unidade de Auditoria Interna.....	125
9.3.	Parecer do Colegiado	132
9.4.	Relatório de auditor independente	134
9.5.	Declarações de Integridade	136

APRESENTAÇÃO

A EMGEA, ao completar 14 anos de existência, em meio a um cenário macroeconômico desafiador, registrou um lucro líquido de R\$ 243,9 milhões, mantendo a mesma trajetória dos últimos exercícios, o que permite remunerar o acionista controlador (União) em valores da ordem de R\$ 244,4 milhões relativamente aos resultados obtidos entre 2013 e 2015.

Contribuíram, primordialmente, para obtenção do resultado neste exercício:

- Renegociação das condições de financiamento da dívida da EMGEA junto ao FGTS, cujo contrato foi formalizado em 30.12.2014;
- Arrecadação de aproximadamente R\$ 1 bilhão, com a liquidação de contratos habitacionais e comerciais, e com a venda de imóveis não de uso; e
- Realização de créditos junto ao FCVS com ingresso de recursos da ordem de R\$ 0,7 bilhão.

A empresa desempenha plenamente seu papel de promover o adimplemento e liquidação de contratos. Como resultado da liquidação ou equalização desses contratos, que traz benefícios imediatos e concretos a milhares de famílias brasileiras, a EMGEA já fez retornar R\$ 41,42 bilhões ao FGTS, possibilitando novos investimentos sociais a partir desses recursos.

O ano de 2015 revelou-se como um período de transição, no qual a Administração buscou o redirecionamento estratégico, com vistas a possibilitar a adaptação da EMGEA à nova conjuntura econômica, centrada, em especial, na dimensão econômico-financeira.

Os esforços da organização concentraram-se na busca de uma solução definitiva para seu déficit financeiro estrutural, decorrente do descasamento das receitas econômicas do ativo e dos encargos financeiros do passivo.

Os resultados alcançados encontram-se consolidados neste Relatório de Gestão do Exercício de 2015, que foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Quadro 1 - Identificação da Unidade

Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa: Empresa Gestora de Ativos			
Denominação Abreviada: EMGEA			
Código SIORG: 55962	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: UPC 179102
Natureza Jurídica: Empresa Pública			CNPJ: 04.527.335/0001-13
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214-4909	(61) 3214-4910	(61) 3214-4900
Endereço Eletrônico: emgea@emgea.gov.br			
Página na Internet: http://www.emgea.gov.br			
Endereço Postal: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja – Edifício São Marcus – CEP 70070-902 - Brasília – DF			

1.1. Finalidade e Competências

A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Com a missão de “Gerir ativos por meio de soluções inovadoras”, a EMGEA tem implantado medidas negociais para incentivar a liquidação e a reestruturação das dívidas de sua carteira de crédito, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também o ingresso de recursos.

Sua visão é “Ser a melhor gestora de ativos do Brasil”.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A EMGEA foi criada pelo Decreto nº 3.848/2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155/2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3/2001, e rege-se pelo seu Estatuto Social, na forma do Anexo ao Decreto nº 8.590/2015, e pelo seu Regimento Interno.

1.3. Breve histórico da Entidade

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH e do SH. Em 2014, realizou permuta de ativos com a CAIXA que resultou no ingresso de 2.121.683 contratos de operações de crédito perante pessoas físicas, sendo 2.106.469 da carteira comercial e 15.214 da carteira imobiliária.

Assim, em decorrência dessas operações, a Empresa detém créditos junto a pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado.

A EMGEA detém, ainda, imóveis não de uso, decorrentes de realização das garantias dos créditos imobiliários, e créditos perante o FCVS, decorrentes de contratos de financiamento habitacional firmados com pessoas físicas, que contam com a cobertura dos saldos devedores pelo

Fundo, nas hipóteses regulamentadas. A gestão desses créditos visa possibilitar a novação de créditos junto ao FCVS ou a sua utilização como ativos negociáveis.

Em seus 14 anos de existência, tornou-se referência na gestão de ativos públicos de difícil recuperação, sendo detentora de resultados sólidos que propiciam remuneração a seu acionista e contribuindo para a obtenção de superávit primário pelo governo brasileiro.

1.4. Ambiente de atuação

Em seu contexto, a EMGEA é a única empresa pública federal constituída com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal.

A EMGEA tem sede e foro em Brasília-DF, porém atua em todo o território nacional, por intermédio do contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA para operacionalização nos estados de origem dos contratos habitacionais e comerciais, e das medidas negociais aprovadas para a solução desses créditos.

1.5. Organograma

Em consonância com o seu Regimento Interno de 10.3.2015, a estrutura organizacional da EMGEA é constituída por:

- a) Conselho de Administração – COSAD:
 - i. Auditoria Interna – AUDIT.
- b) Conselho Fiscal – COFIS;
- c) Presidência – PRESI:
 - i. Gabinete da Presidência – GABIN;
 - ii. Consultoria Jurídica – COJUR:
 - Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD;
 - Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE;
 - Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT.
 - iii. Assessoria Especial da Presidência – ASSES;
 - iv. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.
- d) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF:
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF:
 - Gerência de Administração de Recursos – GEARE;
 - Gerência de Obrigações Pecuniárias – GEROP;
 - Gerência de Portfólio – GEPOR;
 - Gerência de Controle e Conformidade – GECOT;
 - Gerência de Suporte a Canais – GESUC.
- e) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ:
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ:
 - Gerência de Controle Operacional - GECOP;
 - Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT;
 - Gerência de Informações para o Negócio – GEINF.
 - ii. Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF:
 - Gerência de Realização de Créditos FCVS – GEREF;
 - Gerência de Operações com o Setor Público e com Liquidandas e Repassadoras – GESEP.
- f) Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG:

- i. Superintendência Financeira – SUFIN:
 - Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF.
- ii. Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL:
 - Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC;
 - Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES.
- iii. Superintendência de Tecnologia – SUTEC:
 - Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES;
 - Gerência de Redes e Suporte – GERED.
- g) Diretoria de Controladoria – DICON:
 - i. Superintendência de Controles Internos – SUCOI:
 - Gerência de Conformidade – GECOF;
 - Gerência de Riscos Corporativos – GERIS.
 - ii. Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR:
 - Gerência de Contabilidade – GECON;
 - Gerência de Tributos – GETRI.

Ressalte-se que a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal está disciplinada no Estatuto Social da empresa; a Auditoria Interna vincula-se e subordina-se administrativamente ao Conselho de Administração; o Diretor-Presidente e os Diretores da EMGEA compõem a Diretoria Executiva, conforme dispõe o Estatuto Social da empresa; e as unidades que constituem a Presidência – GABIN, COJUR, ASSES e ASCOM – vinculam-se e subordinam-se administrativamente ao Diretor-Presidente.

As informações referentes às competências das áreas estratégicas estão registradas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Informações sobre as Áreas Estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas	Gerir e recuperar créditos perante pessoas físicas	Eugen Smarandescu Filho	Diretor	1º.1.2015 a 31.12.2015
Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas	Gerir e recuperar créditos perante pessoas jurídicas	Eduardo Pereira	Diretor	1º.1.2015 a 3.4.2015
Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas	Gerir e recuperar créditos perante pessoas jurídicas	Eugen Smarandescu Filho	Diretor Substituto	4.4.2015 a 31.12.2015
Diretoria de Pessoas e Logística	Gerir pessoas, os recursos logísticos, de tecnologia da informação e o fluxo de caixa	Euclides Renato Deponti	Diretor	1º.1.2015 a 31.12.2015
Diretoria de Controladoria	Coordenar as atividades de controles internos, registro contábil, tributação e orçamento	Antonio Luiz Bronzeado	Diretor	1º.1.2015 a 31.12.2015

Fonte: Superintendência de Controles Internos

1.6. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da EMGEA estão englobados na categoria “Desenvolver e gerir produtos e serviços”, que correspondem aos processos centrais da EMGEA, ou seja, os grupos de processos da cadeia produtiva da Empresa, desde a aquisição de ativos até sua recuperação, quais sejam:

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolver e gerir produtos e serviços	Refere-se a toda a cadeia produtiva da Empresa, desde a aquisição de ativos até sua recuperação. Está encarregado por: i) criar as soluções financeiras para a recuperação dos ativos da EMGEA; ii) orientar a distribuição dos produtos, criando regras de medição; e iii) avaliar, por meio de relatórios e medições contratadas, a efetividade das políticas de recuperação de crédito.	Crédito imobiliário perante pessoas físicas	Pessoas físicas devedoras de financiamentos habitacionais	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
		Créditos comerciais perante pessoas físicas	Pessoas físicas devedoras de financiamentos comerciais	
		Imóveis não de uso	Interessados em aquisição de imóveis	
		Crédito imobiliário perante pessoas jurídicas de direito privado	Pessoas jurídicas do setor privado devedoras de financiamentos habitacionais	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas
		Crédito imobiliário perante pessoas jurídicas de direito público	Pessoas jurídicas do setor público devedoras de financiamentos habitacionais; liquidandas e repassadoras	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Crédito imobiliário perante o FCVS	Administradora do FCVS			
Desenvolver visão e estratégia	Envolve a definição do conceito, a visão de longo prazo, e o desenvolvimento e a gestão das iniciativas estratégicas do negócio. Está encarregado por: i) construir o planejamento estratégico; ii) desenvolver e definir as estratégias a serem adotadas no ciclo; e iii) apurar os resultados alcançados pelas estratégias traçadas no planejamento cíclico.	Planejamento Estratégico	Internos	Assessoria Especial da Presidência

O objetivo geral dos macroprocessos que envolvem o produto de créditos habitacionais e comerciais é desenvolver soluções e implementar medidas que resultem na retomada do fluxo financeiro e na melhoria da rentabilidade das carteiras de crédito.

Para os créditos habitacionais perante pessoas físicas, como estratégia para eliminar o desequilíbrio financeiro e combater a inadimplência, a EMGEA adota medidas negociais que incentivam a liquidação ou a reestruturação de dívidas. Essas medidas são implementadas tanto na esfera administrativa como na judicial, contribuindo com o ingresso de recursos à vista ou a retomada do fluxo de pagamento dos contratos.

- As ações pautam-se pelo acompanhamento e controle das medidas negociais adotadas anteriormente, bem como pela otimização e ajuste das medidas de

incentivo à liquidação e à reestruturação dos contratos, de sorte a incrementar o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos.

Com relação aos créditos comerciais perante pessoas físicas, cabe destacar que em 30 de setembro de 2014 a EMGEA adquiriu, por cessão onerosa com a CAIXA, nova carteira de créditos imobiliários e comerciais, tendo como contrapartida a transferência de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, de propriedade da EMGEA, os quais são oriundos de contratos de operações de crédito com pessoas físicas com cobertura do referido fundo, que foi criado para garantir o limite de prazo para amortização dos financiamentos habitacionais contraídos pelos mutuários no SFH por meio da liquidação de eventuais saldos devedores residuais.

- Durante o processo de internalização desses créditos, a EMGEA contratou a CAIXA, em 30.9.2014, em caráter provisório, mediante Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2011, de 27.12.2011. Esse Termo prevê que seja dado o mesmo tratamento realizado aos créditos próprios daquela Instituição, compreendendo a administração, contabilização e serviços jurídicos, salvo nos casos em que a EMGEA realize orientação específica.
- A prestação de serviços relacionados a esses créditos será realizada pela CAIXA pelo tempo necessário até que a EMGEA consolide o processo licitatório para contratação de novo prestador, convencionando-se no Termo de Aditamento a possibilidade de rescisão unilateral total ou parcial do contrato, permitindo a transferência das atribuições para outro administrador indicado ou aprovado pela EMGEA, bem como a remuneração mensal de desempenho de 10%, apurada sobre a arrecadação dos contratos.

Os créditos habitacionais perante pessoas jurídicas de direito privado são originários de operações de crédito imobiliário para incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por construtoras e cooperativas, além de financiamentos para aquisição de imóveis comerciais, tendo como garantias os imóveis vinculados a essas operações.

- Nos últimos anos, a nova sistemática de controle de garantias de modo online, por meio de uma solução automatizada e compartilhada com as unidades da CAIXA, responsáveis pela atualização dessas informações, resultou em significativa melhoria no processo. A tempestividade e confiabilidade dessas informações são fatores fundamentais para um adequado embasamento à tomada de decisão da Administração da Empresa.

Os créditos habitacionais perante pessoas jurídicas de direito público são representados por operações imobiliárias e de financiamento junto a entes da Federação, formalizadas no âmbito de programas públicos federais para recuperação de instituições financeiras e desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

Já o produto “imóveis não de uso” é constituído de imóveis oriundos de adjudicações e arrematações no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial ou de recebimentos em dação em pagamento. O objetivo é realizar a alienação desses imóveis, que representam um importante meio de recuperação do crédito.

- Considerando que a incorporação desses ativos, por vezes, ocorre acompanhada de obrigações que se vinculam à propriedade imobiliária e oneram a Empresa, e que parte dos imóveis é objeto de pendências que inibem ou até impedem sua venda, coube à EMGEA adotar política de concessão de descontos, com vistas a acelerar a venda desses imóveis.

Finalmente, para o produto “créditos perante o FCVS”, o objetivo é possibilitar: i) a novação, com a União, dos créditos perante o Fundo, mediante a emissão, pelo Tesouro Nacional, de títulos CVS em nome da Empresa; ou ii) a utilização desses créditos como ativos negociáveis.

- É parte do plano de realização de créditos perante o FCVS o estabelecimento de metas operacionais de melhoria desses créditos com base nos estoques existentes no final do ano anterior, as quais, depois de estabelecidas, são objeto de acompanhamento e de apuração de resultados.
- No início de 2015 foram estabelecidas metas de habilitar créditos junto ao FCVS, de reverter negativa de cobertura procedida pelo Fundo e de validação de saldo homologado.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

Para alcance dos resultados, a EMGEA elabora anualmente seu Planejamento Estratégico, baseado nas técnicas do BSC, onde são revisitadas a Missão e Visão; diagnosticados o ambiente interno quanto suas forças e fraquezas; vislumbradas as oportunidades e ameaças do ambiente externo; e definidos os objetivos, as estratégias, as ações e as metas.

O planejamento da EMGEA procura maximizar os resultados e minimizar as deficiências, com o objetivo de proporcionar à Empresa uma situação de eficiência, eficácia e efetividade.

Ao se elaborar o planejamento, a EMGEA busca alcançar os seguintes benefícios:

- a) formalização de o que é a Empresa e aonde pretende chegar;
- b) posicionamento sobre o que deve ser feito em relação ao diagnóstico realizado;
- c) divulgação e consenso sobre as estratégias, a missão, os valores, a visão e as políticas;
- d) criação de cronograma de atividades, considerando a visão institucional na viabilidade de sua execução;
- e) lógica na execução das atividades;
- f) redução de gastos desnecessários;
- g) colaboradores desempenhando as atividades com objetivos únicos, procurando conciliar os objetivos corporativos aos pessoais; e
- h) colaboradores engajados e conseqüente clima organizacional favorável.

O ciclo do planejamento estratégico da EMGEA obedece, em linhas gerais, o seguinte modelo de processo:

- a) análise interna das forças e fraquezas da organização; análise externa das ameaças e oportunidades vislumbradas para o exercício;
- b) priorização e distribuição das escolhas estratégicas nas perspectivas “Financeira”, “Clientes e Mercado”, “Processos internos” e “Aprendizado e crescimento” (ferramenta e metodologia Business Scorecard – BSC); e
- c) elaboração dos indicadores que serão utilizados na medição da execução estratégica.

Para o exercício de 2015 o BSC da EMGEA está ilustrado no item a seguir.

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Mapa Estratégico da Empresa para 2015 contou com os seguintes objetivos e estratégias:

Quadro 4 - Mapa Estratégico da EMGEA – 2015

Perspectivas Empresariais	Objetivos Estratégicos	Estratégias
Financeira	Superar a necessidade financeira	<ul style="list-style-type: none">Arrecadar recursos no total de R\$ 1.242,54 milhõesNovar FCVS no valor de R\$ 2.009,00 milhõesEstruturar operação de equacionamento definitivo das obrigações da EMGEA junto ao FGTS
	Superar as metas fiscais	<ul style="list-style-type: none">Priorizar medidas que afetem positivamente o resultado primário
Clientes e Mercados	Divulgar e consolidar a imagem da Empresa	<ul style="list-style-type: none">Patrocinar eventos junto a públicos de interesseDivulgar características, posicionamento, números e ações da Empresa para os públicos de interesseDesenvolver e implantar modelo de contato da EMGEA com os novos públicos (novos ativos)
Processos Internos	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais	<ul style="list-style-type: none">Implementar medição de custos por processos na Empresa
	Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos	<ul style="list-style-type: none">Definir novo modelo de negócioAmpliar o modelo de negócio para gerir créditos de natureza comercialImplantar modelo de negócio
	Aumentar a efetividade operacional	<ul style="list-style-type: none">Remodelar os processos internos da Empresa
Processos Internos	Aprimorar a gestão de informações jurídico-processuais	<ul style="list-style-type: none">Aprimorar o processo sistematizado de gestão de informação jurídico- processuais
	Otimizar o processo de logística	<ul style="list-style-type: none">Estabelecer índices (%) para negociação do valor de novos contratos (dispensa e pregão)Estabelecer índices (%) para medir a efetividade das licitações
Aprendizado e Crescimento	Desenvolver competências estratégicas	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver competências com maiores lacunas identificadas no mapeamento de 2014, com conhecimento preservado na Empresa
Pessoas	Preservar o bom ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none">Implementar projetos e ações que promovam o bem estar e a saúde dos colaboradores

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

O exercício de 2015 foi marcado pela decisão estratégica de direcionar grande parte dos esforços da organização na busca de uma solução definitiva para sanar o seu déficit financeiro estrutural, resultante das obrigações junto ao FGTS em face ao decréscimo natural de suas receitas, provocado pela degradação da sua carteira de ativos.

Para enfrentar esse desafio, que foi agregado ao objetivo estratégico “Superar a necessidade financeira” na dimensão financeira do BSC, a EMGEA iniciou estudos internos para viabilizar a utilização de parte de seus ativos, constituída pelos créditos contra o FCVS, na solução de seu passivo junto àquele Fundo.

Ainda na dimensão financeira, e para atender ao objetivo estratégico “Superar as metas fiscais”, a EMGEA adotou a estratégia de atuar sobre o segmento de ativos operacionais que mais contribuem para o alcance do resultado primário estabelecido, o que resultou no atingimento da meta.

Na dimensão “Clientes e mercados”, a estratégia eleita foi a de manter seu foco no estreitamento de suas relações com outros atores da indústria da recuperação de crédito nacional, mormente, com os órgãos da Justiça Federal, onde se concentraram os mutirões de negociação.

Além de solidificar este importante relacionamento com a Justiça Federal, a EMGEA procurou estender suas relações a outros setores da indústria de créditos, agora no segmento privado, em função das características do novo produto adquirido junto à CAIXA no final do exercício de 2014, constituído pelos créditos comerciais contra pessoas físicas.

Na dimensão “Processos internos” a EMGEA priorizou, para o exercício de 2015, a criação de modelo de negócios voltado aos novos ativos adquiridos e a implantação e desenvolvimento de ferramentas voltadas ao aumento da efetividade operacional, como o da metodologia de custos por atividades, a remodelagem de processos internos e a adoção de uma nova abordagem da matriz e gestão de riscos, orientada pela arquitetura de processos da organização.

O desenvolvimento de competências para preencher as lacunas identificadas no mapeamento do exercício anterior e a preservação de um bom ambiente de trabalho foram estratégias utilizadas pela EMGEA para atender à dimensão “Aprendizado e conhecimento” de seu BSC de 2015.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O acompanhamento da execução dos objetivos estratégicos e a análise do cumprimento das estratégias e metas ocorrem por intermédio de reuniões de trabalho com a participação dos membros da Diretoria Executiva, dos Superintendentes e ocupantes dos demais cargos de mesmo nível, e dos Gerentes, ou seja, os responsáveis pelo planejamento da Empresa.

Essa atividade é realizada com periodicidade previamente definida pela Presidência, podendo ser mensal, bimestral ou trimestral.

As avaliações gerais destinam-se ao acompanhamento dos resultados dos objetivos estratégicos definidos para a Empresa, por meio dos indicadores de desempenho. Na oportunidade, cada unidade diretamente envolvida na mensuração do indicador apresenta de forma sucinta os comentários sobre o seu comportamento e os motivos do atingimento ou não das metas estabelecidas.

A cada avaliação, a Unidade de Assessoria Especial da Presidência analisa com os participantes a necessidade de ajustes ou adequações nas informações contidas no mapa estratégico formulado.

A EMGEA utiliza *software* que proporciona o gerenciamento e acompanhamento do planejamento estratégico empresarial pela Unidade de Assessoria Especial da Presidência e pelas demais unidades da Empresa.

2.3. Desempenho orçamentário

O processo orçamentário da Empresa foi realizado de forma automatizada no Sistema de Controle Orçamentário – SISCOR, implantado a partir de 2014, compreendendo a elaboração de propostas para a programação, a reprogramação e o remanejamento, bem como a execução e acompanhamento do PDG.

Com a implantação do novo sistema, foram introduzidos novos conceitos relacionados ao gerenciamento do processo, tais como: produtos de negócio, para designar os

insumos sobre os quais a EMGEA atua na criação de valor; centros de resultado; estrutura de rubricas, desdobradas em itens orçamentários, que buscam mensurar o orçamento da Empresa.

A gestão orçamentária da EMGEA foi realizada por meio da execução do PDG 2015, aprovado pelo Decreto nº 8.383, de 29.12.2014.

No decorrer de 2015, foi efetuada a reprogramação do PDG, visando à melhor adequação do orçamento frente a eventos não previstos quando da programação original. A referida reprogramação foi aprovada pelo Decreto nº 8.631, de 30.12.2015.

O resumo da execução orçamentária da EMGEA e a composição dos Ingressos (Receitas) e Saídas (Despesas) constam do quadro a seguir:

Quadro 5 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico - Realizado – 2015

Itens	2015		% Realizado	% Realizado
	Aprovado (a)	Realizado (b)	Δ b/a-1	Vertical
RECEITAS	2.546,23	2.383,33	-6,40%	100,00%
1. CARTEIRA HABITACIONAL e OUTROS	1.984,16	1.839,18	-7,31%	77,17%
1.1 Carteira Habitacional	819,06	723,14	-11,71%	30,34%
1.2 Créditos Comercial	142,45	204,30	43,42%	8,57%
1.3 Créditos Minha Casa Melhor	286,49	280,15	-2,21%	11,75%
1.4 Créditos FCVS	668,29	498,84	-25,36%	20,93%
1.5 Créditos Tributários e Outros	67,87	132,75	95,60%	5,57%
2. ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	284,59	244,40	-14,12%	10,25%
3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,83	0,82	-1,20%	0,03%
4. RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS	110,36	116,71	5,75%	4,90%
5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - DEMAIS	166,29	182,22	9,58%	7,65%
DESPESAS	3.021,99	2.968,18	-1,78%	100,00%
1. SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	2.072,37	2.076,56	0,20%	69,96%
1.1 Amortização/Atualização (FGTS,FDS,CAIXA - Ajuste Cessão)	1.696,42	1.695,38	-0,06%	57,12%
1.2 Encargos Financeiros e Outros	375,95	381,18	1,39%	12,84%
2. INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIZADOS	1,30	0,07	-94,62%	0,00%
3. OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	365,00	308,75	-15,41%	10,40%
3.1 DIVIDENDOS (JCP)	79,42	64,52	-18,77%	2,17%
3.2 DEMAIS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	285,58	244,23	-14,48%	8,23%
3.2.1 Seguros/FCVS (adiantamentos)	66,84	69,08	3,35%	2,33%
3.2.2 Reservas de Retenção de Lucros	218,72	173,77	-20,55%	5,85%
3.2.3 Débitos perante o FCVS e Outros	0,02	1,38	6800,00%	0,05%
4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17,61	17,22	-2,20%	0,58%
5. OUTROS CUSTEIOS	565,71	565,59	-0,02%	19,05%
5.1 Serviços de Terceiros	268,11	261,45	-2,48%	8,81%
5.2 Tributos e Encargos Parafiscais	217,00	226,16	4,22%	7,62%
5.3 Outros Dispêndios Correntes	79,89	77,42	-3,09%	2,61%
5.4 Demais	0,71	0,55	-22,54%	0,02%

Obs.: Valores arredondados

Fonte: Superintendência de Contabilidade e Orçamento

Relativamente às Receitas (Fontes/Ingressos), as rubricas apresentaram realização no total de R\$ 2.383,33 milhões, 6,40% abaixo do PDG aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais relevantes foram:

- Receitas relativas aos créditos com FCVS e com a carteira habitacional, com realização de 25,36% e 11,71%, respectivamente, inferiores ao aprovado, justificadas pelo aumento de despesa com provisão para perdas com novação do FCVS e com a arrecadação dos contratos com pessoa física;
- Receitas com alienação de valores mobiliários, com realização de 14,12% abaixo do aprovado, em razão de a emissão dos títulos CVS e sua respectiva permuta com o Tesouro Nacional ter sido inferior ao previsto inicialmente, uma vez que a diferença foi recebida em espécie;
- Receitas com os juros relacionados à carteira comercial, com realização superior ao previsto para o exercício em 43,42% em função de repasse pela CAIXA de arrecadações de meses anteriores no período de outubro/2014 a setembro/2015;
- Receitas com os juros relacionados aos Créditos Tributários, superiores ao previsto para o exercício em 95,60%, influenciadas basicamente pela reversão de provisão para perdas com créditos tributários, tendo em vista o deferimento dos pedidos de restituição pela Receita Federal.

No que diz respeito às Despesas (Usos/Dispêndios), as rubricas apresentaram realização no montante de R\$ 2.968,18 milhões, 1,78% abaixo do aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais significativas referem-se às despesas com Outros Dispêndios de Capital, com execução inferior em 15,41%, relativas principalmente aos valores apurados para reserva de retenção de lucros para aquisição de novos ativos e remuneração de juros sobre o capital próprio.

Por outro lado, houve execução a maior em tributos e encargos parafiscais, com realização de 4,22% em relação aos montantes aprovados para o exercício.

2.3.1. Programa Temático - PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Na forma da Lei nº 12.593/2012, que aprovou o PPA para o triênio 2012/2015, a estrutura orçamentária da EMGEA, registrada sob o nº 25.276 no Sistema SIOP, contempla somente Ações para o Programa nº 0807 – “Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”.

A seguir, é apresentado demonstrativo da execução orçamentária de investimento em 2015, aprovada pela Lei nº 13.115/2015, segregado por Ação. Os referidos dados estão inseridos no Sistema SIOP.

Quadro 6 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2015”

Código	Ação	Aprovado (R\$)	Realizado (R\$)	%
4101	Manutenção de Bens Imóveis	53.845,00	0,00	0,00
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	312.298,00	62.868,00	20,13
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.	931.301,00	4.831,00	0,51
Totais		1.297.444,00	67.699,00	5,22

Fonte: Superintendência de Contabilidade e Orçamento

A realização de 5,22% nas rubricas de Investimento é justificada, sobretudo, pelo adiamento das aquisições de bens móveis e de bens de informática. A seguir temos as seguintes considerações:

- Ação 4101 – Manutenção de Bens Imóveis: sem realização. A dotação aprovada foi solicitada como forma preventiva para realização de obras necessárias à segurança e à manutenção do prédio Sede da Empresa, bem como aquelas que pudessem ser exigidas pelas autoridades públicas, fatos que não ocorreram.
- Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realização de 20,1% do montante aprovado, justificada pela mudança de estratégia da Empresa, o que ensejou o adiamento de aquisições de bens móveis para o exercício.
- Ação 4103 – Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento: realização de 0,05% do montante aprovado, justificado pelo adiamento das aquisições de bens de tecnologia da informação em razão de problemas nos processos licitatórios para o exercício.

2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Na ocasião do Planejamento Estratégico 2015 e como métrica para acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados, a EMGEA adotou os seguintes indicadores, vinculados aos respectivos objetivos estratégicos.

2.4.1. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Superar a necessidade financeira”

2.4.1.1. Resultado Financeiro Global

Finalidade:	Representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros foi absorvido pelos desembolsos realizados no período	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	108,81%
	Realizada:	92,28%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	$\sum [\text{Realização das Arrecadações}] / \sum [\text{Realização dos Desembolsos}]$	
Fonte(s):	PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS	

Comentários:

Para 2015 foi estipulado o percentual de 108,81% e alcançado 92,28%, em decorrência do desempenho dos ingressos, que atingiu 75% em relação ao esperado, nada obstante a redução nos desembolsos, que atingiu 88% do previsto.

2.4.1.2. Resultado Financeiro Estrutural

Finalidade:	Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa, a partir dos ingressos operacionais, excluídos os recursos oriundos da novação de dívidas do FCVS	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	36,46%
	Realizada:	37,93%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	$(\sum [\text{Arrecadações PF}] + [\text{Arrecadações PJ}]) / \sum [\text{Realização dos Desembolsos}]$	
Fonte(s):	PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS	

Comentários:

Em 2015, esse indicador alcançou 37,93%, resultado superior ao projetado de 36,46% em função da redução nos desembolsos, que atingiu 88% em relação ao esperado, nada obstante o desempenho dos ingressos operacionais, que atingiram 91% em relação ao esperado.

2.4.1.3. Realização dos Desembolsos

Finalidade:	Medir o desempenho dos desembolsos da Empresa
Interpretação:	Quanto menor, melhor
Meta	Estabelecida: R\$ 2.988,27 milhões
	Realizada: R\$ 2.626,46 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Realização dos Desembolsos
Fonte(s):	PDG e SISCAR

Comentários:

O indicador demonstra que os desembolsos realizados ficaram abaixo do previsto.

O desembolso acumulado do ano foi R\$ 2.626,46 milhões, enquanto o previsto foi de R\$ 2.988,27 milhões, representando redução de 22% frente ao esperado, sobretudo em razão de menores desembolsos com o passivo da Empresa perante o FGTS, decorrente da formalização do Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, firmado entre a CAIXA/FGTS e a EMGEA, em 30.12.2014, com base na Resolução nº 752/2014 do Conselho Curador de FGTS.

Destacamos, a seguir, despesas vinculadas às operações negociais:

a) Despesas com contratos habitacionais de pessoas físicas:

Seguro Habitacional

A administração do seguro habitacional visa garantir o direito a indenizações securitárias pela ocorrência dos sinistros previstos nas apólices contratadas, mediante pagamento dos prêmios de seguros correspondentes.

Em 2015, a EMGEA pagou à seguradora contratada e à Administradora do FCVS o montante líquido de R\$ 60,99 milhões, sendo R\$ 50,73 milhões da apólice do SFH e R\$ 10,26 milhões da apólice de mercado, a título de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário perante pessoas físicas.

Esse valor é 5,57% menor em relação ao ano de 2014 (R\$ 64,59 milhões), em face da redução de contratos averbados.

O pagamento dos prêmios de seguro é realizado independentemente do ressarcimento por parte do mutuário, por meio da liquidação da prestação mensal. No exercício de 2015, a EMGEA foi ressarcida pelos mutuários no valor de R\$ 15,59 milhões.

Do total de prêmios emitidos, foram deduzidos cerca de R\$ 824,90 mil, referente à remuneração recebida pela EMGEA na condição de estipulante de apólice. Essa remuneração está instituída na apólice do SFH e corresponde a 1,6% dos prêmios emitidos.

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pela Seguradora e pela Administradora do FCVS, dos sinistros, assim definidos:

- de natureza pessoal (Morte ou Invalidez Permanente - MIP): nesses casos, as indenizações são pagas à EMGEA para amortizar ou quitar o saldo devedor, conforme a ocorrência de sinistro, parcial ou total;
- de natureza material (Danos Físicos do Imóvel - DFI): os mutuários são ressarcidos, pela Seguradora ou pelo FCVS, dos custos com a recuperação do bem, em decorrência dos sinistros.

A EMGEA recebeu, em 2015, o montante de R\$ 58,81 milhões em indenizações, valor 107,81% superior aos R\$ 28,30 milhões recebidos durante o ano de 2014. Esse acréscimo significativo ocorreu por conta do repasse dos sinistros referentes aos créditos cedidos à EMGEA em setembro de 2014, realizado somente em março de 2015.

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Além das medidas de incentivo, outros recursos utilizados para a regularização da inadimplência são as execuções judiciais e/ou extrajudiciais.

Para garantir a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos de crédito imobiliário junto a pessoas físicas, a CAIXA, na condição de prestadora de serviços, efetua o pagamento de despesas relativas a esses procedimentos e é posteriormente ressarcida pela EMGEA. No decorrer de 2015, os ressarcimentos à CAIXA atingiram o valor de R\$ 31,75 milhões, superior em 16,17% em relação ao montante de R\$ 27,33 milhões alcançado em 2014.

Convém destacar que parte das despesas com procedimentos de execução judicial ou extrajudicial, que foram objeto de ressarcimento à CAIXA, pode ser recuperada em decorrência da renegociação de dívidas, por meio do seu reembolso pelo devedor em troca da suspensão ou do encerramento da execução da dívida por parte da EMGEA. Em 2015 foi recuperado junto a pessoas físicas o montante de R\$ 7,53 milhões, mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA, cujo valor foi inferior em 9,17% ao observado em 2014 na ordem de R\$ 8,29 milhões.

Depósitos Judiciais e/ou Recursais

Em determinados tipos de ações judiciais, ocorrendo decisões em seu desfavor, passíveis de recurso, a EMGEA deve efetuar depósitos à ordem do juízo. Esses depósitos (judiciais ou recursais), referentes a contratos com pessoas físicas, alcançaram em 2015 o montante de R\$ 7,09 milhões, 79,49% superior ao valor depositado em 2014, equivalente a R\$ 3,95 milhões.

Esses depósitos podem ser recuperados, dependendo das decisões nas ações judiciais. Em 2015, as decisões favoráveis à EMGEA propiciaram a recuperação de R\$ 1,34 milhão, valor superior em 8,94% ao montante alcançado no ano anterior, de R\$ 1,23 milhão.

Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à averbação de cessão de parte de seus créditos, à emissão de certidões, à avaliação de imóveis, à elaboração de laudos de vistoria, à utilização de serviços de cadastros restritivos, a custas judiciais e outras relacionadas ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas físicas.

No exercício de 2015, essas despesas alcançaram R\$ 24,68 mil, superiores em 56,10% quando comparadas com o dispêndio de R\$ 15,81 mil ocorrido em 2014.

b) Despesas com contratos habitacionais de pessoas jurídicas

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Com o objetivo de recuperar seus créditos, a EMGEA adota medidas judiciais e extrajudiciais em face de pessoas jurídicas inadimplentes, incorrendo em despesas relacionadas a esses procedimentos.

Tais despesas atingiram R\$ 0,54 milhão no ano de 2015, representando um montante 31,64% inferior ao observado em 2014, de R\$ 0,79 milhão.

Depósitos Judiciais e Recursais

Existem ações judiciais interpostas contra a EMGEA, para as quais ocorrem decisões desfavoráveis. Nesses casos, há necessidade de se efetuar depósitos à ordem do juízo, permitindo implementar medidas para a reversão dessas decisões contrárias.

Em 2015, em decorrência de decisões judiciais condenatórias, a EMGEA desembolsou o montante de R\$ 14 mil com a realização de depósitos judiciais e/ou recursais, relativos a contratos mantidos com pessoas jurídicas do setor privado, ante R\$ 119 mil desembolsados em 2014. Essa variação é decorrente da característica dessas despesas, que estão associadas a fatos externos à gestão da EMGEA, e que não apresentam um padrão de comportamento.

Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à pesquisa de bens, à emissão de certidões, à elaboração de laudos de avaliação, à administração de garantias e em outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas jurídicas do setor privado.

No exercício de 2015, essas despesas totalizaram R\$ 22,40 mil, ante R\$ 460,67 mil em 2014, apresentando um decréscimo de 95,14% decorrente da concentração do pagamento de despesas com regularizações de imóveis adjudicados à EMGEA no exercício imediatamente anterior.

c) Despesas com manutenção dos créditos comerciais

São despesas relacionadas à remuneração mensal de desempenho na taxa de 10% sobre o valor arrecadado, além de tarifa para recebimento dos débitos do produto Crediário CAIXA Fácil por meio de boleto bancário, conforme serviço de cobrança contratado junto à CAIXA.

No exercício de 2015, as despesas pagas a título de desempenho pelos recebimentos referentes aos créditos comerciais alcançaram R\$ 30,84 milhões. Já as despesas com o convênio de cobrança bancária para esse produto alcançaram R\$ 114 mil.

Cabe destacar que o produto Crediário CAIXA Fácil foi internalizado, não estando sob gestão da CAIXA a emissão dos boletos e repasse de valores. A arrecadação ocorre diretamente na conta da EMGEA, não incidindo taxa de desempenho sobre os valores recebidos.

d) Despesas com imóveis não de uso

As despesas vinculadas à propriedade dos imóveis, adicionadas das despesas decorrentes da administração e venda desses ativos, atingiram R\$ 40,25 milhões, equivalentes a 34,68% da arrecadação (R\$ 116,06 milhões), conforme discriminado a seguir:

- Obrigações e manutenção – condomínios, tributos, concessionárias de serviços públicos, reparos, laudos de avaliação e outras despesas: R\$ 26,99 milhões;
- Laudos de avaliação: R\$ 3,51 milhões;
- Remuneração paga à CAIXA pela administração e venda dos imóveis: R\$ 9,75 milhões.

2.4.1.4. Realização das Arrecadações

Finalidade:	Medir o desempenho da arrecadação da Empresa
Interpretação:	Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida: R\$ 3.251,54 milhões
	Realizada: R\$ 2.423,61 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Arrecadações PF + Arrecadações PJ + Novações FCVS + Créditos Tributários Restituídos + Receitas Financeiras + Recebimentos Itaipu/União e Outros
Fonte(s):	PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS

Comentários:

O indicador demonstra que os ingressos operacionais, que englobam os recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários e receitas financeiras, ficaram abaixo do previsto.

Em 2015 esses ingressos atingiram R\$ 2.423,61 milhões, correspondentes a 75% da meta de R\$ 3.251,54 milhões, principalmente em razão da realização abaixo do previsto nas novações de dívidas do FCVS, por motivos alheios à Administração da EMGEA.

Principais ações:

a) Arrecadação da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa física
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Finalidade:	Liquidar e reestruturar dívidas
Descrição:	Incrementar a arrecadação da carteira por intermédio de incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas dos contratos de crédito imobiliário

Fonte: Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Essa ação visa restabelecer o fluxo de pagamentos dos contratos, por meio de incentivo à realização de liquidações antecipadas e amortizações extraordinárias, pelo recebimento de indenizações securitárias e pela regularização do pagamento das prestações, além de eliminar o desequilíbrio financeiro das operações mediante reestruturação de dívidas.

No exercício, foram liquidados 24.637 contratos de operações de crédito imobiliário, diminuindo a carteira de pessoa física em 15,54%. A arrecadação proveniente do recebimento de prestações mensais, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas, indenizações securitárias e de levantamento de depósitos judiciais alcançou o montante de R\$ 594,27 milhões.

b) Arrecadação da carteira de crédito comercial Pessoa Física

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito comercial perante pessoa física
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Finalidade:	Liquidar e reestruturar dívidas
Descrição:	Incrementar a arrecadação da carteira por intermédio de incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas dos contratos de crédito comercial

Fonte: Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Em 2015, a EMGEA elaborou um modelo de negócios mais adequado à gestão da carteira comercial, no qual se destacam as seguintes diretrizes:

- Para o produto Minha Casa Melhor, definiu-se a continuidade da cobrança pela CAIXA, na forma das disposições do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2011 e seus Termos Aditivos, considerando tratar-se de operação com fluxo de recebimento, ficando na competência da Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF a gestão desse produto;
- Para os demais contratos (Construcard, Crediário CAIXA Fácil, Microcrédito Produtivo, Crédito CAIXA Fácil Rotativo e CDC) será realizada a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e cobrança extrajudicial de créditos comerciais inadimplidos por meio de licitação na modalidade Concorrência, do tipo Técnica e Preço, com previsão de publicação do Edital em 2016.

Os contratos de crédito imobiliário, constantes da nova massa adquirida em 30.9.2014, foram integralmente absorvidos nas rotinas e processos de gestão da carteira imobiliária, dada a especialização da EMGEA em relação a esse tipo de crédito.

Em 2015, a arrecadação total da carteira de crédito comercial foi de R\$ 233,46 milhões.

c) Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a entes da Federação

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa jurídica de direito público e empresas liquidandas e repassadoras
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Finalidade:	Contribuir para o equilíbrio financeiro da EMGEA
Descrição:	Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A EMGEA é detentora de carteira de créditos junto a entes da Federação, composta de 70 contratos ativos provenientes de operações celebradas no âmbito de programas de governo, destinadas às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

No final do exercício de 2015 o montante a receber dessa carteira era de R\$ 26,8 milhões, sendo R\$ 11,25 milhões relativos a contratos firmados com Estados e o Distrito Federal e R\$ 15,54 milhões referentes a contratações assinadas com Municípios. Essas operações são garantidas por receitas originárias de arrecadação do ICMS e das quotas-parte do FPE ou do FPM.

O prazo para recebimento da totalidade dos créditos que compõem essa carteira é de 7 anos.

Para 2015, foi estabelecida a meta de arrecadação de R\$ 20 milhões. Com o objetivo de assegurar o nível de recebimento previsto, foram adotadas medidas de acompanhamento sistêmico das operações, avaliação do desempenho dos pagamentos mensais e implementação de ações corretivas.

O total arrecadado em 2015 foi de R\$ 23,73 milhões, equivalente a 118,67% da meta anual. Desse montante, R\$ 6,28 milhões referem-se a ingressos provenientes de operações firmadas com Estados e com o Distrito Federal e R\$ 17,45 milhões derivam de operações formalizadas com Municípios.

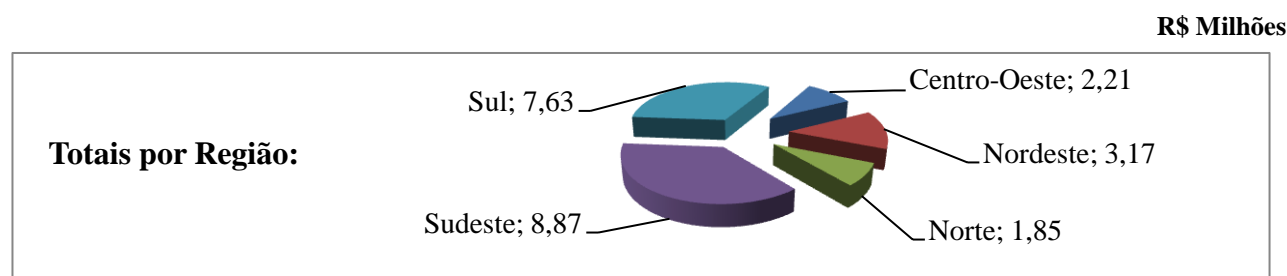
Geograficamente, a região Nordeste registrou o maior volume de arrecadação dentre as regiões que compõem a carteira de créditos junto aos Estados e ao Distrito Federal, representando 9% da totalidade de recursos recebidos no ano.

Quanto à carteira de créditos junto aos Municípios, a região Sudeste foi responsável pelo maior índice de arrecadação, correspondente a 37,39% do total ingressado na EMGEA.

Considerando o somatório da arrecadação das carteiras do setor público, as regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores arrecadações, R\$ 8,87 milhões (37,39%) e R\$ 7,63 milhões (32,16%), respectivamente.

Encontra-se a seguir a representação dos valores arrecadados junto a entes da Federação, distribuídos por região geográfica.

Gráfico 1 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2015 por Região Geográfica



Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

Desde junho de 2001, data da cessão dos créditos para a EMGEA, até dezembro de 2015, a carteira de créditos junto a entes da Federação foi responsável pelo ingresso de R\$ 1.386,89 milhões, sendo R\$ 614,18 milhões provenientes de operações firmadas com Estados e com o Distrito Federal e R\$ 772,71 milhões oriundos de contratações formalizadas com Municípios.

d) Formalização de acordos para quitação de dívidas contratuais

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa jurídica de direito público e empresas liquidandas e repassadoras
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Finalidade:	Promover o ingresso de recursos financeiros
Descrição:	Realização de acordos para quitação das obrigações consignadas contratualmente

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A EMGEA detém carteiras imobiliárias adquiridas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e empresas em regime de liquidação extrajudicial, das quais 15 encontram-se em processo de negociação para recebimento de dívidas estabelecidas contratualmente.

A negociação dessas carteiras compreende:

- a obtenção do reconhecimento, por parte dos Agentes Cedentes, da dívida de *pro solvendo*, prevista nos contratos de aquisição;
- a renegociação de dívidas e obrigações pactuadas em instrumentos contratuais; e,
- a formalização de acordos visando ao recebimento das respectivas dívidas.

As aquisições das carteiras imobiliárias foram efetuadas na condição *pro solvendo* originalmente pela CAIXA, antes da criação da EMGEA, ou seja, de forma provisória até definição do real valor dos ativos imobiliários que a compõem.

A apuração definitiva do montante devido pelo Agente Cedente é efetuada por meio do processo de depuração, que consiste na análise documental e financeira de cada crédito imobiliário. Dessa forma, a dívida de *pro solvendo* somente é confirmada após a finalização do processo de depuração das carteiras.

No início de 2015, as carteiras imobiliárias apresentavam dívidas com perspectiva de recebimento na ordem de R\$ 760,55 milhões.

Com base na expectativa de recebimento projetada para 2015, foi definida a meta de arrecadação do valor de R\$ 72 milhões.

Em março de 2015, houve o ingresso, em espécie, de R\$ 4,46 milhões, referente ao acordo firmado no exercício anterior para a quitação de dívida de *pro solvendo* de uma das carteiras imobiliárias adquiridas.

A meta definida para o exercício de 2015 não foi cumprida integralmente porque os interlocutores não conseguiram finalizar a tramitação das propostas negociadas pela SUREF no âmbito das instâncias públicas responsáveis pela aprovação da operação.

Ao final do exercício, a estimativa das dívidas com perspectiva de recebimento apresentou o montante de R\$ 718,17 milhões.

e) Qualificação das carteiras imobiliárias adquiridas

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa jurídica de direito público e empresas liquidandas e repassadoras
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Finalidade:	Melhorar o resultado financeiro das carteiras
Descrição:	Execução de procedimentos operacionais de avaliação de ativos

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

Os contratos de aquisição de carteiras possuem cláusula de *pro solvendo*, prevendo como condição para aceitação dos ativos negociados a realização de análise individual para confirmação ou não do valor do crédito.

A análise é efetuada por meio do processo denominado validação das carteiras, compreendendo as seguintes etapas:

- depuração dos créditos para determinar os saldos de cessão e as diferenças dos valores negociados (apuração de dívida de *pro solvendo*);
- apresentação do resultado da validação ao Agente Cedente;
- manifestação do Agente Cedente quanto ao resultado da validação;
- elaboração de recursos pelo Agente Cedente, quando há discordância do resultado apresentado, com conseqüente análise de recursos pela CAIXA, na qualidade de prestadora de serviços da EMGEA.

No decorrer do processo de validação foram constatadas recorrentes manifestações de discordância por parte dos agentes cedentes com relação aos resultados obtidos na depuração dos créditos. Essas ocorrências frequentes e características do processo de validação das carteiras dificultam o relacionamento negocial e retardam acentuadamente a formalização dos acordos.

Com o objetivo de obter de cada Agente Cedente o reconhecimento das dívidas de *pro solvendo* de sua responsabilidade, foi desenvolvido o processo de qualificação das carteiras, que consiste na elaboração de um conjunto de ações destinadas à revisão da depuração dos créditos inicialmente rejeitados, em decorrência da execução de análises com base em legislações e/ou normativos defasados/revogados, ou ainda sem considerar a juntada de documentos fornecidos pelo Agente.

O processo de qualificação é realizado a partir da negociação com a CAIXA, enquanto prestadora de serviços executora da rotina operacional, e com o Agente Cedente, cuja participação é fundamental para validar o resultado financeiro obtido na depuração.

A meta de qualificação estabelecida para o exercício de 2015 foi de promover a análise de 11.500 créditos, incluindo nesse quantitativo créditos originários de contratos firmados pela credora

CAIXA referentes às carteiras do Estado do Ceará, em cumprimento ao acordo firmado entre as partes constante no Termo de Compromisso do Ministério Público Federal PR-CE 00001362/2013, decorrente do Inquérito Civil Público nº 1.15.000.001263/2011-19, para atender demanda específica em tramitação naquele órgão.

Ao final de 2015 foram contabilizadas 12.477 análises, correspondendo a 108,5% da meta estipulada.

O trabalho realizado possibilitou ganhos significativos para o processo de negociação das carteiras imobiliárias, com a redução de obrigações de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes, decorrente da reversão da situação de rejeição dos créditos (sem valor financeiro), passando para a condição de aceito na aquisição, permitindo a apuração de diferenças de cessão.

O efeito financeiro gerado contribuiu para obtenção do reconhecimento de dois agentes cedentes em relação às obrigações de *pro solvendo* de sua responsabilidade, proporcionando a finalização dos entendimentos técnicos em relação à apuração de valores e, como consequência, a finalização de acordo negocial para conclusão do processo de aquisição dessas carteiras.

f) Estruturar condições para negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa jurídica de direito público e empresas liquidandas e repassadoras
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Finalidade:	Viabilizar condições para recuperação de créditos
Descrição:	Estruturação operacional de suporte à negociação para recuperação de créditos

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

O Conselho de Administração da EMGEA, por meio do VOTO CA Nº 02/2015, de 27.2.2015, autorizou a transferência das atividades vinculadas às operações com empresas liquidandas e repassadoras, da Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas para a Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS, com exceção de 5 contratos, que se encontravam em estágio avançado de negociação.

As Liquidandas são instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH que foram submetidas ao regime de liquidação extrajudicial ou ordinária, enquanto que as Repassadoras são empresas também pertencentes ao SFH que foram impedidas de operar no mercado, exercendo as funções de administradoras de carteiras imobiliárias e repassadoras de recursos oriundos de empréstimo tomados junto a órgãos do sistema.

Com o objetivo de promover diagnóstico da situação da carteira de liquidandas, a SUREF elaborou planejamento operacional prevendo a reorganização documental, recadastramento dos contratos nos sistemas corporativos, elaboração de relatórios de atualização da situação negocial, acompanhamento de ações judiciais e controle de informações.

No exercício de 2015, a SUREF desenvolveu as seguintes atividades:

- recebimento e conferência dos dossiês transferidos;
- migração e inclusão dos contratos no Sistema de Apoio às Negociações – SISANE;
- montagem de processos físicos, com organização dos documentos relativos às operações; e
- levantamento da situação operacional e das ações judiciais relativas às empresas;

Foi migrada para a SUREF a responsabilidade pela gestão de contratos de 29 instituições liquidandas e repassadoras, distribuídas em 15 Unidades da Federação.

Das 29 instituições, 22 encontram-se em litígio judicial, sendo que em 90% das ações a EMGEA figura no polo ativo.

g) Alienar Imóveis não de Uso

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para imóveis não de uso
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Finalidade:	Recuperar o crédito por meio da alienação dos imóveis retomados
Descrição:	Conceder incentivos e promover a alienação de imóveis não de uso, por meio de licitação pública ou de venda direta

Fonte: Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Foram alienados 1.004 imóveis em 2015, com uma redução de 12,39% em relação à quantidade de 1.146 unidades observada em 2014. Essa redução é decorrente de fatores externos, como a oferta de novos financiamentos para imóveis destinados à população de baixa renda (MCMV) e também da característica da carteira remanescente, na qual 49,04% dos imóveis encontra-se com pendências judiciais impeditivas à venda.

Por conseguinte, em 2015 foram mantidos os esforços para solução das pendências impeditivas de venda, sem alcançar redução do quantitativo de imóveis com pendência, que aumentaram de 2.249 para 2.280.

No exercício foram arrecadados R\$ 116,15 milhões, equivalentes a 165,93% da meta estipulada para o exercício.

Ao adotar a política de concessão de descontos, a EMGEA conseguiu aumentar a venda desses imóveis. O estoque, que chegou em 10.693 unidades em 2008, perfazia 4.649 unidades no fim de 2015, ocorrendo no exercício um acréscimo de 389 unidades em relação a 2014, decorrente da política de execução mais agressiva adotada em 2015.

h) Novação de dívidas do FCVS pela União

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Finalidade:	Novar, com a União, dívidas do FCVS perante a EMGEA
Descrição:	Converter créditos a receber do FCVS em títulos CVS

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A gestão dos créditos perante o FCVS tem como finalidade a obtenção da certeza e liquidez desses ativos, para possibilitar a novação das dívidas do Fundo mediante a emissão de títulos CVS pelo Tesouro Nacional ou a utilização desses créditos como ativos negociáveis.

No exercício de 2015, a EMGEA assinou com a União contrato de novação de dívidas do FCVS, que proporcionou o ingresso de recursos no caixa da Empresa no valor de R\$ 679,40 milhões.

i) Habilitação de créditos perante o FCVS

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Finalidade:	Propiciar a apuração dos valores de responsabilidade do FCVS
Descrição:	Encaminhar, ao FCVS, as informações relativas aos contratos, para análise e homologação dos valores de responsabilidade do Fundo

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

O processo de habilitação consiste na apresentação de informações iniciais e da documentação básica e complementar do contrato de financiamento habitacional firmado com cobertura do FCVS, para fins de apuração dos valores de responsabilidade do Fundo.

As ações desenvolvidas resultaram em 6.266 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 283.643.081,87, conforme detalhado adiante:

- habilitação de 3.546 contratos do estoque até 31.12.2014, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 151.672.683,13, atingindo 101,12% da meta anual, de R\$ 150.000.000,00;
- habilitação de 2.403 contratos do estoque de 2014, com expectativa de recebimento de R\$ 118.683.691,37, atingindo 96,84% da meta anual, de R\$ 122.560.206,76;
- habilitação de 29 contratos (acordo de metas 2014): habilitação de 28 contratos, com expectativa de recebimento de R\$ 1.518.567,19, atingindo 94,80% da meta, de R\$ 1.601.878,80;
- habilitação de 345 contratos (acordo de metas 2014): habilitação de 289 contratos, com expectativa de recebimento de R\$ 11.768.140,18, atingindo 82,86% da meta, de R\$ 14.201.908,48.

Registre-se que a Prestadora de Serviços (CAIXA) apresentou justificativas para os resultados das metas abaixo do esperado, que ocorreram principalmente pela impossibilidade técnica de habilitação de alguns contratos, estando as justificativas em fase final de análise pela EMGEA.

j) Reversão de negativa de cobertura pelo FCVS

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Finalidade:	Recuperar créditos com negativa de cobertura procedida pelo FCVS
Descrição:	Analisar a descaracterização da negativa de cobertura procedida pelo FCVS, para reversão dos valores do crédito à EMGEA

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A reversão consiste na descaracterização das negativas de cobertura procedidas pelo FCVS para os contratos de financiamento habitacional da carteira imobiliária da EMGEA, de forma a recuperar créditos com potencial a ser revisto por intermédio de fundamentação de análise e elaboração de recurso administrativo ao Fundo.

As ações desenvolvidas resultaram em 5.675 contratos trabalhados com o objetivo de reverter negativa procedida pelo FCVS, com expectativa de recebimento do Fundo no montante de R\$ 402.299.043,73, correspondente ao percentual de 100,57% da meta anual, de R\$ 400.000.000,00, conforme detalhado a seguir:

- realização de reversão de negativa de cobertura para 180 contratos, no montante de R\$ 16.312.514,25;
- expectativa de reversão, por recurso administrativo apresentado ao FCVS, para 4.331 contratos, no montante de R\$ 347.052.256,29;
- conclusão de que não cabe recurso administrativo ao FCVS para 1.164 contratos, que totalizaram R\$ 38.934.273,19.

k) Validação de créditos homologados pelo FCVS

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Finalidade:	Aceitar o valor homologado pelo FCVS, dando condições de novação aos créditos
Descrição:	Consiste na informação analítica dos contratos com saldos anuídos por meio da emissão da RCV

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A validação de créditos homologados consiste na análise e confirmação do valor atribuído pelo FCVS, mediante emissão da Relação de Contratos Validados - RCV ou, se for o caso, na definição operacional de que não cabe recurso àquele Fundo para melhoria de créditos com valor homologado diferente daquele apresentado pela EMGEA, como também para os não contemplados pelas medidas de validação estabelecidas pela Empresa.

A validação com RCV é um dos requisitos para a novação de que trata a Lei nº 10.150/2000. Os demais requisitos estão ligados à inexistência de impedimentos operacionais e negociais apropriados na cadeia de matrículas dos Agentes Cedentes dos créditos ou na matrícula do credor atual, se for o caso.

As ações para validação dos créditos homologados pelo FCVS obtiveram um resultado de R\$ 346.745.569,39, correspondente a 3.447 contratos, para os quais houve a conclusão de que não cabe recurso ao Fundo ou ocorreu a concordância com o valor homologado pelo Fundo, mediante a inclusão em RCV. O resultado alcançado é decorrente das seguintes ações:

- validação de 3.028 contratos, com valores homologados pelo FCVS no montante de R\$ 252.586.612,63, atingindo 101,03% da meta estabelecida, de R\$ 250.000.000,00, relativa ao estoque de contratos com valores homologados pelo FCVS divergentes daqueles apresentados pela EMGEA e não contemplados pelas medidas de validação da Empresa. O resultado foi obtido com as seguintes atividades:
 - emissão de RCV para 17 contratos, com valor a receber do Fundo de R\$ 931.299,16;
 - análise de 1.454 contratos, no montante de R\$ 131.910.466,59, para os quais se concluiu que não cabe recurso administrativo ao FCVS para melhoria do crédito;
 - análise de 1.557 contratos, no montante de R\$ 119.744.846,88, com recurso administrativo apresentado ao FCVS;
- validação de 419 contratos com valores homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 94.158.956,76, atingindo 95,62% da meta anual, de R\$ 98.475.243,21, relativa ao estoque de créditos com valores homologados no âmbito das medidas autorizadas pela EMGEA. Registre-se que o atingimento desta meta depende do Agente Financeiro que cedeu o crédito à EMGEA, visto que a Administradora do FCVS, no caso de créditos cedidos, somente admite que a validação do crédito seja encaminhada, via SICVS, pelo agente cedente, os quais por muitas vezes não mais possuem estrutura operacional para esse fim.

1) Formalização de processos de novação de créditos perante o FCVS

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Finalidade:	Obter a certeza e a liquidez da dívida do FCVS para emissão de títulos CVS
Descrição:	Consiste nos procedimentos operacionais para certificar o cumprimento de todos os requisitos necessários à novação, com a União, das dívidas do FCVS

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

A formalização de processos de novação das dívidas do FCVS consiste em preparar e apresentar à Administradora do Fundo os documentos requeridos, dentre eles o pedido de novação e a respectiva documentação do Credor, bem como os dos agentes cedentes e aqueles que comprovam a cessão dos créditos FCVS à EMGEA.

Os créditos aptos para novar são aqueles com valores homologados e auditados pela Administradora do FCVS e validados pela EMGEA com a emissão de RCV, para os quais os antigos agentes cedentes cumpriram todos os requisitos necessários à novação.

Ao final do exercício de 2015, os créditos homologados pelo FCVS com processos de novação formalizados ou em fase de instrução perfaziam o montante de R\$ 2.241.533.970,38. Desse total, R\$ 536.944.421,89 referem-se a processo formalizado em 2015 ou com arquivos de novação gerados no exercício, e R\$ 1.704.589.548,49 decorrem de processos formalizados em exercícios anteriores. A seguir, é apresentada a situação do andamento dos processos de novação em 31.12.2015:

- em fase de instrução: R\$ 536.944.421,89;
- em análise no âmbito da Administradora do FCVS: R\$ 1.704.589.548,49;

Os demais créditos homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 7.327.183.744,45, encontravam-se aptos operacionalmente para serem novados (RCV Auditado) ou em análise pela Administradora do FCVS (RCV - Não Auditado) ou pela EMGEA (Créditos Não Validados).

A seguir, é apresentada a situação operacional dos créditos homologados pelo FCVS ao final do exercício de 2015 (em R\$ milhões):

Quadro 7 - Situação dos Créditos Homologados - 2015

STATUS	VALOR R\$
Em Processo de Novação	2.241.533.970,38
Aptos à Novação - RCV Auditado	4.166.578.366,43
Em Análise	3.160.605.378,32
Total:	9.568.717.715,13

Fonte: Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

2.4.1.5. Arrecadação sobre o Ativo Operacional

Finalidade:	O indicador demonstra o retorno financeiro dos ativos operacionais, que neste caso não consideram os recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários e de receitas financeiras
Interpretação:	Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida: 5,13%
	Realizada: 4,69%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração	\sum Ingressos operacionais/valor do Ativo Operacional apurado no exercício anterior
Fonte(s):	PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS

Comentários:

Em 2015, esse indicador alcançou 4,69%, resultado inferior ao projetado de 5,13% em função do desempenho dos ingressos operacionais, que atingiram 91% em relação ao esperado.

Os ingressos operacionais estão detalhados no item anterior, excluídos os recursos das novações de dívidas do FCVS.

2.4.2. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Superar as metas fiscais”

2.4.2.1. Resultado Primário

Finalidade:	Superar a meta fiscal de Resultado Primário	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 108,92 milhões
	Realizada:	R\$ 115,43 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Boletim Financeiro Mensal e Balancete Contábil Mensal	

Comentários:

A meta estabelecida para 2015 foi superada em R\$ 6,51 milhões. Destaque-se o ingresso de receitas primárias acima da linha com a restituição / compensação de créditos tributários da ordem de R\$ 172,76 milhões, com a alienação de imóveis não de uso de R\$ 46,15 milhões, e com o retorno de prêmios de seguros de R\$ 44,80 milhões. Nas despesas primárias, os principais dispêndios foram com pagamento de despesas com tributos e encargos parafiscais, na ordem de R\$ 187,44 milhões, com despesas de serviços de terceiros, no total de R\$ 15,35 milhões, e com os demais dispêndios correntes, de R\$ 20,84 milhões e. Em contrapartida, não houve pagamento de juros sobre o capital próprio (dividendos/JCP) de R\$ 32,40 milhões. No critério abaixo da linha, as receitas com reversão de provisões foram superiores em R\$ 100,96 milhões às despesas econômicas com novas provisões e descontos concedidos nas liquidações e reestruturações de contratos habitacionais, e o resultado líquido da carteira adquirida em 30/09/2014 foi de R\$ 49,68 milhões. Por outro lado, ressaltam-se as novas provisões sobre o saldo a receber do FCVS, de R\$ 246,39 milhões, e sobre operações de crédito, R\$ 11,98 milhões acima do previsto.

2.4.2.2. Realização de Receitas

Finalidade:	Acompanhar a execução mensal das receitas	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 2.251,52 milhões
	Realizada:	R\$ 2.383,33 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Programa de Dispêndios Globais 2015 e Balancete Contábil mensal	

Comentários:

Em 2015, as receitas econômicas alcançaram 105,85% da meta prevista. Destaque para as receitas provenientes da carteira de créditos adquiridos em 30.09.2014, no valor de R\$ 484,44 milhões, sem dotação prevista, bem como a realização de receitas financeiras com Selic, R\$ 94,05 milhões acima do previsto, tendo em vista principalmente o repasse de arrecadação pela CAIXA decorrente do Instrumento Contratual de Ajuste de Cessão formalizado em 2014; realização acima do previsto de receitas com juros de créditos tributários em R\$ 93,68 milhões; realização de receitas com alienação de imóveis não de uso em R\$ 46,15 milhões, e com seguros recebidos em R\$ 44,80 milhões. Por outro lado houve redução na realização de receitas com alienação de valores mobiliários em R\$ 503,10 milhões, decorrente de menores novações de dívidas do FCVS, com receitas relativas à carteira habitacional em R\$ 96,11 milhões, e com receitas de juros de créditos FCVS em R\$ 33,68 milhões.

2.4.2.3. Realização de Despesas

Finalidade:	Acompanhar a execução mensal das despesas	
Interpretação:	Quanto menor, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.156,75 milhões
	Realizada:	R\$ 2.981,24 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Programa de Dispêndios Globais 2015 e Balancete Contábil Mensal	

Comentários:

Em 2015 as despesas econômicas atingiram 94,44% da meta estabelecida. Destaque para os dispêndios menores com a dívida junto ao FGTS, de R\$ 568,77 milhões, em decorrência da renegociação/alongamento dos prazos, conforme formalização, entre a CAIXA/FGTS e a EMGEA, do Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, em 30.12.2014. Em contrapartida, houve a realização de maiores dispêndios com pagamento de tributos e encargos parafiscais na ordem de R\$ 200,82 milhões, bem como com outros dispêndios de capital, no valor de R\$ 152,34 milhões, relativos a Juros sobre Capital Próprio) e reserva de retenção de lucros. Houve ainda acréscimo nas despesas com serviço de terceiros de R\$ 11,48 milhões, em função, principalmente, da tarifa de *performance* sobre a arrecadação de contratos habitacionais e comerciais, bem como com outros dispêndios correntes, de R\$ 25,64, decorrente principalmente de reembolso à CAIXA com despesas com imóveis não de uso e com despesas judiciais e extrajudiciais.

2.4.2.4. Arrecadação Pessoa Física – atraso maior que 360 dias

Finalidade:	Reduzir a inadimplência e impacto positivo na apuração do Resultado Primário	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 160,00 milhões
	Realizada:	R\$ 306,09 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Arrecadações Pessoa Física com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SIFOB e SISCAR	

Comentários:

Em face da alta inadimplência da carteira imobiliária, o esforço maior de cobrança é direcionado para os contratos nesta situação, o que faz com que o volume de arrecadação deste indicador extrapole a meta originalmente estabelecida.

As principais ações foram as seguintes:

a) Recuperação e arrecadação de valores dos contratos inadimplentes

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa física
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Finalidade:	Recuperar e restabelecer o fluxo financeiro dos créditos
Descrição:	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos com mais de 90 dias de atraso, caracterizados como inadimplentes

Fonte: Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Foi mantida a estratégia dos anos anteriores de concentrar esforços na regularização dos contratos inadimplentes ou desequilibrados.

No início de 2015, existiam 83.618 contratos inadimplentes de crédito imobiliário perante pessoas físicas, cujo valor contábil, não deduzidas as respectivas provisões, alcançava o montante de R\$ 5,97 bilhões.

As estratégias adotadas promoveram a arrecadação de R\$ 312,99 milhões e o restabelecimento do fluxo financeiro de 14.992 contratos, assim distribuídos:

- Liquidações antecipadas: 10.386;
- Parcelamentos: 1.166;
- Reestruturações: 3.317;
- Transferências de devedor: 123.

b) Contratos sub judice

Macroprocesso Finalístico:	Desenvolver e gerir produtos e serviços para crédito imobiliário perante pessoa física
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Finalidade:	Recuperar créditos de contratos com ações judiciais
Descrição:	Conceder incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas para os contratos <i>sub judice</i> , por meio de ações voltadas ao estímulo da conciliação nos tribunais

Fonte: Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Com o incentivo da Justiça Federal, a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do crédito imobiliário tem sido, desde 2002, uma maneira ágil e definitiva de solucionar os conflitos entre as partes.

Em 2015, o CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realizar 3.600 audiências de conciliação para os processos envolvendo contratos da EMGEA.

Essa parceria garantiu o agendamento de 8.981 audiências, das quais foram realizadas 6.734 ao longo do exercício de 2015, sendo 6.386 finalizadas e 348 remarçadas.

As audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos sub judice mantivesse a redução histórica, tendo sido firmados 3.043 acordos, gerando a recuperação de R\$ 150,35 milhões para a EMGEA. Como consequência, ao final de 2015, o estoque era de 48.168 contratos sub judice.

O resultado é consequência das medidas de incentivo à liquidação adotadas pela EMGEA.

Este Projeto propiciou, desde o início das conciliações, a finalização de 132.032 audiências, com 52,99% de acordos com êxito no momento da audiência, sem considerar os que se consumam após esse ato e que são levados para homologação posterior.

2.4.2.5. Arrecadação Pessoa Jurídica – atraso maior que 360 dias

Finalidade:	Demonstrar a arrecadação de contratos PJ com atraso maior que 360 dias	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 97,30 milhões
	Realizada:	R\$ 24,27 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Arrecadações Pessoa Jurídica com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SISANE e SISCAR	

Comentários:

A ação adotada foi priorizar negócios financeiramente viáveis com grandes devedoras que compõem a carteira da EMGEA de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado, com a finalidade de viabilizar a recuperação dos créditos junto a entidades com contratos de maior retorno em arrecadação.

No ano de 2015, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 24,29 milhões em espécie, provenientes dos contratos de crédito com pessoas jurídicas de direito privado. A meta de R\$ 97,30 milhões definida para o período não foi integralmente alcançada essencialmente em função de sua concentração em uma proposta, de valor significativo (R\$ 67,65 milhões), que foi retirada pela devedora, além de ter sido impactada pela retração observada no mercado.

2.4.2.6. Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Finalidade:	Medir a taxa de retorno do investimento do acionista na Empresa	
Interpretação	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	0,78%
	Realizada:	2,53%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	(Lucro contábil do exercício menos efeitos da variação cambial/Patrimônio Líquido em 31.12.2013)*100	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUCOR	

Comentários:

A meta estabelecida para 2015 foi superada em R\$ 168,09 milhões. Destaca-se, líquidos dos efeitos tributários: o resultado líquido positivo de R\$ 106,29 milhões das carteiras habitacional e comercial, adquiridas na cessão onerosa de 30.9.2014; a receita com Selic de R\$ 60,89 milhões, apurada sobre os repasses de arrecadação decorrentes do Ajuste de Cessão CAIXA e EMGEA formalizado em 2014; as receitas de R\$ 74,67 milhões relativas a atualização monetária e juros sobre os créditos FCVS com novações previstas e não realizadas no exercício de 2015; menor apropriação de despesas de juros do passivo perante o FGTS, de R\$ 91,44 milhões, tendo em vista a redução da taxa de juros na Repactuação da Dívida formalizada em 30.12.2014; e acréscimo líquido de provisão de R\$ 170,14 milhões, realizada para a carteira de créditos FCVS.

2.4.3. Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Divulgar e consolidar a imagem da Empresa”

2.4.3.1. Eventos Institucionais Cobertos

Finalidade:	Quantificar os eventos cobertos com divulgação institucional	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	38 eventos institucionais cobertos no ano
	Realizada:	40 eventos institucionais cobertos no ano
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatórios ASCOM	

Comentários:

A Empresa esteve presente em 40 eventos institucionais (encontros da Comissão de Ética; da Comissão de Coleta Seletiva Solidária; reuniões com membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, além de outros grupos intervenientes), oportunidades em que foram distribuídos

materiais informativos institucionais (folders e cartilhas) para sensibilização desses públicos. A meta estabelecida foi superada.

2.4.3.2. Eventos patrocinados

Finalidade:	Quantificar os eventos patrocinados pela EMGEA	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	4 eventos patrocinados cobertos no ano
	Realizada:	1 evento patrocinado coberto no ano
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatórios ASCOM	

Comentários:

Em 2015, a Empresa participou de apenas um evento patrocinado. As solicitações apresentadas pelos proponentes não foram aderentes às políticas institucionais da Empresa. O público “Justiça Federal”, principal objetivo dos patrocínios institucionais, teve seus quadros de dirigentes alterados no exercício, motivo da baixa procura pelos patrocínios. A meta estabelecida não foi alcançada.

2.4.3.3. Desenvolvimento de comunicação no Portal EMGEA

Finalidade:	Suprir os devedores da EMGEA de informações sobre suas operações de crédito	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatórios ASCOM	

Comentários:

O portal da EMGEA foi adaptado e teve seu conteúdo adequado para atender aos novos públicos das carteiras recém adquiridas. Foi disponibilizada função de impressão do boleto bancário para pagamento na rede credenciada.

2.4.3.4. Matérias jornalísticas disponibilizadas

Finalidade:	Quantificar as matérias jornalísticas enviadas aos jornalistas por iniciativa da Empresa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	24 matérias jornalísticas no ano (2 por mês)
	Realizada:	24 matérias jornalísticas no ano (2 por mês)
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatórios ASCOM	

Comentários:

A área de Comunicação Social da EMGEA produziu e distribuiu 24 releases destinados às pessoas e organizações cadastradas. Estes releases foram inicialmente publicados no portal da Empresa. A meta estabelecida foi alcançada.

2.4.3.5. Desenvolvimento de scripts de comunicação com os novos públicos

Finalidade:	Padronizar e homogeneizar a comunicação com os novos públicos
Interpretação:	Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida: 100%
	Realizada: 100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável
Fonte(s):	Relatórios ASCOM

Comentários:

Os scripts de atendimento telefônico e das agências da CAIXA foram adaptados e tiveram seu conteúdo adequado para comunicar aos novos públicos sobre as características das carteiras recém adquiridas.

2.4.4. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais”

2.4.4.1. Execução do projeto – Gestão dos Custos Operacionais

Finalidade:	Mensurar o custo dos processos de negócio da Empresa, visando facilitar a apuração do custo do produto e a contribuição para a medição dos resultados da Empresa
Interpretação:	Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida: 100%
	Realizada: 60%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável
Fonte(s):	Relatório gerencial

Comentários:

Com a aquisição de novos créditos instalou-se a urgência de se desenvolver um modelo de negócios que contemplasse este novo e importante ativo. De forma complementar a este projeto, foi implantado o sistema de orçamento, cujas funcionalidades permitem o controle do custo direto do produto. O projeto foi postergado para o ano seguinte e faz parte dos objetivos estratégicos da organização para o exercício de 2016.

2.4.5. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos”

2.4.5.1. Execução do projeto – Modelo de negócio dos novos créditos

Finalidade:	Mensurar a evolução do projeto
Interpretação:	Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida: 100%
	Realizada: 100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável
Fonte(s):	Relatório Gerencial SUPEF

Comentários:

O desenvolvimento do modelo de negócio para os créditos comerciais contra pessoas físicas fez uso da metodologia do quadro de modelagem de negócio, já estabelecida na organização, em seus nove componentes (Segmento de cliente, Proposta de Valor, Canal, Relacionamento com cliente, Fonte de receita, Parcerias principais, Recursos principais, Atividades principais e Estrutura de custo).

O modelo foi reconhecido e aprovado em conjunto com o projeto de contratação da empresa que será responsável pelo fornecimento de recursos de tecnologia para a gestão do estoque de créditos e de ambiente de distribuição, do relacionamento com o cliente e pelo suporte ao desenvolvimento da proposta de valor do produto. Materialidade: Voto DIREF nº 099/2015, aprovado conforme Resolução da Diretoria - ATA nº 925, reunião de 18.12.2015.

2.4.6. Indicador vinculado ao Objetivo Estratégico “Aumentar a efetividade operacional”

2.4.6.1. Execução do projeto – Efetividade Operacional

Finalidade:	Mensurar a evolução da remodelagem dos Processos Internos da Empresa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatório gerencial	

Comentários:

Os processos de negócio previstos no projeto foram remodelados.

2.4.7. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Aprimorar a gestão de informações jurídico-processuais”

2.4.7.1. Identificação dos principais processos para avaliação jurídica

Finalidade:	Identificar os processos de execução judicial prioritários para, a partir dos subsídios oferecidos pela COJUR, estabelecer estratégia de negociação com o devedor ou agilizar a cobrança em juízo	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Relatório SUPEJ	

Comentários:

Os contratos relacionados aos 20 maiores devedores foram encaminhados à COJUR dentro do prazo, para a definição da melhor estratégia jurídica.

2.4.7.2. Estratégias dos principais processos SUPEJ

Finalidade:	Define a estratégia para agilizar a cobrança de créditos em fase de execução judicial para os processos identificados pela SUPEJ. Dentre os 20 devedores principais, a meta é obter da COJUR o diagnóstico de 8 devedores.	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	112,5%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável.	
Fonte(s):	Relatório SUPEJ/Relatórios jurídicos da CAIXA/Cópias e peças processuais. Quantidade apurada pela apresentação dos relatórios da COJUR.	

Comentários:

A COJUR-GEPRE, em parceria com a SUPEJ, elencou os 20 (vinte) maiores devedores com garantias alcançáveis, com vistas a realizar análise das garantias contratuais, penhoras judiciais e

fases de tramitação de processos estratégicos. A partir disso, foram solicitadas à CAIXA informações, em Relatório Jurídico Circunstanciado, de cada um dos processos dos devedores, com dados de garantias contratuais penhoradas e informações sobre a existência de outras garantias passíveis de serem alcançadas, bem como cópia integral dos Autos de Execução.

Foram entregues documentações de 9 devedores, o que justifica a superação do diagnóstico previsto para o período.

O objetivo de definir a melhor estratégia jurídica está previsto para finalização pela COJUR até 31/12/2016, e o início da atuação da SUPEJ para a partir do primeiro semestre de 2017.

2.4.8. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Otimizar o processo de logística”

2.4.8.1. Negociação de valores de novos contratos

Finalidade:	Obter economia nas novas contratações realizadas	
Interpretação:	Quanto maior melhor	
Meta	Estabelecida:	70,00%
	Realizada:	89,08%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Planilha Informações Índices GELIC	

Comentários:

As contratações realizadas superaram a meta estabelecida.

2.4.8.2. Licitações concluídas

Finalidade:	Mensurar a efetividade das licitações	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	80%
	Realizada:	93,30%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Planilha Informações Índices GELIC	

Comentários:

A efetividade das licitações concluídas supera a meta estabelecida.

2.4.9. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolver competências estratégicas”

2.4.9.1. Competências estratégicas desenvolvidas

Finalidade:	Capacitar os colaboradores de forma a reduzir ou eliminar as lacunas identificadas no mapeamento de competências	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	43
	Realizada:	47
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Planilha de acompanhamento de treinamentos realizados	

Comentários:

Estabeleceu-se como meta para 2015 o desenvolvimento de 43 competências gerais e específicas vinculadas aos objetivos estratégicos, consideradas essenciais ao alcance das metas empresariais. Entretanto, foram desenvolvidas 47 competências, equivalente a um desempenho acumulado de 109,30% em relação à meta estabelecida.

2.4.9.2. Colaboradores capacitados para o exercício de suas atribuições

Finalidade:	Capacitar os colaboradores de forma a reduzir ou eliminar as lacunas identificadas no mapeamento de competências	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	440
	Realizada:	275
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Planilha de acompanhamento de treinamentos realizados	

Comentários:

Para os 45 colaboradores com lacunas de capacitação estabeleceu-se como meta para 2015 o desenvolvimento de cada um deles em aproximadamente 10 ações de capacitação. Contudo, em função de contenção orçamentária, foram realizadas 275 ações, equivalente a 62,50% do previsto.

2.4.10. Indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”

2.4.10.1. Projetos e ações cumpridas

Finalidade:	Promover o bem estar e a saúde dos colaboradores	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	8 ações
	Realizada:	8 ações
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Planilha de acompanhamento das ações do PQVT	

Comentários:

Todas as ações previstas no ano foram realizadas, atingindo 100% da meta estabelecida.

2.4.10.2. Nível de Satisfação – PQVT

Finalidade:	Promover o bem estar e a saúde dos colaboradores	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	96,51%
	Realizada:	96,85%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Não aplicável	
Fonte(s):	Formulários de Pesquisa de Satisfação aplicados em cada ação ou projeto do PQVT	

Comentários:

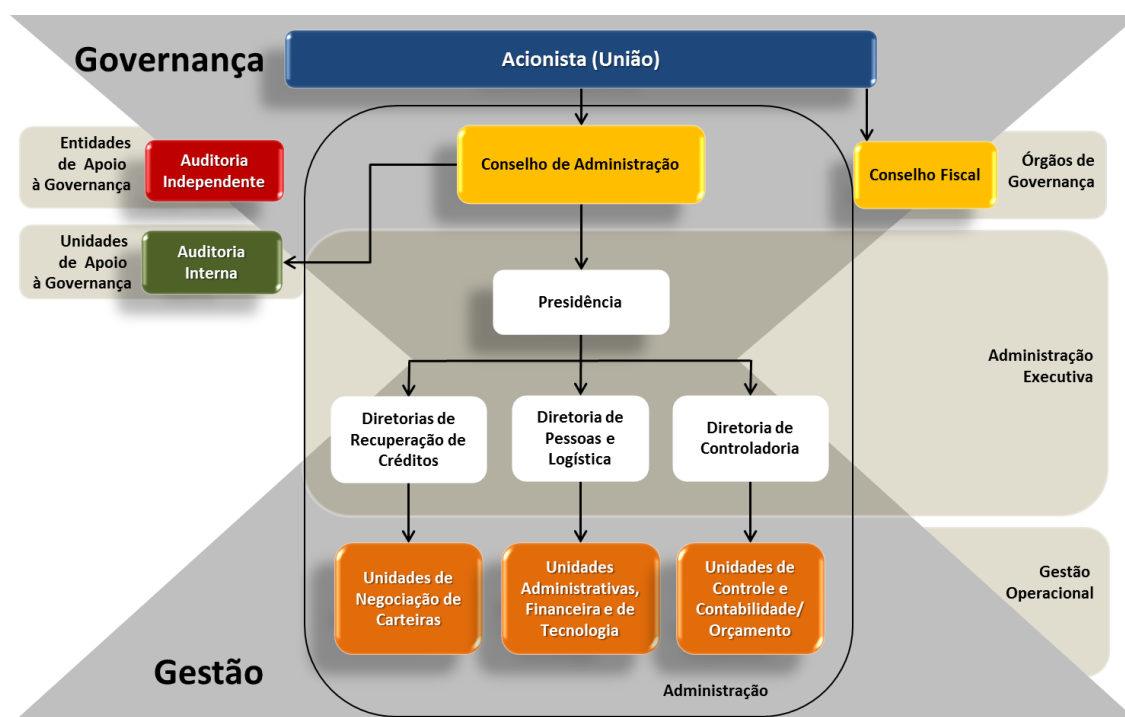
Foi estabelecido um indicador qualitativo que avaliasse a satisfação dos colaboradores da EMGEA com os projetos e ações do PQVT. Além da avaliação pelo método de reação em determinados eventos, foi aplicada uma pesquisa de satisfação individual, cujo resultado apontou um nível de satisfação de 96,85% entre “muito bom” e “bom”, equivalente a um desempenho acumulado de 100,35% em relação à meta estabelecida.

3. GOVERNANÇA

3.1. Descrição das estruturas de governança

Em alinhamento às melhores práticas de Governança Corporativa no âmbito do poder público, a EMGEA possui uma estrutura de governança composta pelo Conselho de Administração, assessorado pela Auditoria Interna, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta pela Presidência e quatro Diretorias.

Figura 1 - Sistema de Governança Corporativa da EMGEA



Fonte: Adaptado do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2015

As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas estabelecidas e em regulamentos internos, envolvendo os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas dos negócios e das atividades, conferindo agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

A Auditoria Interna, unidade vinculada e subordinada ao Conselho de Administração, tem por objetivo, dentre outros, avaliar a execução dos programas da EMGEA e o cumprimento das normas e parâmetros fixados para as áreas internas; elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna, bem como o relatório anual de atividades da auditoria interna, a serem encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da EMGEA e a tomada de contas especial, quanto à sua composição, à forma de apresentação e à consistência dos dados informados em relação aos registros internos na Empresa.

Adicionalmente, a Empresa submete-se a procedimentos anuais de avaliação por Auditores Independentes, cuja contratação é autorizada e homologada pelo Conselho de Administração.

Subordinada à Diretoria de Controladoria, encontra-se a Superintendência de Controles Internos, responsável por instituir mecanismos para assegurar a gestão de riscos corporativos, coordenar a elaboração dos Relatórios da Administração e de Gestão, coordenar a execução das atividades relativas aos controles internos administrativos, com vistas a estabelecer instrumentos e técnicas para assegurar a conformidade dos processos e dos negócios da Empresa e auxiliar no cumprimento, pela Empresa, das normas internas e externas.

A EMGEA possui um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), que tem por finalidade subsidiar a Diretoria Executiva na tomada de decisões relacionadas à gestão dos investimentos e das demandas de projetos internos, de acordo com o planejamento estratégico organizacional e em conformidade com as orientações e melhores práticas em governança de tecnologia da informação.

Para a manutenção da boa governança, a EMGEA dispõe de instrumentos de gestão como os Códigos de Ética e de Conduta.

3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

A composição, exigências, representação, competências e processo de escolha dos dirigentes estão previstos no Estatuto Social da EMGEA, aprovado pelo Decreto nº 8.590/2015, quais sejam:

Quadro 8 - Informações sobre os dirigentes e colegiados

Órgão	Conselho de Administração	Composição e representação	Cinco membros, sendo três membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, entre eles o Presidente do Conselho, um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Diretor-Presidente da EMGEA.
Competências			<p>I. <i>fixar a política e as diretrizes básicas da EMGEA e acompanhar a sua execução;</i></p> <p>II. <i>aprovar o planejamento estratégico e orçamentário da EMGEA, em consonância com a política do Governo federal, e acompanhar a sua execução;</i></p> <p>III. <i>eleger e destituir os Diretores da EMGEA, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto nos arts. 23, 24 e 25;</i></p> <p>IV. <i>examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da EMGEA, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos relacionados à empresa;</i></p> <p>V. <i>pronunciar-se, previamente à decisão do Ministro de Estado da Fazenda, sobre as seguintes matérias:</i></p> <p style="padding-left: 20px;">a) <i>relatório da administração, demonstrações financeiras, orçamento de capital de que trata o art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e destinação do resultado do exercício;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">b) <i>alteração do capital social;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">c) <i>cisão, fusão ou incorporação; e</i></p> <p style="padding-left: 20px;">d) <i>celebração de acordo de acionistas, nos termos do Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994.</i></p> <p>VI. <i>designar e destituir o titular da Auditoria Interna, a partir de proposta do Diretor-Presidente, aprovada pela Controladoria-Geral da União;</i></p> <p>VII. <i>autorizar e homologar a contratação de auditores independentes e a rescisão dos referidos contratos;</i></p> <p>VIII. <i>autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis de uso do ativo não circulante;</i></p> <p>IX. <i>fiscalizar, avaliar e deliberar sobre a gestão da Diretoria Executiva;</i></p> <p>X. <i>reunir-se, no mínimo uma vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente da EMGEA, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT;</i></p> <p>XI. <i>deliberar sobre as propostas que lhe forem apresentadas pela Diretoria Executiva, por intermédio do Diretor-Presidente;</i></p> <p>XII. <i>aprovar as alçadas operacionais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e autorizar a sua delegação, especialmente em relação a contratos e operações financeiras;</i></p> <p>XIII. <i>manifestar-se, previamente ao encaminhamento de pedidos ao Ministério da Fazenda, sobre as seguintes matérias:</i></p> <p style="padding-left: 20px;">a) <i>quadro de pessoal;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">b) <i>plano de cargos e salários, benefícios, vantagens e outras parcelas que componham a retribuição dos empregados, inclusive a participação nos lucros ou resultados;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">c) <i>remuneração global ou individual dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e parcela variável da remuneração, prevista no art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; e</i></p> <p style="padding-left: 20px;">d) <i>alteração estatutária;</i></p> <p>XIV. <i>aprovar as diretrizes de governança corporativa;</i></p> <p>XV. <i>aprovar:</i></p> <p style="padding-left: 20px;">a) <i>seu regimento;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">b) <i>o regimento interno da EMGEA;</i></p> <p style="padding-left: 20px;">c) <i>o regulamento de licitação; e</i></p> <p style="padding-left: 20px;">d) <i>o regulamento de pessoal;</i></p> <p>XVI. <i>conceder férias ou licença de natureza facultativa ao Diretor-Presidente;</i></p> <p>XVII. <i>definir e aprovar a defesa de que trata o art. 34;</i></p> <p>XVIII. <i>requisitar, conjuntamente ou por quaisquer de seus membros, a realização de auditorias especiais;</i></p> <p>XIX. <i>avaliar formalmente, ao término de cada ano, seu próprio desempenho e o da Diretoria Executiva;</i></p> <p>XX. <i>aprovar o Código de Ética e o Código de Conduta da EMGEA; e</i></p> <p>XXI. <i>decidir sobre os casos não discriminados neste Estatuto.</i></p>

Órgão	Conselho Fiscal	Composição e representação	Três membros efetivos, e seus suplentes, sendo que um dos membros do Conselho Fiscal, juntamente com seu suplente, será representante da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor. O Presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do colegiado.
Competências	<p>I. fiscalizar os atos dos administradores da EMGEA e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;</p> <p>II. opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Ministro de Estado da Fazenda;</p> <p>III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas ao Ministro de Estado da Fazenda, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;</p> <p>IV. denunciar aos órgãos de administração da EMGEA e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, ao Ministério da Fazenda os erros, fraudes, crimes ou ilícitos de que tomarem conhecimento, e sugerir providências úteis à EMGEA; V - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEA;</p> <p>V. pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração;</p> <p>VI. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e outros documentos e requisitar informações;</p> <p>VII. elaborar e aprovar o seu regimento interno;</p> <p>VIII. solicitar à Auditoria Interna ou à auditoria externa esclarecimentos, informações ou apuração de fatos específicos; e</p> <p>IX. apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo de trinta dias, três peritos, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, com notória experiência na área em questão, entre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade da EMGEA.</p>		
Órgão	Diretoria Executiva	Composição e representação	Um Diretor-Presidente e até quatro Diretores. Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão de três anos, sendo permitida a recondução. Findo o prazo de gestão, o membro da Diretoria Executiva deverá permanecer no exercício da função até a investidura dos novos membros.
Competências	<p>I. gerir as atividades da EMGEA e avaliar os seus resultados;</p> <p>II. planejar as atividades da EMGEA e formular, entre outros, o planejamento estratégico e o orçamentário, a serem submetidos ao Conselho de Administração;</p> <p>III. aprovar normas e promover atividades referentes ao planejamento, à organização, ao funcionamento e ao controle das atividades e operações da EMGEA;</p> <p>IV. instituir e administrar a política de recursos humanos da EMGEA;</p> <p>V. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal;</p> <p>VI. autorizar os contratos e as operações de que trata o inciso XII do caput do art. 20 que estejam em sua alçada;</p> <p>VII. elaborar, a cada exercício, o relatório da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e a proposta de destinação do resultado do exercício, na forma da legislação vigente, e submetê-los à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal;</p> <p>VIII. submeter à apreciação do Conselho de Administração as matérias que dependam de sua deliberação ou de seu conhecimento;</p> <p>IX. colocar à disposição dos Conselhos de Administração e Fiscal pessoal qualificado para secretariá-los e prestar-lhes apoio técnico; e</p> <p>X. fornecer, quando solicitados, esclarecimentos ou informações aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.</p>		

Exigências quanto ao perfil para investidura nos cargos

Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no País, de notórios conhecimento e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração designará o membro da Diretoria Executiva que substituirá o Diretor-Presidente.

Não podem participar da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal da EMGEA, além dos impedidos por lei:

I - os condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra a fé pública, contra a propriedade, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II - os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a EMGEA ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação nos últimos cinco exercícios sociais imediatamente anteriores à data da eleição ou da nomeação;

III - os declarados falidos ou insolventes;

IV - os que tenham detido o controle ou participado da administração de pessoa jurídica em recuperação judicial, falida ou insolvente, no período de cinco anos anteriores à data da eleição ou da nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

V - sócio, cônjuge, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

VI - os que prestarem consultoria ou ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscais;

VII - os que tenham causado prejuízo não ressarcido à EMGEA ou lhe sejam devedores;

VIII - os que participarem de sociedades em mora com a EMGEA;

IX - os declarados inabilitados em ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e

X - os que estejam em litígio judicial contra a EMGEA, inclusive em ações coletivas.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, ao assumirem e deixarem seus cargos e durante o prazo de gestão ou mandato, prestarão declaração de bens, renovada anualmente, ou autorizarão o acesso a sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Estatuto Social da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, aprovado pelo Decreto nº 8.590, de 15.12.2015 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8590.htm#art6), assim dispõe sobre a Unidade de Auditoria Interna em seu artigo 29: “A EMGEA disporá de Unidade de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, ao qual esta deverá se reportar diretamente”.

A Auditoria Interna da EMGEA está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da Empresa, conforme art. 29 do Decreto nº 8.590/2015.

A Empresa não possui unidades descentralizadas.

A forma de escolha do Chefe de Auditoria Interna está descrita no § 1º do artigo 29 do Decreto 8.590/2015 - Estatuto Social da EMGEA, a seguir transcrito:

“Art. 29 . A EMGEA disporá de Unidade de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, ao qual esta deverá se reportar diretamente.

§ 1º O membro titular da Auditoria Interna será designado e destituído pelo Conselho de Administração, a partir de proposta do Diretor-Presidente, aprovada pela Controladoria-Geral da União”.

A Unidade está composta por 01 (um) Chefe de Auditoria Interna, 03 (três) auditores e 01 (um) Técnico Administrativo, e possui sistema próprio de auditoria desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Empresa.

Além disso, utiliza a ferramenta *Case Ware – Idea* para identificar tendências, evidenciar exceções ou criticidades, recalcular e verificar saldos de contas, identificar pontos a serem controlados, gerar amostras probabilísticas e não probabilísticas, dentre outros.

Foram elaborados, de acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e com a Resolução CGPAR 2/2010, os seguintes normativos da Unidade de Auditoria Interna, devidamente publicados na intranet da Empresa:

- Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna;
- Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna;
- Manual Normativo para a Atividade de Auditoria Interna;
- Manual de Procedimentos para a Atividade de Auditoria Interna.

A Diretoria-Executiva da Empresa recebe, via Sistema de Auditoria, todas as informações sobre os trabalhos de auditoria em todas as suas fases. Os fatos apontados pela Unidade de Auditoria Interna que necessitam de ação mais imediata do(s) Diretor(es) responsável(is) pelo processo auditado têm o plano de ação respectivo assinado pelo(s) diretor(es) e pelo Chefe de Auditoria Interna. Isso possibilita formalizar o compromisso dos envolvidos em adotar as medidas necessárias para eliminar a(s) falha(s) apontada(s) ou implementar as melhorias nos controles com vista à mitigação dos riscos inerentes ao processo.

A Auditoria Interna possui livre acesso à Diretoria da Empresa e, por isso, a comunicação sobre os riscos da não implementação de medidas em função dos apontamentos registrados nos relatórios de auditoria se dá de forma contínua. As informações sobre os eventos de riscos tratados nesses relatórios são encaminhadas à Superintendência de Controles

Internos para acompanhamento junto aos responsáveis pelos processos de trabalho e para retroalimentação da matriz de risco da Empresa.

Todos os relatórios de auditoria fazem parte da pauta de reunião dos Conselhos, sendo que na reunião do Conselho de Administração também dela participam os Diretores, o Chefe da Auditoria Interna, o Consultor Jurídico e o Chefe de Gabinete. Já na reunião do Conselho Fiscal, as áreas são chamadas para prestar esclarecimentos sobre sua atuação, principalmente em relação aos apontamentos da Auditoria Interna.

A sistemática de comunicação à Diretoria-Executiva e ao Conselho de Administração sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta administração, consiste em manutenção do item no plano de ação respectivo e de comunicação formal à Diretoria-Executiva.

No caso de não adoção de medidas por parte da Diretoria-Executiva, o fato deve ser comunicado ao Conselho de Administração da Empresa.

Não houve qualquer alteração na estrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna no exercício de 2015.

3.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Não foram apurados ilícitos administrativos no exercício de 2015.

3.5. Gestão de riscos e controles internos

A EMGEA conta com um arcabouço normativo institucional para apoiar a execução do processo “Gerir os riscos corporativos e a conformidade da Empresa”, composto de:

- a) políticas de Controles Internos Administrativos e de Gerenciamento de Riscos Corporativos, que contém as diretrizes da gestão de riscos e conformidade da organização;
- b) regime de alçadas, que enumera os níveis decisórios;
- c) manuais de parâmetros operacionais, descrevendo os limites das operações de negócio;
- d) contratos;
- e) políticas, normas e procedimentos para regulação da execução dos processos; e
- f) sistemas de informação com altos níveis de integração.

Para as atividades de controle e riscos, a EMGEA adotou como referência e suporte à execução de sua política de gerenciamento de riscos corporativos os princípios constantes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO II*, comitê que tem como missão fornecer liderança de pensamento por meio do desenvolvimento de quadros de referência gerais e orientações sobre gerenciamento de riscos corporativos, controle interno e dissuasão da fraude, concebidos para melhorar o desempenho organizacional e de governança e reduzir a dimensão da fraude nas organizações.

A EMGEA iniciou em 2015 uma importante mudança na metodologia de identificação, registro e tratamento de riscos, com a decisão de alinhar esta atividade à arquitetura de processos já instituída na empresa.

A Administração da EMGEA adota postura prudencial no gerenciamento dos riscos corporativos, visando ao adequado equilíbrio entre a exposição aos riscos decorrentes do exercício das atividades e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

As informações sobre os principais riscos aos quais a EMGEA está exposta constam detalhadas no item 27 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício, que integram o item 5.4 deste Relatório.

3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

A remuneração da Diretoria Executiva da EMGEA não está sujeita ao teto constitucional para custeio de despesas com pessoal, uma vez que não é uma empresa dependente do Tesouro Nacional. Dessa forma, a remuneração e demais vantagens dos Membros da Diretoria Executiva da EMGEA não são fixados por Decreto do Poder Executivo, e sim pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor, e é composta dos seguintes elementos:

- gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativas com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo;
- recebimento de Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não acumulado com eventual pagamento dessa vantagem pelo seu órgão de origem.

Relativamente à legislação, de acordo com o contido no artigo 35 do Estatuto Social da Empresa, aplicar-se-ão à EMGEA subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 6.404/1976.

Ademais, são observadas as disposições da Resolução nº 9/1996 do então Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, atual Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, que resolveu em seu Artigo 1º:

“Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:

I - limitar, ao mínimo legal estabelecido na Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos vigentes, a concessão das seguintes vantagens:

- a) adicional de férias;*
- b) remuneração da hora-extra;*
- c) remuneração de Adicional de sobreaviso;*
- d) remuneração de Adicional Noturno;*
- e) remuneração de Adicional de Periculosidade;*
- f) remuneração de Adicional de Insalubridade;*
- g) remuneração de Aviso Prévio;*
- h) antecipação da gratificação natalina.”*

Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da EMGEA, por intermédio do Decreto nº 8.590/2015 (Decreto nº 3.848/2001, revogado pelos Decretos nº 5.434/2005, nº 7.122/2010 e nº 8.590/2015), fez-se constar a composição da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, ficando assim definido:

“(..) CAPÍTULO III - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º(...)

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º (...)

§ 3º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

§ 5º - A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 12(...)

§ 9º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da EMGEA, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. (...)

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações mensais recebidas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Quadro 9 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2015

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Bath, S.E.R.	3.9.2013	5.8.2015	2.480,83	29.769,95
Assis, J.M.	16.1.2012	15.1.2015	168,67	2.024,02
Oliveira, P.T.C.C.	17.4.2015	17.4.2018	2.984,64	35.815,69
Chagas, L.L.	28.3.2014	21.9.2015	3.021,36	36.256,26
Valleta, M.	3.6.2013	15.6.2015	1.893,30	22.719,62
Bittencourt, A.P.L.V.	26.4.2013	24.4.2016	4.184,66	50.215,92
Figueiredo, B.E.	16.6.2015	4.6.2016	2.291,36	27.496,30
Culau, A.A.	6.8.2015	2.9.2016	1.703,83	20.445,97
Macera, A.P.	13.10.2015	13.6.2016	916,54	10.998,52

Observação: Todos os Conselheiros listados são titulares

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 10 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2015

R\$

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Almeida, V.S. (T)	9.7.2015	9.7.2016	4.184,66	50.215,92
Lima, K.A.Z. (T)	9.7.2015	9.7.2016	4.184,66	50.215,92
Rodrigues, L.A. (T)	20.5.2014	20.5.2015	1.599,54	19.194,45
Milhomem, G.B.D. (T)	23.7.2015	23.7.2016	1.868,34	22.420,06
Magalhães, P.B.C (S)	27.5.2015	22.7.2015	658,03	7.896,38

Legenda: (T) = Titular (S) = Suplente

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 11 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração

R\$

Item	2015	2014	2013
Número de membros:	9	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	235.742,25	238.601,75	218.685,90
a) Salário ou pró-labore	235.742,25	238.601,75	218.685,90
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	235.742,25	238.601,75	218.685,90
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 12 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal

R\$

Item	2015	2014	2013
Número de membros:	5	3	3
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	149.942,73	163.993,80	131.211,54
a) Salário ou pró-labore	149.942,73	163.993,80	131.211,54
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	149.942,73	163.993,80	131.211,54
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 13 - Síntese da Remuneração Paga aos Administradores – Diretoria Executiva

R\$

Item	2015	2014	2013
Número de membros:	6	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	1.465.539,35	1.383.372,85	1.202.189,32
a) Salário ou pró-labore	1.417.018,26	1.325.264,73	1.202.189,32
b) Benefícios diretos e indiretos	48.521,09	58.108,12	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	239.642,76	174.244,04
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	239.642,76	174.244,04
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	1.465.539,35	1.623.015,61	1.376.433,36
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

De acordo com o Parágrafo único do art. 30 do Estatuto Social da EMGEA, as Demonstrações Financeiras devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em conformidade com o que consta do Processo nº 00145/2013, referente à Tomada de Preços nº 01/2013, com fundamento na Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes, foi celebrado em 27.12.2013, entre a EMGEA e a empresa KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 57.755.217/0001-29, com sede em São Paulo/SP e filial em Brasília-DF, o Contrato Administrativo nº 039/2013, para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente, com a execução dos seguintes serviços:

- auditoria das Demonstrações Contábeis;
- exame e revisão dos impostos e contribuições;
- revisão do ambiente de tecnologia da informação;
- elaboração anual do Relatório de Auditoria Independente das bases de incidência das contribuições ao FCVS.

O referido contrato prevê, dentre outras cláusulas:

- prazo de vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial na data de assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei 8.666 de 1993;
- repactuação, com base na variação dos componentes dos custos, devidamente comprovada e observados os preços vigentes no mercado para a prestação de serviços, desde que respeitado o intervalo mínimo de um ano.

Em razão da cláusula de repactuação, já foram celebrados entre a EMGEA e a KPMG 2 (dois) Termos Aditivos ao Contrato 039/2013, assinados em 26.12.2014 e 24.12.2015, respectivamente.

Conforme o 2º Termo Aditivo, o prazo de vigência do contrato fica prorrogado para 26.12.2016, no valor global de R\$ 432.339,14, com despesas à conta de créditos orçamentários previstos no PDG da EMGEA.

3.8. Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade

A EMGEA possui programas específicos para empregados e dirigentes, com políticas distintas, quais sejam: Programa de Participação de Empregados nos Lucros ou Resultados da EMGEA – PLR Empregados e Programa de Participação de Dirigentes nos Lucros e Resultados da EMGEA – PLR Dirigentes.

O programa PLR Empregados promove a distribuição de lucros ou resultados aos empregados da EMGEA, na forma da Lei, e tem por objetivo incentivar os negócios e a melhoria dos resultados da Empresa para a sociedade e para seu acionista, e reconhecer o esforço de cada um na construção dos resultados.

Participam do Programa PLR Empregados apenas os ocupantes de cargos do quadro de pessoal da EMGEA, não se aplicando aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e nem aos empregados cedidos que possuam convenção de participação nos lucros e resultados com a empresa ou órgão público ao qual esteja vinculado por meio de contrato de trabalho.

O montante a ser distribuído está limitado a 1% (um por cento) do lucro líquido da empresa no exercício, não podendo exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do que será repassado ao Tesouro Nacional a título de dividendos.

Anualmente é celebrado acordo entre empresa e empregados para detalhamento de metas, indicadores, pontuações, tabelas de bonificação e de redução e critérios de distribuição de PLR no respectivo exercício. As metas estipuladas para os empregados deverão ser iguais ou inferiores àquelas propostas para os Diretores da Empresa no respectivo programa de PLR.

O pagamento de PLR a cada um dos empregados condiciona-se à obtenção de pontuação igual ou superior à mínima estipulada no respectivo Acordo no que se refere ao desempenho do empregado, ao desempenho financeiro da empresa e ao atingimento dos objetivos constantes do Planejamento Estratégico da Empresa.

O programa PLR Dirigentes tem por objetivo vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na empresa e a execução de políticas públicas. A política de remuneração de administradores deve ser compatível com a política de gestão de riscos e formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição a riscos acima dos níveis considerados prudentes, garantindo-se o desenvolvimento sustentável da empresa.

Participam do Programa os membros da Diretoria Executiva da empresa, e não se aplica aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal ou de Comitês.

O limite máximo de pagamento a cada participante é fixado em anexo específico do respectivo Acordo Anual de PLR, na forma de percentual do lucro líquido do exercício ou de valor múltiplo da remuneração fixa vigente para o respectivo cargo no mês de abril do ano do pagamento da respectiva parcela, não podendo ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da remuneração global no período.

O efetivo pagamento da PLR condiciona-se à disponibilidade financeira da empresa, mantendo-se inalterado o direito do recebimento e sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

O pagamento da PLR está condicionado ao alcance de metas definidas no Programa, sendo os valores dos indicadores auditados e verificados.

Os indicadores utilizados deverão estar alinhados ao Planejamento Estratégico e ao plano de negócios da Empresa.

Em havendo indicadores idênticos aos definidos em programa de participação nos lucros e resultados – PLR Empregados, as metas de PLR serão iguais ou mais desafiadoras para os Dirigentes.

O bônus por extrapolação será devido apenas quando todas as metas de PLR forem cumpridas em pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) do valor pactuado.

Ressalte-se que os dois Programas só têm validade se expressamente aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.9. Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Por não haver nesta Empresa participação acionária de membros de colegiado, o subitem 5.14 - Participação acionária de membros de colegiados da entidade, da Portaria - TCU nº 321/2015, não se aplica à natureza jurídica da EMGEA.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica da EMGEA os seguintes subitens da Portaria - TCU nº 321/2015:

- 6.2 Carta de Serviços ao Cidadão;
- 6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

4.1. Canais de Acesso do Cidadão

Conforme mencionado no subitem 1.1 deste Relatório, a EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Quando de sua constituição, tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros integrantes do SFH.

A Empresa dispõe de autorização legislativa, contida no art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, para “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”.

Assim, desde a sua criação, a EMGEA terceiriza as atividades relacionadas à cobrança desses créditos, mediante contratação da CAIXA na condição de prestadora de serviços, tendo em vista que a quase totalidade dos bens, direitos e obrigações da Empresa provém daquela Instituição, além da sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Nesse contexto, o relacionamento com os mutuários e demais clientes da EMGEA é efetuado pela CAIXA, por meio de sua rede de agências e demais canais de atendimento daquela instituição, tais como Serviços de Atendimento ao Cliente, Ouvidoria e pelo sítio: www.caixa.gov.br.

A EMGEA mantém em seu sítio na *Internet* (www.emgea.gov.br) Canal de “Perguntas Mais Frequentes”, e disponibiliza informações públicas e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), além das informações institucionais, agenda dos administradores, espaço para solicitação de informações, reclamações, denúncias e sugestões.

Outras informações, como estatísticas dos contratos imobiliários, Relatórios da Administração e Demonstrações Contábeis são também disponibilizadas no sítio da Empresa na *Internet*.

Por meio do e-SIC – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão, criado pela CGU, e em cumprimento ao disposto na LAI, são recebidas solicitações de informações efetuadas pelos cidadãos.

A EMGEA também disponibiliza seu próprio SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. As solicitações recebidas em 2015 nesse canal versaram sobre questões de interesse de particulares, relativas a créditos da Empresa, e foram redirecionadas à CAIXA, na condição de prestadora de serviços.

4.2. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações sobre a atuação da Empresa são disponibilizadas em seu sítio na *Internet* (www.emgea.gov.br).

4.3. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em cumprimento às normas relativas à acessibilidade, em especial à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, a EMGEA sempre procurou dar atenção à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Nesse sentido, o acesso e a circulação nas instalações da EMGEA são realizados, normalmente, por duas entradas, sendo uma pela entrada principal, por escadas devidamente guarnecidas por corrimões, que auxiliam as pessoas com ou sem qualquer tipo de limitação, havendo, ainda, fitas antiderrapantes, e outra entrada pela garagem, que possui acesso direto aos elevadores.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Desempenho financeiro do exercício

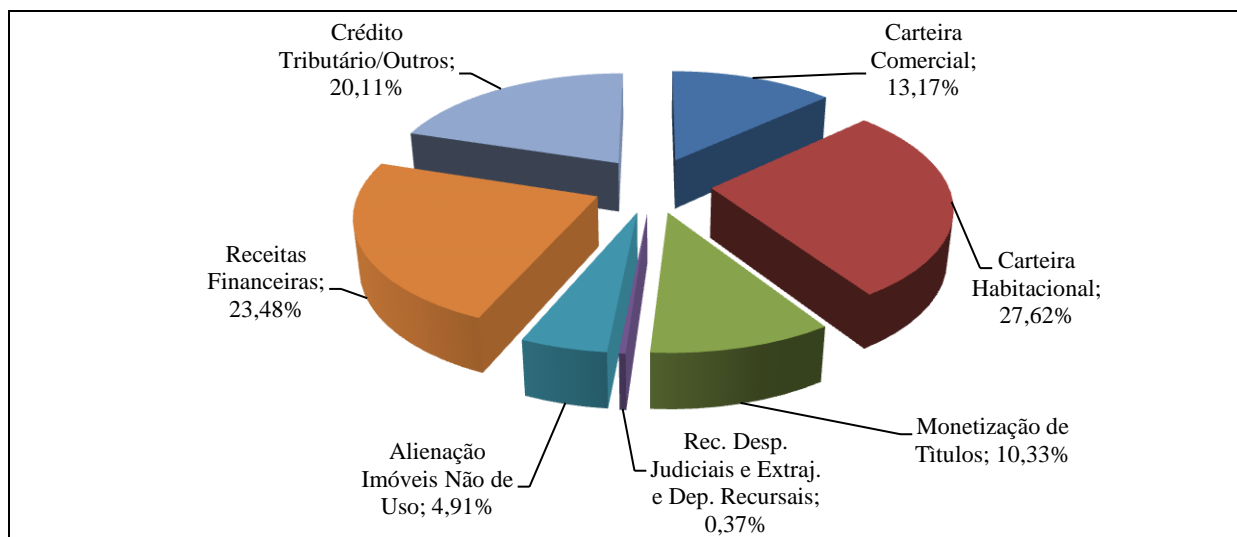
5.1.1. Fluxo de Caixa

O volume das operações da EMGEA proporcionou, em 2015, o ingresso de R\$ 2.365,75 milhões, apresentando um aumento de 13,29% em relação ao ano passado.

Dentre os recursos que compõem esses ingressos, destacam-se:

- Carteira Habitacional – R\$ 653,49 milhões;
- Receitas Financeiras – R\$ 555,45 milhões;
- Créditos Tributários / Outros – R\$ 475,82 milhões;
- Arrecadação da Carteira Comercial – R\$ 311,62 milhões; e
- Retorno da Alienação de Imóveis não de Uso – R\$ 116,15 milhões.

Gráfico 2 - Fluxo de Caixa – 2015 – Participação dos ingressos por tipo



Fonte: Superintendência Financeira

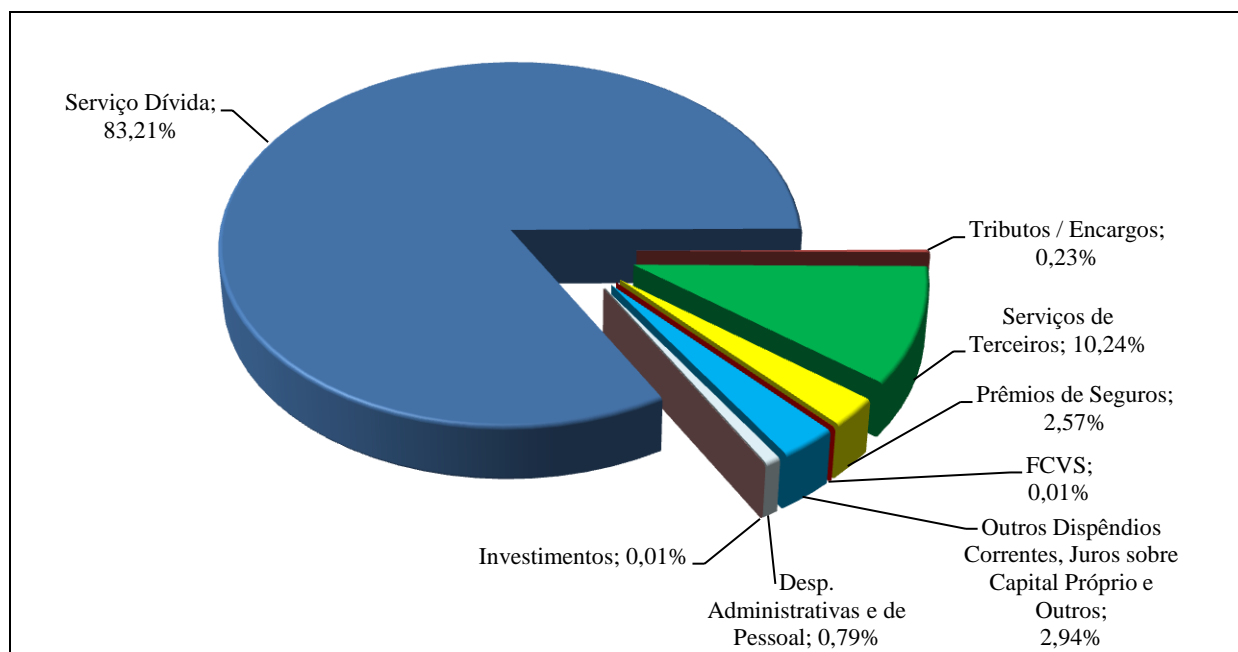
Em contrapartida ao incremento nos ingressos, houve aumento de 15,29% nas saídas de recursos, passando de R\$ 2.062,08 milhões, em 2014, para R\$ 2.377,28 milhões em 2015, em razão do volume de desembolsos com o passivo da Empresa perante o FGTS.

Na composição das saídas de caixa, apresentadas no gráfico a seguir, observa-se maior participação dos pagamentos do Serviço da Dívida da EMGEA (FGTS, FDS e Passivo Caixa), que alcançaram o montante de R\$ 1.978,16 milhões, seguida dos gastos com:

- Serviços de Terceiros – R\$ 243,51 milhões;
- Outros Dispendios Correntes, Juros sobre Capital Próprio e Outros – R\$ 69,68 milhões;
- Prêmio de Seguros – R\$ 61,09 milhões;
- Despesas Administrativas e de Pessoal – 18,69 milhões;

- Tributos e Encargos, FCVS e Investimentos – R\$ 6,14 milhões.

Gráfico 3 - Fluxo de Caixa 2015 - Composição das Saídas

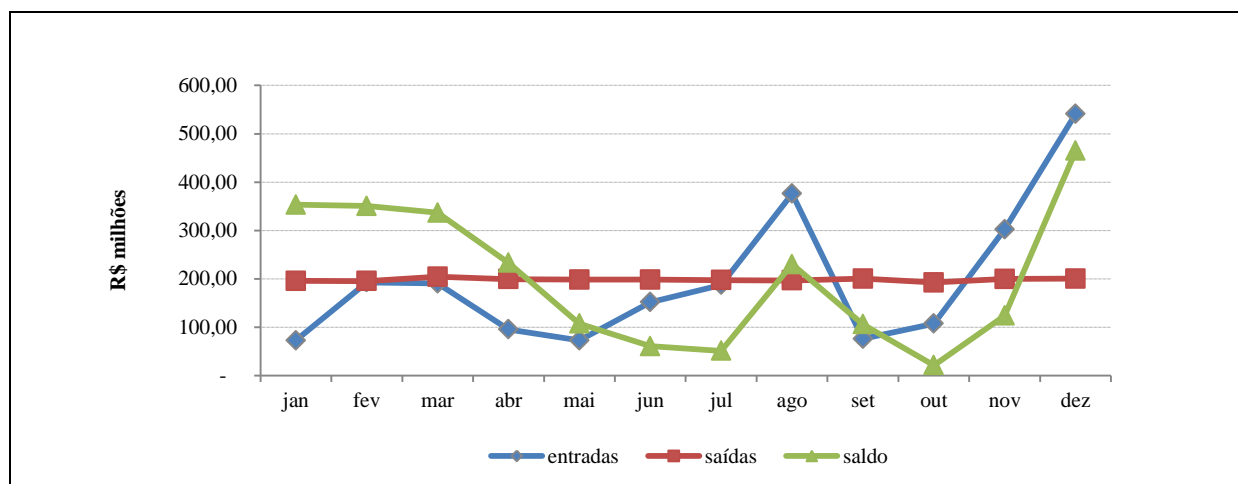


Fonte: Superintendência Financeira

O saldo de disponibilidades verificado em 31.12.2015 alcançou o montante de R\$ 464,64 milhões, sendo 2,42% inferior ao saldo final de 2014, de R\$ 476,26 milhões. Os recursos foram, em sua maioria, alocados em aplicações financeiras.

O fluxo de caixa, ao longo de 2015, demonstra elevações no saldo de caixa em agosto, novembro e dezembro, reflexo das entradas de recursos oriundos da recuperação de crédito tributário junto à Receita Federal do Brasil - RFB (R\$ 296,72 milhões), da monetização de títulos CVS com o Tesouro Nacional (R\$ 227,62 milhões) e do recebimento de juros e amortizações acumulados oriundos da 23ª Novação de Dívidas (R\$ 451,79 milhões), respectivamente, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Fluxo de Caixa – 2015



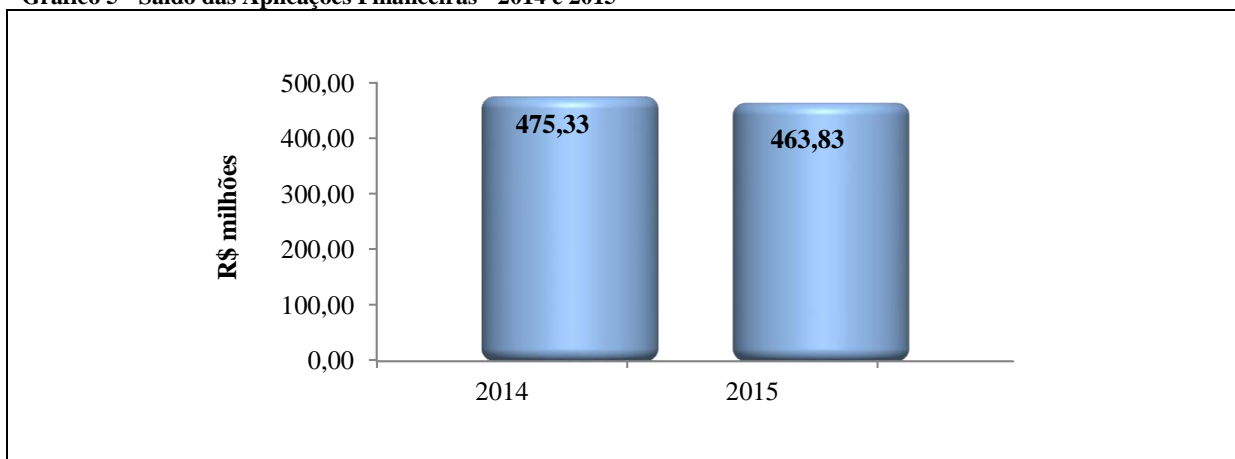
Fonte: Superintendência Financeira

5.1.2. Aplicações Financeiras

A EMGEA mantém aplicações nos fundos de investimento BB Extramercado FAE 2 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI, todos com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.

Comparando os exercícios de 2014 e 2015, o saldo das aplicações reduziu-se em R\$ 11,50 milhões (2,42%), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Saldo das Aplicações Financeiras - 2014 e 2015



Fonte: Superintendência Financeira

Quadro 14 - Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2015

Ano	Em %	
	Rentabilidade acumulada nominal média	Rentabilidade acumulada média (em relação aos índices Anbima)
2014	10,42	98,48
2015	12,69	97,56

Fonte: Superintendência Financeira

A partir de fevereiro de 2012, para adequação à Resolução CMN nº 4.034/2011 quanto à política de investimento dos fundos extramercado, os referenciais de rentabilidade, antes atrelados à Taxa Média Selic - TMS, passaram a acompanhar a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais, prefixados (LTN e NTN) e de curto prazo.

5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. Essas informações encontram-se detalhadas nas Notas Explicativas 3.g e 13, constantes do item 5.4 deste Relatório.

5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Encontra-se em estudos na EMGEA, a viabilidade (custo x benefício) da implementação de uma sistemática de apuração de custos dos produtos e serviços.

A partir de 2014, a EMGEA implantou o sistema de gestão orçamentária, por meio do qual foram introduzidos novos conceitos que permitiram a definição dos insumos e

dos principais produtos que estão diretamente vinculados à criação de valor dos processos descritos no mapeamento da Instituição. Essa sistemática viabilizou a criação de centros de resultados e medições de efetividade, bem como a agregação de valores com a finalidade de dar ao gestor mais um instrumento de controle sobre o desempenho do negócio.

O Sistema de Controle Orçamentário - SISCOR encontra-se parametrizado e preparado para constituir a base unificada de dados contábeis, financeiros, patrimoniais e orçamentários para a mensuração dos custos dos produtos e serviços da Empresa.

5.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante		1.602.596	1.963.184
Caixa e equivalentes de caixa		38.863	4.667
Disponibilidades	4	38.863	4.667
Títulos e valores mobiliários		425.782	471.507
Títulos públicos federais	5.1	288.880	78.655
Fundo de investimento	5.2	136.902	392.852
Operações de Crédito		683.456	1.170.963
Créditos Imobiliários	6.1	496.493	1.170.963
Créditos Comerciais	6.2	186.963	-
Outros créditos		85.091	187.314
Outros créditos a receber	8	85.091	187.314
Tributos a recuperar		265.711	-
Impostos e contribuições a recuperar	12	265.711	-
Outros Valores e Bens		103.693	128.733
Imóveis não de uso	9	103.693	128.733
Não Circulante		13.119.452	14.080.173
Realizável a Longo Prazo		13.117.375	14.077.356
Operações de Crédito		1.912.889	2.090.324
Créditos Imobiliários	6.1	1.444.334	1.386.281
Créditos Comerciais	6.2	468.555	704.043
Outros Créditos		10.962.536	10.988.894
Créditos vinculados - SFH	10	10.776.660	10.826.919
Créditos adquiridos	7	72.642	67.649
Outros créditos a receber	11	113.234	94.326
Outros Valores e Bens		241.950	134.280
Imóveis não de uso	9	241.950	134.280
Tributos a recuperar		-	863.858
Impostos e contribuições a recuperar	12	-	863.858
Imobilizado		2.077	2.817
Imobilizado de uso	13	2.077	2.817
Total do Ativo		14.722.048	16.043.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante		2.348.810	2.223.222
Passivos financeiros		1.889.112	1.868.233
Empréstimos e Financiamentos	14	1.889.112	1.868.233
Outras obrigações		441.527	340.649
Obrigações com pessoal	15	5.617	4.509
Obrigações com fornecedores	16	30.303	29.759
Obrigações tributárias	17	18.317	3.337
Juros sobre Capital Próprio	22.c	114.253	49.735
Obrigações por repasses	18	11.871	21.715
Obrigações com mutuários	19	248.499	219.069
Provisão para riscos cíveis	20	12.667	12.525
Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda		18.171	14.340
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	21	18.171	14.340
Não Circulante		2.569.252	4.202.118
Passivos financeiros		2.568.943	4.201.831
Empréstimos e Financiamentos	14	2.568.943	4.201.831
Outras obrigações		309	287
Obrigações com pessoal	15	309	287
Patrimônio líquido		9.803.986	9.618.017
Capital social	22.a	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	22.b	745.993	560.024
Reserva legal		48.918	36.723
Reserva de retenção de lucros		697.075	523.301
Total do Passivo		14.722.048	16.043.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	2015	2014
Receitas com juros e similares	23.a	1.662.831	1.544.477
Despesas com juros similares	23.b	(366.151)	(492.676)
Resultado líquido com juros e similares		1.296.680	1.051.801
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		(932.240)	(734.856)
Provisões (reversões) líquidas	23.c	(301.103)	1.301.644
Descontos concedidos / Perdas	23.c	(631.137)	(2.036.500)
Outras receitas (despesas) operacionais	23.d	205.800	20.684
Resultado Intermediário		570.240	337.629
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis		(12.192)	52.347
Provisões (reversões) para perdas com outros recebíveis	23.e	(25.943)	(11.704)
Variações cambiais (líquidas)	23.e	-	45.086
Outras receitas (despesas)	23.e	13.751	18.965
Despesas com provisões (reversões) para riscos cíveis	20	(142)	957
Resultado com tributos a recuperar	23.f	98.643	36.912
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	23.g	(15.700)	22.240
Despesas administrativas		(345.913)	(260.441)
Despesas com pessoal	23.h	(17.157)	(16.425)
Despesas com tributos	23.h	(74.373)	(16.612)
Outras despesas administrativas	23.h	(254.383)	(227.404)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		294.936	189.644
Outras Receitas Financeiras	23.i	119.198	33.154
Outras Despesas Financeiras	23.i	(21.616)	(13.389)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		392.518	209.409
Imposto de renda e contribuição social	24	(148.624)	-
Resultado líquido do exercício		243.894	209.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Descrição	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	243.894	209.409
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	243.894	209.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		9.057.993	26.253	374.097	-	9.458.343
Lucro líquido do exercício					209.409	209.409
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	22.b		10.470		(10.470)	-
Reserva para Retenção de Lucros	22.b			149.204	(149.204)	-
Juros sobre Capital Próprio	22.c				(49.735)	(49.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		9.057.993	36.723	523.301	-	9.618.017
Lucro líquido do exercício					243.894	243.894
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	22.b		12.195		(12.195)	-
Reserva para Retenção de Lucros	22.b			173.774	(173.774)	-
Juros sobre Capital Próprio	22.c				(57.925)	(57.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		9.057.993	48.918	697.075	-	9.803.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Descrição	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	1.681.182	1.473.556
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	392.518	209.409
Depreciação e amortização	809	824
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	301.103	(1.301.644)
Provisão para perdas	(17.271)	33.490
Provisão para riscos cíveis	142	(957)
Descontos concedidos	566.410	553.625
Perdas com ativos financeiros	64.727	1.482.875
Despesas financeiras sobre financiamentos	366.151	492.676
Despesas financeiras sobre Dividendos / JCP	6.593	3.155
Resultado da recuperação de créditos	-	103
Variações nos ativos	291.174	200.831
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	(210.225)	(2.220)
(Aumento) redução dos fundos de investimento	255.950	(37.747)
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	260.161	(442.613)
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	42.326	(704.043)
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos	-	764.399
(Aumento) redução de créditos adquiridos	(4.993)	(8.433)
(Aumento) redução dos imóveis não de uso	(163.158)	(125.084)
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(454.798)	565.370
(Aumento) redução de outros créditos a receber	57.372	(94.973)
(Aumento) redução de IR / CSLL pagos	(148.624)	-
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	657.163	286.175
Variações nos Passivos	40.294	(55.841)
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	1.130	1.021
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	767	8.051
Aumento (redução) de obrigações tributárias	14.980	1.678
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(9.844)	(6.198)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	29.430	39.224
Aumento (redução) das demais obrigações	-	(100.588)
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos mantidos para venda	3.831	971
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.012.650	1.618.546
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(294)	(996)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(294)	(996)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Repactuação dos empréstimos e financiamentos	-	65.640
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.695.383)	(1.360.294)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(282.777)	(270.060)
Dividendos / JCP pagos	-	(66.595)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(1.978.160)	(1.631.309)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	34.196	(13.759)
Modificação na posição financeira		
No início do exercício	4.667	18.426
No fim do exercício	38.863	4.667
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	34.196	(13.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

5.5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 8.590, de 15 de dezembro de 2015 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70.070-902.

b) Informações sobre a constituição e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários e comerciais, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação destas demonstrações contábeis foi efetivada em reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração realizadas, respectivamente, em 23 de março e 4 de abril de 2016.

b) Continuidade

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos para dar continuidade a suas atividades em um cenário projetado contemplando no mínimo o prazo de 1 (um) ano. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na Nota 1, considerando que sua maior obrigação possui garantia da União. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado conforme critérios descritos na Nota 3.b.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os itens patrimoniais mais relevantes sujeitos a essas estimativas são os seguintes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 3.b);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.d);

- Provisão para perdas na novação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 3.e);
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar (Nota 3.i);
- Provisão para desvalorização dos imóveis não de uso, quando o valor contábil dos bens excede o valor justo (Nota 3.f);
- Provisão para riscos cíveis (Nota 3.h).

f) Consolidação do Fundo Exclusivo

Em consonância com suas estratégias de negócios, a EMGEA possui fundo de investimento exclusivo, o qual é consolidado nas suas demonstrações contábeis no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI, administrado pela Caixa Econômica Federal. Os títulos e investimentos mantidos por meio desse fundo são registrados nas rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento.

Os valores do Fundo Exclusivo de Renda Fixa nas demonstrações contábeis da EMGEA estão apresentados a seguir:

Ativo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		37.955	3.734
Operações Compromissadas - CAIXA	4	37.955	3.734
Títulos e valores mobiliários		288.880	78.655
Títulos públicos federais	5.1	288.880	78.655
Total		326.835	82.389

g) Reclassificações para fins de comparabilidade

Foram efetuadas determinadas reclassificações no Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa relativo ao exercício de 2014 para melhor comparabilidade com o exercício de 2015, sem afetar materialmente a divulgação anterior e sem alterar o total do ativo e passivo e resultados intermediários conforme a seguir:

Descrição	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Grupo e subgrupo			
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	397.519		4.667
Disponibilidades	397.519	(392.852)	4.667
Títulos e valores mobiliários	78.655		471.507
Fundo de investimento	-	392.852	392.852
Outros Valores e Bens	263.013		128.733
Imóveis não de uso	263.013	(134.280)	128.733
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros Valores e Bens	-		134.280
Imóveis não de uso	-	134.280	134.280

Descrição	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Grupo e subgrupo			
Balanco Patrimonial			
Passivo			
Circulante			
Outras Obrigações	340.936		340.649
Obrigações com pessoal	4.796	(287)	4.509
Não Circulante			
Outras Obrigações	-		287
Obrigações com pessoal	-	287	287

Descrição	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Grupo e subgrupo			
Demonstração de Resultado			
Receitas com juros e similares	1.542.802	1.675	1.544.477
Resultado líquido com juros e similares	1.050.126		1.051.801
Outras receitas (despesas) operacionais	14.321	6.363	20.684
Resultado Intermediário	329.591		337.629
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis	52.217		52.347
Outras receitas (despesas)	18.835	130	18.965
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	15.806	6.434	22.240
Despesas administrativas	(245.838)		(260.441)
Despesas com pessoal	(18.600)	2.175	(16.425)
Despesas com tributos	-	(16.612)	(16.612)
Outras despesas administrativas	(227.239)	(165)	(227.404)
Resultado líquido do exercício	209.409	-	209.409

Descrição	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Grupo e subgrupo			
Demonstração do Fluxo de Caixa			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Variações nos ativos			
(Aumento) redução dos fundos de renda fixa	-	(37.747)	(37.747)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.656.293		1.618.546
Modificação na posição financeira			
No início do exercício	373.531	355.105	18.426
No fim do exercício	397.519	392.852	4.667
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	23.988	(37.747)	(13.759)

As reclassificações acima se referem à melhor evidenciação dos valores relativos ao Ativo Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante assim como na Demonstração de Resultados com a separação dos impostos PASEP e COFINS dos grupos respectivos das receitas que lhes deram origem, com a alocação do valor em um item específico, em “Despesas com tributos” no grupo “Despesas administrativas” não afetando o resultado no final do exercício.

Adicionalmente, foi realizada uma revisão dos conceitos aplicados na definição dos itens classificados como equivalente de caixa. Essa revisão revelou a necessidade de reclassificar o montante de R\$ 392.582, considerado como equivalente de caixa nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, para a rubrica “Aplicações Financeiras” e a correspondente reclassificação na Demonstração do Fluxo de Caixa.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da EMGEA, a saber:

Receita líquida de juros e de atualização monetária – As receitas e as despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros e atualização monetária, são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se as condições previstas nos itens “3d e 3e” abaixo. Vide detalhamento na Nota 23.

Receita de taxas e comissões – Refere-se às taxas e comissões para cobertura de despesas de administração de contratos recebida no encargo mensal, relativas às operações de créditos imobiliário, reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, e às rendas de encargos moratórios por atraso, considerando os aspectos mencionados na Nota 23.a.

Receitas de deságio - são reconhecidas mensalmente de acordo com a movimentação das respectivas operações de crédito adquiridas, em especial das amortizações / liquidações.

b) Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos

i. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A EMGEA classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração:

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a EMGEA gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado incluem principalmente o caixa e os equivalentes de caixa (Nota 4) e os Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e

recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação (Notas 3.d e 6.1), créditos vinculados ao SFH (Notas 3.e e 10), créditos comerciais (Nota 6.2) e outros créditos (Notas 8 e 11).

ii. Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (“impairment”)

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

Nas notas a seguir estão sendo destacados os aspectos detalhados do reconhecimento e mensuração da redução ao valor recuperável para cada grupo de ativos financeiros não derivativos relevantes, quando aplicável.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A EMGEA classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente os financiamentos (Nota 14), obrigações com mutuários (Nota 19), fornecedores (Nota 16).

iv. Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

v. Instrumentos financeiros derivativos

Referem-se a operações realizadas no mercado futuro de derivativos registradas na rubrica Títulos e Valores Mobiliários pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A (Nota 5).

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela Empresa para atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

d) Recebíveis de mutuários e redução ao valor recuperável

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas efetivas de juros de acordo com a fluência dos prazos contratuais das operações e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. A partir desse momento, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento do mutuário.

i. Redução ao valor recuperável dos recebíveis de mutuários (“impairment”)

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada conforme critérios estabelecidos pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário, comerciais e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, os enquadramentos dos contratos nas medidas negociais autorizadas pela Empresa que incentivam a liquidação ou reestruturação da dívida, os níveis de inadimplência e o comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento de administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de créditos imobiliários de responsabilidade de mutuários pessoa física e pessoa jurídica. Para os contratos firmados com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) também é considerada a parcela do saldo que possui cobertura de responsabilidade do Fundo.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas na rubrica Provisões (reversões) líquidas do grupo Ganhos (Perdas) com Ativos Financeiros.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas Notas 6.c e 6.d.

- **Perdas decorrentes de execução de garantias**

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua

adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Perdas em operações de adjudicações e arrematação.

- **Perdas decorrentes de reestruturação de contratos**

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito no item anterior.

- **Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas**

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e contratos comerciais, bem como ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “perdas com ativos financeiros”.

Para os descontos nas operações adquiridas com deságio, por cessão onerosa com a CAIXA, somente é reconhecida no resultado a parcela que exceder o valor do deságio.

- ii. *Baixa*

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em “outras receitas operacionais”.

- e) **Créditos vinculados – SFH e redução ao valor recuperável**

Créditos vinculados ao SFH se referem aos valores residuais de contratos habitacionais encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União.

- i. *Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)*

A gestão de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor devido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional.

A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na Nota 10.

f) Outros Valores e Bens

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Provisões para desvalorizações” na demonstração consolidada do resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em “Lucro na alienação de bens não de uso”, quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis”, quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 9).

g) Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 13).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando existe uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base nas melhores estimativas disponíveis.

i. Provisão para riscos cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

• **Uma provisão deve ser reconhecida quando:**

- a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
- b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na Nota 20.

i) Impostos e contribuições correntes e diferidos

i. Tributos correntes

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados nas demonstrações de resultados no grupo despesas administrativas em despesas tributárias. (Nota 23.h).

ii. Tributos diferidos

A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças intertemporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de previsibilidade quanto à realização futura de tais impostos diferidos.

iii. *Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas/compensadas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/95 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a compensar estão divulgados na Nota 12.

j) **Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pró-rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	908	933
Operações Compromissadas – CAIXA (i)	37.955	3.734
Total	38.863	4.667

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal. A rentabilidade anual foi de 12,71% em 2015 (10,36% em 2014)

Esses ativos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Títulos públicos federais

Apresentamos abaixo as informações referentes à carteira de títulos e valores mobiliários mantidos por meio de fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como a sua forma de classificação:

i. *Em 31 de dezembro de 2015:*

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	167.549	167.521	(28)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	121.407	121.359	(47)	7 a 12 meses
Total	288.956	288.880	(75)	

ii. *Em 31 de dezembro de 2014:*

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	53.314	53.303	(11)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.388	25.352	(36)	7 a 12 meses
Total	78.702	78.655	(47)	

5.2. Fundo de investimento

i. Em 31 de dezembro de 2015:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtda Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	102.710	1,333798597	136.995
Bloqueio Judicial (ii)			(93)
Total			136.902

ii. Em 31 de dezembro de 2014:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtda Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	331.939	1,183773919	392.941
Bloqueio Judicial (ii)			(89)
Total			392.852

(i) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média anual bruta foi de aproximadamente 12,67% em 2015 (10,47% em 2014).

(ii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos a receber (nota 8).

6. Recebíveis de mutuários

6.1. Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

No exercício de 2014, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foram transferidos à EMGEA pela CAIXA, contratos imobiliários de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujo valor de aquisição naquela data foi de R\$ 899.454 (saldo de R\$ 551.139 na posição de 31.12.2015).

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	31.12.2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	442.584	2.345.027	2.787.611
Valores a receber (ii)	541.407	10.979.706	11.521.113
Rendas a Apropriar (iii)	(195.597)	(5.629.117)	(5.824.714)
Diferencial de juros (iv)	(62)	(41.554)	(41.616)
Outros valores (v)	4.382	-	4.382
Deságio (vi)	-	(101.720)	(101.720)
Subtotal	792.714	7.552.342	8.345.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296.221)	(6.108.008)	(6.404.229)
Total	496.493	1.444.334	1.940.827

ii. Em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	31.12.2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.581.784	2.112.639	3.694.423
Valores a receber (ii)	11.650.311	939	11.651.250
Rendas a Apropriar (iii)	(5.963.286)	-	(5.963.286)
Diferencial de juros (iv)	(60.195)	(22.673)	(82.868)
Outros valores (v)	(10.772)	-	(10.772)
Deságio (vi)	(28.046)	(95.273)	(123.319)
Subtotal	7.169.796	1.995.632	9.165.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.998.833)	(609.351)	(6.608.184)
Total	1.170.963	1.386.281	2.557.244

- (i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.
- (ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.
- (iii) Refere-se as receitas de operações de crédito vencidas a partir do 60º dia.
- (iv) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.
- (v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.
- (vi) O Deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2015:

Tipo	31.12.2015		Total
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	
Pessoa física	304.400	5.612.492	5.916.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(236.402)	(3.802.839)	(4.039.241)
Deságio	(870)	(100.850)	(101.720)
Total pessoa física	67.128	1.708.803	1.775.931
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	2.498.678	2.498.678
Pessoa jurídica - Setor Público	-	26.824	26.824
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.364.981)	(2.364.981)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(7)	(7)
Total pessoa jurídica	-	160.514	160.514
Outros valores	-	4.382	4.382
Total	67.128	1.873.699	1.940.827

ii. Em 31 de dezembro de 2014:

Tipo	31.12.2014		Total
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	
Pessoa física	452.547	6.365.314	6.817.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(272.338)	(4.052.966)	(4.325.304)
Deságio	(1.055)	(122.264)	(123.319)
Total pessoa física	179.154	2.190.084	2.369.238
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	2.434.519	2.434.519
Pessoa jurídica - Setor Público	-	47.139	47.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.282.353)	(2.282.353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(527)	(527)
Total pessoa jurídica	-	198.778	198.778
Outros valores	-	(10.772)	(10.772)
Total	179.154	2.378.090	2.557.244

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira por faixa de atraso está demonstrada a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2015:

Faixa de Atraso	Valor da provisão
Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa jurídica	
De 0 a 60 dias	1.031.775
De 61 a 180 dias	30.744
De 181 a 360 dias	30.729
Acima de 360 dias	5.310.974
Setor Público	
De 181 a 360 dias	7
Total	6.404.229

ii. Em 31 de dezembro de 2014:

Faixa de Atraso	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica	
De 0 a 60 dias	535.808
De 61 a 180 dias	39.291
De 181 a 360 dias	75.169
Acima de 360 dias	5.957.389
Setor Público	
De 181 a 360 dias	527
Total	6.608.184

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Saldo Inicial	(6.608.184)	(6.631.302)
Reversão de provisões	914.933	945.332
Reforço de provisões	(710.978)	(922.214)
Movimentação líquida nas provisões	203.955	23.118
Saldo final	(6.404.229)	(6.608.184)

6.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Composição da carteira:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Circulante	186.963	-
Saldo Devedor (i)	2.182.383	-
Deságio - Créditos Comerciais	(1.995.420)	-
Não Circulante	468.555	704.043
Saldo Devedor (i)	3.447.955	6.005.964
Deságio - Créditos Comerciais	(2.979.400)	(5.301.921)
Total	655.518	704.043

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo e crédito direto ao consumidor.

7. Créditos adquiridos

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição *pro solvendo*, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. No exercício de 2015 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 5.073 (R\$ 4.158 em 2014).

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Não circulante		
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	72.642	67.649
Total	72.642	67.649

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento em fevereiro de 2017, conforme Oitavo Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em 26 de fevereiro de 2016.

8. Outros créditos a receber – Circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Outros créditos a receber - circulante	207.898	276.124
Movimentação financeira – CAIXA (i)	66.359	135.389
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	56.253	55.117
Pendências de repasse	29.288	27.322
Títulos CVS (iii)	-	17.839
Débitos remanescentes (iv)	11.881	11.881
Indenizações de sinistros a receber (v)	13.727	11.836
Valores a apropriar (vi)	25.898	7.308
Valores a receber do governo do Acre (vii)	-	4.377
Débitos em novações de créditos FCVS (viii)	4.074	3.884
FGTS a receber (ix)	247	813
Outros recebíveis (x)	62	257
Bloqueios judiciais (xi)	109	101
Provisões para perdas - circulante	(122.807)	(88.810)
Provisão perdas no desembolso com execução judicial e extrajudicial	(50.629)	(49.607)
Provisão perdas débitos remanescentes	(11.881)	(11.881)
Provisão de pendências de repasse	(29.288)	(27.322)
Provisão sobre valores a repassar créditos comerciais	(31.009)	-
Líquido de outros créditos a receber - circulante	85.091	187.314

- (i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.
- (ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.
- (iii) Títulos CVS recebidos nas 10ª (Décima) Assunção de Dívida com o FGTS e da negociação com a Economisa. Permutados com o STN na 17ª tranche.
- (iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.
- (v) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.
- (vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.
- (vii) Referem-se aos valores recebidos do Governo do Estado do Acre, decorrentes da aquisição de 977 créditos originários da carteira imobiliária do BANACRE.
- (viii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.
- (ix) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.
- (x) Referem-se, principalmente adiantamento de férias e treinamento (MBA) dos funcionários.
- (xi) Referem-se basicamente a valores bloqueados em caixa e equivalente de caixa e nos fundos de investimentos da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de créditos imobiliários.

9. Outros Valores e Bens

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Circulante	103.693	128.733
Imóveis não de uso	124.233	154.507
Provisão para desvalorização	(20.540)	(25.774)
Não circulante	241.950	134.280
Imóveis não de uso	289.877	161.171
Provisão para desvalorização	(47.927)	(26.891)
Total	345.643	263.013

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei 8.666/93.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

A movimentação ocorrida nos exercícios foram as seguintes:

i. Em 2015:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2014	315.678
Adições	227.165
Alienações	(128.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	414.110

ii. Em 2014:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534
Adições	130.036
Alienações	(70.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	315.678

10. Créditos vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 14.371.407 (R\$ 13.916.609 em 2014), e provisões de R\$ 3.594.747 (R\$ 3.089.690 em 2014), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

Em 2015 foi celebrado contrato de novação no valor de R\$ 679.403, sendo R\$ 227.616 em títulos CVS e o restante, no valor de R\$ 451.787, em espécie.

A EMGEA, com base na autorização prevista na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por títulos públicos federais, de maior liquidez. No exercício de 2015 foi

efetuada permuta no valor total de R\$ 244.399, integralizado ao patrimônio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI.

A composição do saldo é a seguinte:

Situação dos contratos	31.12.2015		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	430.364	(190.889)	239.475
Habilitados e não homologados (ii)	603.099	(178.498)	424.601
Habilitados e homologados (iii)	13.337.944	(3.225.360)	10.112.584
Saldo	14.371.407	(3.594.747)	10.776.660

Situação dos contratos	31.12.2014		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	583.411	(181.453)	401.958
Habilitados e não homologados (ii)	450.251	(91.716)	358.535
Habilitados e homologados (iii)	12.882.947	(2.816.521)	10.066.426
Saldo	13.916.609	(3.089.690)	10.826.919

- (i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).
- (ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.
- (iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

11. Outros créditos a receber – Não circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Outros créditos a receber - não circulante	403.736	392.881
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	168.444	160.781
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	153.738	159.599
Permuta de Créditos com a CAIXA – Saldo de Reposicionamento (iii)	48.145	44.828
Depósitos judiciais (iv)	27.124	21.877
PLD - seguro de crédito (v)	6.285	5.796
Provisões para perdas - não circulante	(290.502)	(298.555)
Provisão de créditos a receber da UNIÃO - retenção indevida de IR (vi)	(168.444)	(160.781)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(115.773)	(131.978)
Provisão de PLD - seguro de crédito	(6.285)	(5.796)
Líquido de outros créditos a receber - não circulante	113.234	94.326

- (i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.
- (ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.
- (iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos conforme Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA de 30.9.2014, conforme Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a, acrescido de Taxa Referencial – TR.
- (iv) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.
- (v) Perda líquida definitiva (PLD) – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

- (vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 168.444 (R\$ 160.781 em 31 de dezembro de 2014), tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.
- (vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

12. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R\$ 265.711 (R\$ 863.858 líquido de provisão em 2014), demonstrados a seguir:

Tributos	Saldo em 31.12.2014	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2015
IRPJ	557.201	3.480	25.292	(177.119)	(225.045)	183.809
CSLL	362.008	1.210	14.202	(296.719)	-	80.701
COFINS	3.636	(618)	131	(1.979)	-	1.170
PASEP	29	-	2	-	-	31
Total dos créditos	922.874	4.072	39.627	(475.817)	(225.045)	265.711
Provisão para perdas na recuperação	(59.016)	59.016	-	-	-	-
Crédito Líquido	863.858	63.088	39.627	(475.817)	(225.045)	265.711

Para os créditos tributários, a Administração encaminha Pedidos de Restituição à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 31.12.2015 de R\$ 265.711, encontra-se quase integralmente homologado por aquele Órgão, cuja realização se dará mediante a sua restituição em espécie ou compensações com pagamentos de tributos futuros.

Em 2015 foram restituídos pela RFB créditos tributários no valor de R\$ 475.817 referentes a tributos recolhidos a maior de IRPJ, CSLL e COFINS (R\$ 311.214 em 2014).

Adicionalmente, em 2015 a Administração efetuou a reversão da provisão constituída para eventuais perdas na recuperação dos créditos, tendo em vista a homologação dos créditos pela RFB e o histórico de restituições efetuadas, bem como as previstas para o próximo exercício (Nota 28).

13. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2015:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2014	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2015	Custo em 31.12.2015	Depreciação acumulada em 31.12.2015
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	810	63	-	(148)	725	2.403	(1.678)
Sistemas de informática	2.007	5	-	(660)	1.352	6.508	(5.156)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
Total	2.817	68	-	(808)	2.077	9.287	(7.210)

ii. Em 31 de dezembro de 2014:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2013	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2014	Custo em 31.12.2014	Depreciação acumulada em 31.12.2014
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	895	63	-	(148)	810	2.340	(1.530)
Sistemas de informática	2.059	624	-	(676)	2.007	6.504	(4.497)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	375	(375)
Total	2.954	687	-	(824)	2.817	9.219	(6.402)

14. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2015	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	4.424.964	2029	Varição da TR + juros de 5,03% a.a
FDS	1.772	2019	Varição da TR + juros de 0,5% a.a
CAIXA (ii)	31.319	2017	Varição da TR + juros de 6,06% a.a
Total	4.458.055		
Passivo circulante	1.889.112		
Passivo não circulante	2.568.943		

Credor	31.12.2014	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	6.012.819	2029	Varição da TR + juros de 5,48% a.a
FDS	4.731	2019	Varição da TR + juros de 0,5% a.a
CAIXA (ii)	52.514	2017	Varição da TR + juros de 6,06% a.a
Total	6.070.064		
Passivo circulante	1.868.233		
Passivo não circulante	4.201.831		

(i) Com base na Resolução no. 752/2014 do Conselho Curador do FGTS formalizou-se em 30.12.2014, o Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, entre a CAIXA e o FGTS, por meio do qual foi feita repactuação, em termos de taxas de juros e prazos para pagamento do passivo.

(ii) Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrente das Cessões de Créditos com a CAIXA, foi assumido um passivo perante aquela Instituição.

O saldo dos financiamentos classificados no “Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos” tem o seguinte vencimento:

Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
2016	-	1.724.058
2017	732.546	699.181
2018	153.476	148.644
2019	153.223	148.399
2020	152.970	148.155
2021 a 2029	1.376.728	1.333.394
Total	2.568.943	4.201.831

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contêm condições restritivas financeiras, sendo que, para o caso do FGTS, as obrigações assumidas possuem garantia da União.

15. Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Circulante	5.617	4.509
Férias a pagar	1.542	1.566
Salários a pagar	909	1.006
Participação no lucro - Administradores	835	372
Participação no lucro - Empregados	1.433	697
INSS a recolher	642	594
FGTS a recolher	256	274
Não Circulante	309	287
Participação no lucro - Administradores	309	287
Total	5.926	4.796

16. Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
CAIXA - prestação de serviços (i)	27.412	25.819
Pessoal requisitado de terceiros	2.398	3.194
Fornecedores de bens e serviços	493	746
Total	30.303	29.759

- (i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

17. Obrigações tributárias

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
COFINS	13.785	1.783
PASEP	2.323	387
IRRF / ISS	515	493
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.694	674
Total	18.317	3.337

18. Obrigações por repasses

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Valores a ressarcir (i)	7.996	10.927
Seguros a pagar	3.841	10.724
Subsídios contratos do FGTS - Resolução CC FGTS 289/1998 (ii)	28	35
FCVS a pagar	6	29
Total	11.871	21.715

- (i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários e repasses de IOF de créditos comerciais, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.
- (ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função de esses contratos terem sido liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

19. Obrigações com mutuários

A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores de prestações recebidas a maior oriundo de pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Diferença de prestações pagas a maior	82.148	83.629
Saldos Credores	75.935	50.013
Pendência de arrecadação e cadastro (i)	67.363	78.252
Valores a apropriar (ii)	20.738	4.732
FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento prestação crédito imobiliário	2.315	2.443
Total	248.499	219.069

- (i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.
- (ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 8.

20. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) Contingências cíveis – Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 12.667 (R\$ 12.525 em 2014), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Em 2015:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.525
Adições	6.561
Reversões	(6.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.667

Em 2014:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482
Adições	6.765
Reversões	(7.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.525

b) Contingências – Risco possível

Não há outras contingências classificadas como de risco possível.

21. Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Desembolso com Imóveis não de uso	18.171	14.340
Total	18.171	14.340

22. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Descrição	Capital Social
Saldo em 31.12.2014	9.057.993
Saldo em 31.12.2015	9.057.993

O Capital Social da EMGEA, em 31 de dezembro de 2015, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

No exercício de 2012 foi autorizada e registrada contabilmente a redução do Capital Social mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 10.952.226. Com a referida redução, o Capital Social passou de R\$ 20.010.219 para R\$ 9.057.993.

Em 2014, a Assessoria Jurídica da Controladoria Geral da União - CGU manifestou de forma divergente ao adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN quanto à validade do ato da redução do capital.

Por força de registro constante no Relatório de Auditoria de Gestão elaborado pela Controladoria-Geral da União – CGU, referente às contas da EMGEA do exercício de 2013, em 20.11.15 foi autuada junto ao TCU Representação nº TC 23.999/2015-2 referente às contas da Empresa daquele exercício, em que se questionava a referida redução do Capital Social.

Em 15.12.15, foi publicado o Decreto nº 8.590, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA com o novo valor do capital, devidamente levado a registro na Junta Comercial do Distrito Federal.

Em 15.3.16, pelo Despacho nº 00055/2016/DECOR/CGU/AGU, concluiu-se que a publicação do mencionado Decreto fez cessar o dissenso entre os órgãos jurídicos do Poder Executivo, pois “constatada a inexistência de divergência sobre questões levantadas nos autos, já adotados pelos DEST/MP, CONJUR/MP, PGFN e ASJUR/CGU, os quais, portanto, poderão ser corroborados e adotados por essa Consultoria Geral da União”.

No âmbito do Poder Executivo é de se registrar que o Consultor Geral da União, por meio do Despacho nº 0029/2016/CGU/AGU, de 15.3.2016, aprovou o supramencionado Despacho nº 00055/2016/DECOR/CGU/AGU, sobre a aludida redução do capital social, e orientou a CGU que dê a conhecer ao TCU o inteiro teor do referido Despacho, bem assim tome o referido Despacho em consideração como subsídio para manifestação junto àquela Alta Corte de Contas.

Finalmente, ressalte-se que a referida Representação junto ao TCU encontra-se pendente de julgamento.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal e reserva de retenção de lucros:

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do exercício	560.024	400.350
Reservas de Lucros	185.969	159.674
Reserva legal 5%	12.195	10.470
Reserva de retenção de lucros	173.774	149.204
Saldo no final do exercício	745.993	560.024

A reserva legal, no valor de R\$ 12.195, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2015.

A reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 173.774, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório (vide Nota 22.c), e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos conforme Proposta de Orçamento de Capital destinados à aquisição de novos créditos junto a instituições financeiras federais. Estes investimentos terão por objetivo a diversificação da atual carteira de créditos da Empresa de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações.

c) Juros sobre capital próprio / Dividendo mínimo

São assegurados à União Juros sobre Capital Próprio (JCP) ou dividendos, sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício foi provisionado o pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativo ao exercício de 2015 no valor de R\$ 57.925 (R\$ 49.735, em 2014).

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido	243.894	209.409
Reserva legal 5%	(12.195)	(10.470)
Base para cálculo do JCP mínimo obrigatório	231.699	198.939
Juros sobre capital próprio / Dividendo mínimo obrigatório 25%	(57.925)	(49.735)
Lucro líquido após do JCP e Reserva Legal	173.774	149.204

Composição do saldo em 31 de dezembro de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.735
Atualização do saldo Juros sobre capital próprio / Dividendo de 2014	6.593
Juros sobre capital próprio / Dividendo do exercício de 2015	57.925
Saldo em 31 de dezembro de 2015	114.253

23. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no exercício, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário, comerciais e créditos com o FCVS:

Descrição	2015	2014
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	847.421	763.829
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	352.081	408.626
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	20.493	10.584
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	108.179	100.884
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	153.189	79.856
Receitas de taxas e comissões e encargos moratórios (iv)	181.468	180.698
Total	1.662.831	1.544.477

- (i) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.
- (ii) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,79% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, de 11,27% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor privado, e de 5,18% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor público. Para os contratos de crédito imobiliário de pessoa física com cobertura e sem cobertura do FCVS, transferidos a EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, as taxas médias foram de 7,56% e 9,78% respectivamente. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).
- (iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.
- (iv) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebida no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no exercício, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,06% ao ano, conforme Nota 14.

Descrição	2015	2014
Despesas com juros	(275.934)	(386.140)
Despesas com atualização monetária	(89.784)	(55.827)
Despesas financeiras encargos moratórios	(433)	(50.709)
Total	(366.151)	(492.676)

c) Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros

Os ganhos e as perdas com ativos financeiros incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas, prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis e perdas na transferência de créditos para a CAIXA.

i. Reversões (Provisões) líquidas

Descrição	2015	2014
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa	203.954	23.118
Operações de crédito imobiliário		
Resultado da provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS (i)	(505.057)	1.278.526
Total	(301.103)	1.301.644

- (i) Em 2014, resultado representado essencialmente pela reversão de provisão para perdas na novação de créditos FCVS, no valor de R\$ 1.412.528, pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA em 30.9.2014.

ii. Descontos concedidos

Descrição	2015	2014
Operação de Crédito Imobiliário	(319.342)	(506.251)
Contratos com cobertura do FCVS	(32.508)	(62.198)
Contratos sem cobertura do FCVS	(286.834)	(444.053)
Operação de Créditos Comerciais	(6.199)	-
Total pessoa física	(325.541)	(506.251)
Pessoa jurídica	(240.869)	(47.374)
Total dos descontos	(566.410)	(553.625)

iii. Perdas com ativos financeiros

Descrição	2015	2014
Perdas operações de adjudicação / arrematação de imóveis (i)	(64.727)	(65.940)
Perdas cessão de créditos FCVS (ii)	-	(1.416.935)
Total	(64.727)	(1.482.875)

- (i) Referem-se às diferenças entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados nas operações de adjudicação / arrematação de imóveis.
- (ii) Perda reconhecida no resultado do exercício pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA na operação de cessão onerosa de créditos (Nota 10).

d) Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Outras receitas operacionais	236.221	88.078
Receita de deságio créditos comerciais / imobiliário (i)	203.073	58.755
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	19.339	15.743
Recuperação de despesas - mutuários em execução	4.888	4.698
Receitas com negociação de carteiras / débitos - agentes cedentes	40	4.508
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários / comerciais	484	2.406
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	575	809
Recebimento créditos Caixa Fácil (ii)	3.327	103
Receitas com recebimento em espécie – Novações FCVS	3.096	-
Receitas com atualizações monetárias sobre valores a receber	1.399	1.056
Outras despesas operacionais	(30.421)	(67.394)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	-	(46.159)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(11.493)	(13.642)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(11.170)	(7.104)
Despesas com manutenção / perdas e contribuições de créditos imobiliários	(6.396)	(489)
Despesas com dedução de novação de débito FCVS	(1.362)	-
Total de outras receitas (despesas) operacionais	205.800	20.684

- (i) Apropriação do deságio na recuperação dos créditos comerciais e imobiliários transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, correspondente à diferença do valor recebido e o valor de aquisição do crédito.
- (ii) Refere-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial – Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30.9.2014.

e) Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros

i. Provisão para perdas com outros ativos financeiros

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

Descrição	2015	2014
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(7.662)	(6.355)
Provisão para perdas no desembolso com execução	(1.022)	(4.226)
Provisão para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	(1.966)	(713)
Provisão perda líquida definitiva	(489)	(937)
Reversão para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	16.205	527
Provisão para perdas sobre valores a receber de créditos comerciais	(31.009)	-
Total	(25.943)	(11.704)

ii. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União. Em 31.12.2014 foi liquidado o contrato de cessão de crédito n° 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a EMGEA.

Descrição	2015	2014
Ganhos com variações cambiais	-	130.207
Perdas com variações cambiais	-	(85.121)
Total	-	45.086

iii. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	-	139
Valores a receber – débitos em novações FCVS	191	7.400
Valores a receber - IR Itaipu	7.662	6.355
Valores a receber - entes da federação	5.073	4.158
Remuneração intermediação de seguro habitacional	825	913
Total	13.751	18.965

f) Receitas com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no exercício.

Descrição	2015	2014
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar	39.627	52.931
Reversão (provisão) sobre tributos a recuperar (i)	59.016	(15.887)
Baixa de tributos a recuperar	-	(132)
Total	98.643	36.912

- (i) Em 2015 a Administração efetuou a reversão da provisão constituída para eventuais perdas na recuperação dos créditos, tendo em vista a homologação dos créditos pela RFB e o histórico de restituições recebidas, bem como as previstas para o próximo exercício.

g) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Lucro na alienação de imóveis não de uso	47.526	69.558
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(30.597)	(24.808)
Tarifa com administração de imóveis não de uso - CAIXA	(10.492)	(11.184)
Provisão / reversão para desvalorização de imóveis não de uso	(15.802)	(5.899)
Despesas com laudo de avaliação	(3.552)	(3.347)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(2.783)	(2.080)
Total	(15.700)	22.240

h) Despesas administrativas

A composição da rubrica “Despesas administrativas” está demonstrada a seguir:

i. Despesas com pessoal

Descrição	2015	2014
Salários e gratificações	(9.477)	(8.806)
Encargos sociais (FGTS)	(1.007)	(798)
Provisão de Férias / 13º salário e encargos	(2.509)	(2.620)
Honorários - diretoria e conselho	(1.614)	(1.802)
Participações - dirigentes e empregados	(1.273)	(1.096)
Auxílio alimentação	(694)	(605)
Treinamento de pessoal	(302)	(520)
Assistência médica e social	(180)	(178)
Rescisões contratuais	(101)	-
Total	(17.157)	(16.425)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Despesas com tributos

Descrição	2015	2014
ISS	(41)	(46)
INSS	(2.345)	(2.174)
PASEP	(11.025)	(2.567)
COFINS	(60.962)	(11.825)
Total	(74.373)	(16.612)

O aumento das despesas com tributos em 2015 em relação ao exercício de 2014 decorre do restabelecimento, pelo Decreto nº 8.426 de 1.4.2015, das alíquotas de 0,65% de PIS/PASEP e 4,00% de COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Empresa a partir de julho de 2015.

iii. *Outras despesas administrativas*

Descrição	2015	2014
Tarifa de prestação de serviços – CAIXA (i)	(225.600)	(198.333)
Reembolso aos órgãos de origem - pessoal requisitado	(16.670)	(17.588)
Serviços de terceiros (ii)	(7.028)	(6.651)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(2.425)	(2.060)
Depreciação e amortização	(809)	(824)
Despesas gerais (associação de classe, representação e outros)	(648)	(641)
Utilidades e serviços	(497)	(382)
Diárias de viagens	(187)	(247)
Passagens aéreas e rodoviárias	(182)	(248)
Propaganda, publicidade e divulgação	(155)	(188)
Reembolso hospedagem	(82)	(142)
Material de consumo	(48)	(54)
Segurança e medicina no trabalho	(45)	(39)
Taxas e contribuições locais	(7)	(7)
Total	(254.383)	(227.404)

- (i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.
- (ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

i) Resultado financeiro

i. Outras Receitas financeiras

Descrição	2015	2014
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	21.456	14.577
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	90.323	18.815
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	623	722
Receita financeira permuta de crédito	8.200	710
Receita financeira SELIC desembolso	48	78
IOF - imposto sobre operação financeira	(1.452)	(1.748)
Total	119.198	33.154

- (i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Outras Despesas financeiras

Descrição	2015	2014
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(11.790)	(9.999)
Despesa Financeira com SELIC sobre JCP (ii)	(6.593)	(3.155)
Encargos sobre movimentação financeira - Cessão Onerosa	(3.072)	-
Encargos Moratórios	(20)	(206)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (iii)	(24)	(16)
Tarifas bancárias e outras (iv)	(117)	(13)
Total	(21.616)	(13.389)

- (i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

- (ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre Juros de Capital Próprio do exercício de 2015.
- (iii) Refere-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.
- (iv) Refere-se a tarifas bancárias, atualização Selic sobre permuta com STN e atualização sobre PLR.

24. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstrativos de apuração do IRPJ e CSLL

Descrição	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	392.518	392.518	209.409	209.409
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(98.129)	(35.326)	(52.352)	(18.847)
Encargos sobre JCP	14.481	5.213	12.434	4.476
Efeitos tributários das adições e exclusões	(72.516)	(26.106)	339.477	122.212
- Reversão (provisão) para PCLD	52.742	18.987	6.193	2.230
- Reversão (provisão) perdas de novação FCVS	(120.444)	(43.360)	323.493	116.458
- Reversão (provisão) débitos remanescentes	-	-	-	-
- Reversão (provisão) desvalorização de imóveis	(3.950)	(1.422)	(1.475)	(531)
- Reversão (provisão) pendências de repasses	(10.375)	(3.735)	(1.883)	(678)
- Reversão (provisão) perdas outros créditos	12.838	4.622	(5.561)	(2.002)
- Reversão (provisão) rendas a apropriar	(7.202)	(2.592)	18.445	6.640
- Reversão (provisão) perdas na devolução de créditos	4.051	1.458	132	47
- Reversão (provisão) para causas contingenciais / fiscais	(35)	(13)	239	86
- Despesas indedutíveis	(141)	(51)	(106)	(38)
Efeito tributário compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Efeito tributário do prejuízo fiscal a compensar	46.849	16.866	-	-
Ajuste do adicional (10% de R\$ 240.000,00)	24	-	-	-
Incentivo fiscal	20	-	-	-
Receita / (Despesa) total de IRPJ e CSLL	(109.271)	(39.353)	299.559	107.841

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício de 2014.

b) Ativo fiscal diferido não ativado

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.276.821	74.090	158.160	1.192.751
Provisão para perdas na novação do FCVS	968.345	163.804	-	1.132.149
Provisão para débitos remanescentes	114.959	15.267	15.267	114.959
Provisão para pendências de repasses	19.098	33.120	2.384	49.834
Provisão para desvalorização de imóveis	16.047	5.474	102	21.419
Provisão para perdas na alienação de imóveis	2.693	-	-	2.693
Provisão para causas contingenciais	4.258	48	-	4.306
Provisão para perdas de créditos tributários	71.921	2.606	20.066	54.461
Diferenças temporárias	2.474.142	294.409	195.979	2.572.572
Prejuízo fiscal / base negativa	1.578.511	-	63.715	1.514.796
Créditos tributários não ativados	4.052.653	294.409	259.694	4.087.368
Imposto de renda	2.979.892	216.477	190.951	3.005.418
Contribuição social	1.072.761	77.932	68.743	1.081.950

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos fiscais em exercícios passados.

25. Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

Descrição	Em R\$1,00	
	2015	2014
Comissionados		
Maior remuneração	21.342,65	20.230,00
Menor remuneração	5.157,89	4.889,00
Remuneração média	10.545,98	10.096,00
Dirigentes		
Presidente	40.594,46	38.846,37
Diretoria:		
Maior remuneração	38.661,39	36.996,55
Menor remuneração	38.661,39	36.996,55
Remuneração média	39.048,00	37.366,51
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.230,20	4.048,04
Conselho de Administração	4.230,20	4.048,04

26. Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com Administradores

Descrição	2015	2014
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	1.417	1.328
Conselho de Administração	236	239
Conselho Fiscal	150	164
Total	1.803	1.731

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade / Operações

Entidades / operações	2015		2014	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Secretaria do Tesouro Nacional				
Itaipu binacional (i)	-	-	-	45.086
União (i)	-	(3)	17.839	139
Juros sobre capital próprio (ii)	(114.253)	(64.519)	(49.735)	(52.890)
Fundos e Programas				
FCVS (iii)	10.776.660	494.153	10.826.919	(893.040)
FGTS (iv)	(4.424.964)	(363.055)	(6.012.819)	(489.526)
FDS (iv)	(1.772)	(61)	(4.731)	(87)
Caixa Econômica Federal (v)				
Depósito à vista	480	(115)	580	(3)
Valores a receber	35.350	95.254	135.389	18.883
Prestação de serviços	(27.412)	(236.091)	(25.819)	(209.517)
Valores a pagar	(24.574)	(14.861)	(25.267)	(9.756)
Aplicações financeiras (vi)	326.835	14.476	82.389	6.879
Financiamento – Ajuste de Cessão (vii)	(31.319)	(3.035)	(52.514)	(3.063)
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista	427	-	353	-
Aplicações financeiras (vi)	136.902	5.528	392.852	7.054

- (i) Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF, firmado entre a União e a EMGEA, por meio do qual foram transferidos à EMGEA créditos em moeda estrangeira (USD\$), atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América.
- (ii) Valor dos juros sobre capital próprio ou dividendo mínimo obrigatório, calculado no percentual de 25%, consoante art. 16 do Estatuto Social.
- (iii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).
- (iv) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 5,03% ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).
- (v) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.
- (vi) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.
- (vii) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,06% ao ano.

d) Empregados cedidos de órgãos externos

Órgão de origem	2015	2014
Caixa Econômica Federal - CAIXA	14.988	16.026
Banco do Brasil - BB	961	1.055
Controladoria Geral da União - CGU	350	333
Previdência Social - INSS	122	115
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	-	59
Secretaria Tesouro Nacional - STN	249	-
Total	16.670	17.588

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

27. Gerenciamento dos Riscos Corporativos

A Administração da EMGEA adota postura prudencial no gerenciamento dos riscos corporativos, visando o adequado equilíbrio entre a exposição aos riscos de liquidez, carteiras, mercado e operacional, decorrentes do exercício das atividades, e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

O gerenciamento dos riscos é estruturado com base em política, aprovada pelo Conselho de Administração, além de normas e procedimentos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os padrões de integridade e valores éticos da Empresa.

Em todos os processos e negócios da EMGEA existem riscos associados que são inerentes à própria natureza das atividades. Cabe aos gestores, como primeira camada de controle administrativo, a identificação, a avaliação, o controle, a comunicação aos níveis superiores, e o monitoramento, priorizando a resposta aos riscos mais críticos.

Nesse contexto, descrevemos os principais riscos sob os quais a EMGEA está exposta e quais as medidas adotadas para gerenciá-los.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos.

Cabe registrar que o fluxo de caixa, projetado anualmente, é acompanhado diariamente pela Unidade Financeira, e gerido pela Diretoria de Pessoas e Logística, o que permite a adoção de medidas preventivas pela Administração da EMGEA para a mitigação do risco em questão.

A mensuração e o monitoramento sobre os níveis de liquidez da Empresa são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

Como mais uma medida para mitigar o risco de liquidez, o objetivo de superar a necessidade financeira teve como estratégia, para o Planejamento Estratégico de 2015, estruturar operação de equacionamento das obrigações da EMGEA junto ao FGTS. Os efeitos dessa estruturação estão previstos para o exercício de 2016.

O fluxo das obrigações da EMGEA, ao fim dos anos de 2015 e 2014, por período de vencimento está sintetizado no quadro a seguir:

PASSIVO	Principal	
Período de vencimento (dias)	2015	2014
0 a 30	499.202	459.488
31 a 60	156.402	149.220
61 a 90	156.402	149.220
91 a 180	526.712	498.462
181 a 270	528.220	446.394
271 a 360	481.872	520.726
361 a 720	732.855	1.785.576
721 a 1.080	153.476	699.181
1.081 a 1.440	153.223	148.644
Acima de 1.440	1.529.698	1.568.429
Total do Passivo	4.918.062	6.427.3546.427.354

b) Risco de Carteiras

O risco de carteiras está associado a possibilidades de perdas para os seguintes fatores:

- **concentração:** exposições significativas a uma contraparte ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns;
- **contraparte:** não cumprimento de obrigações contratuais pela contraparte;
- **qualidade do crédito:** degradação da qualidade do crédito, atribuída à contraparte; e
- **garantia:** inexistência ou degradação na qualidade das garantias recebidas.

Os montantes dos ativos com maior exposição encontram-se classificados no quadro a seguir:

Descrição	2015	2014
Créditos FCVS (Nota 10)	10.776.660	10.826.919
Créditos Imobiliários (Nota 6.1)	1.940.827	2.557.244
Créditos Comerciais (Nota 6.2)	655.518	704.043
Créditos Adquiridos (Nota 7)	72.642	72.026

A concentração se deve à constituição dos ativos da EMGEA (Nota 1), onde o maior volume de recebíveis são de créditos imobiliários e perante o FCVS.

A Empresa implanta medidas negociais voltadas para as massas de contratos com características comuns, possibilitando solução para esses créditos e reduzindo o impacto de concentração.

Para os créditos perante o FCVS (Nota 10), com o objetivo de efetuar a novação desses créditos, a EMGEA atua no tempestivo atendimento às normas e procedimentos definidos em regulamento daquele Fundo (Lei nº 10.150/2000).

No concernente aos fatores de contraparte, qualidade do crédito e garantia, a EMGEA conta com a prestação de serviços junto à CAIXA, que atua na cobrança, execução e administração dos créditos e garantias. Dessa forma, esses riscos são dependentes da atuação daquela prestadora de serviços (risco de concentração operacional).

O ativo é deduzido de provisões (Nota 6.1) conforme critérios estabelecidos pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. As mensurações consideram: a) os descontos concedidos nas medidas negociais; b) o provável valor de realização dos créditos; e b) os dias de atrasos para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos créditos imobiliários, comerciais e adquiridos.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de taxa de juros. Os itens expostos são os seguintes:

Itens de Exposição do Ativo		
Descrição	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Caixa e Equivalentes de Caixa ¹	38.863	IRF-M 1
Títulos e Valores Mobiliários	425.782	IRF-M 1
Créditos Imobiliários	1.940.827	TR + 9,0% a.a.
Créditos Comerciais	522.639	TR +1,74% a.m.
Créditos Comerciais	132.879	Pré-fixada
Créditos FCVS	10.776.660	TR + 4,7% a.a.
Créditos Adquiridos	72.642	TR + 4,7% a.a.
Crédito Tributário	265.711	Selic

¹ Bloqueios judiciais e valores constantes no caixa não foram incluídos

Itens de Exposição do Passivo		
Item de Exposição – Passivo	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Financiamentos (FGTS, FDS e CAIXA)	4.458.055	TR + (de 3,08% a 8,04% a.a. / 0,5% a.a. / 6,06% a.a. respectivamente)
JCP/Dividendos	114.253	Selic
Obrigações com mutuários	248.499	TR + 6%

Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*), que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 dia e com nível de confiança de 95%, o risco de taxas de juros para os itens “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” não produz impacto relevante sobre os resultados, conforme demonstrado a seguir:

Fundo de Investimento	Saldo em 31.12.2015	VaR	Perda máxima esperada em 1 dia
CAIXA RF Extramercado Exclusivo XXI	326.835	0,0258%	84
BB Extramercado FAE 2	136.995	0,0565%	77
Total	463.830		161

No tocante aos demais itens, verifica-se que a exposição ao risco de taxa de juros está relacionada à flutuação da Taxa Referencial de Juros – TR.

Considerando que a soma dos itens do Ativo expostos à TR são 2,8 vezes maiores que a soma dos itens do Passivo expostos ao mesmo indexador, conclui-se que a flutuação da TR não tem impacto negativo para a EMGEA.

Itens de Exposição do Ativo		
Descrição	Valor de Exposição	Indexador
Créditos Imobiliários	1.940.827	TR
Créditos Comerciais	522.639	TR
Créditos FCVS	10.776.660	TR
Créditos Adquiridos	72.642	TR
TOTAL	13.312.768	
Itens de Exposição do Passivo		
Item de Exposição – Passivo	Valor de Exposição	Indexador
Financiamentos (FGTS, FDS e CAIXA)	4.458.055	TR
Obrigações com mutuários	248.499	TR
TOTAL	4.706.554	

d) Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Considerando que gestão das maiores carteiras de créditos da EMGEA é realizada por apenas uma prestadora de serviços, o risco de concentração operacional é alto.

Como forma de mitigar perdas associadas a esse risco, a EMGEA mantém controles por carteiras e tipos de serviços, a partir de acordos de nível de serviço monitorados por fiscais, onde os serviços prestados são avaliados mensalmente.

28. Eventos Subsequentes

Entre janeiro e março de 2016 a Receita Federal do Brasil restituiu à EMGEA o valor de R\$ 252,92 milhões, o que representa quase a integralidade do saldo de créditos tributários da Empresa em 31.12.2015 (Nota Explicativa nº 12).

Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira

Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado

Diretor

Euclides Renato Deponti

Diretor

Eugen Smarandescu Filho

Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva

Chefe de Contabilidade

Téc. Cont. CRC MG 076097/0-2 S DF

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A Empresa não possui quadro de pessoal próprio e os cargos de direção e comissionados são ocupados por empregados originários da Administração Pública Federal e pessoal recrutado do mercado.

A estrutura atual foi aprovada por meio da Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, e conta com dotação para 104 colaboradores.

Quadro 15 - Força de Trabalho da EMGEA – 2015

Descrição	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargos de Direção	5	4	1	2
Diretor-Presidente	1	1	1	1
Diretor	4	3	0	1
Com Cargo Comissionado	101	95	10	16
Chefe de Gabinete	1	1	1	1
Assessor Especial da Presidência	2	2	2	2
Assessor da Presidência	2	2	0	0
Chefe da Auditoria	1	1	0	0
Consultor Jurídico	1	1	2	2
Chefe de Contabilidade	1	1	0	0
Superintendente Executivo	7	7	1	1
Gerente	22	20	2	4
Assessor de Comunicação Social	1	1	0	0
Auditor	3	2	1	2
Assessor Sênior	29	29	0	0
Assessor	31	28	1	4
Sem Cargo Comissionado	3	3	0	4
Requisitados sem Cargo Comissionado	3	3	0	4
Totais	109	102	11	21

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Em 31.12.2015, a Empresa contava, ainda, com 82 postos de serviços terceirizados, referentes a serviços de vigilância, limpeza e conservação e apoio administrativo.

O Quadro adiante busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim, exceto os cargos de Direção.

Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva*Em quantidades*

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidor de Carreira	0	0
2. Requisitado da Administração Pública Federal	12	18
3. Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	48	20
4. Total (1+2+3)	60	38

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

6.1.1.1. Qualificação e capacitação da força de trabalho

A EMGEA, sempre em busca do aperfeiçoamento profissional e pessoal dos seus colaboradores, por acreditar que quanto mais capacitados e desenvolvidos, melhores e maiores serão os resultados para a Empresa, tornando-a mais eficiente nos cenários econômico e social, elaborou o Plano de Capacitação de Competências – 2015, objetivando a capacitação dos colaboradores nos níveis gerencial e técnico.

O referido Plano foi orientado para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos colaboradores, buscando aperfeiçoar e potencializar o perfil individual de cada um, mediante ações de desenvolvimento.

No decorrer do exercício, foram realizados 73 eventos de capacitação aprovados no PDC 2015, complementados com os treinamentos ministrados pelo Programa de Desenvolvimento de Dirigentes – PDD, no âmbito do PAEX, da FDC.

A participação dos colaboradores no PDC 2015 foi definida de acordo com as lacunas identificadas no mapeamento das competências, considerando a natureza e a responsabilidade das funções desempenhadas, bem como o nível de prontidão e aptidão individual, assegurando a melhor relação custo / benefício para a Empresa e para os colaboradores.

O Quadro adiante demonstra o nível de escolaridade da força de trabalho:

Quadro 17 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade

Pessoal por Nível de Escolaridade	Quantidade por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Direção						3	1		
Comissionado Próprio					8	35	25		
Cedido pela Administração Pública Federal					3	14	13		
Postos de Serviços Terceirizados				27	25	25	5		
Totais				27	36	77	44		

Legenda:
1- Analfabeto; 2- Alfabetizado em cursos regulares; 3- Ensino Fundamental incompleto; 4- Ensino Fundamental;
5- Ensino Médio; 6- Ensino Superior; 7- Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8- Mestrado;
9- Doutorado / Pós-Doutorado / PhD / Livre Docência

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 18 - Custos do Pessoal

R\$

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade prestadora de contas										
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade prestadora de contas										
Exercícios	2015	1.858.790,66								1.858.790,66
	2014	2.128.438,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.128.438,08
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	9.381.663,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.381.663,62
	2014	8.695.002,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.695.002,56
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Os custos com o pessoal da EMGEA são sintetizados no quadro adiante:

Quadro 19 - Custos com Pessoal - 2015, 2014 e 2013

R\$

Natureza	2015	2014	2013
Salário e Gratificações	10.946.587,60	10.823.440,64	9.488.916,24
Honorários - Diretoria e Conselheiros	1.802.703,24	1.727.860,28	1.726.330,80
Provisões – Férias e 13o. Salário	3.246.281,81	2.177.968,93	2.077.801,04
Encargos Sociais	3.576.075,57	3.464.866,72	3.162.614,53
Salário Maternidade - Lei nº 11.770/2008	14.570,46	0,00	51.808,01
Assistência Médica e Social	179.375,70	178.454,66	172.671,12
Segurança e Medicina do Trabalho	35.497,86	32.611,77	23.829,67
Diárias de Viagens	278.973,58	384.716,75	360.820,64
Passagens Aéreas	196.877,00	266.239,51	248.853,58
Auxílio-Alimentação	702.911,75	602.617,99	531.601,52
Mudanças e Ajuda de Custo	0,00	0,00	0,00
Auxílio-Moradia	0,00	0,00	0,00
Rescisões Contratuais	433.842,67	116.311,92	266.570,24
Treinamento (Geral + TI)	302.211,26	518.978,28	409.545,78
Totais	21.715.908,50	20.294.067,45	18.521.363,17

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

O comportamento da composição e dos custos com Recursos Humanos ocupantes de cargos comissionados está representado nos quadros a seguir.

Quadro 20 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2015, 2014 e 2013

R\$

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UPC Cedentes	Totais
2015	2	190.097,42	463.983,44	654.080,86
2014	3	185.178,04	507.067,44	692.245,48
2013	3	246.221,51	560.665,85	806.887,36

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 21 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2015, 2014 e 2013

R\$

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UPC Cedentes	Totais
2015	29	1.668.693,24 (*)	12.787.687,50	14.456.380,74
2014	30	1.943.260,04 (*)	12.205.569,64	14.148.829,68
2013	31	1.726.954,96	10.099.800,35	11.826.755,31

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 22 - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado – 2015

R\$

Ano	Quantidade	Valor Reembolsado às UPC Cedentes	Total
2015	7	2.071.215,76	2.071.215,76

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Matriz de Riscos Operacionais da EMGEA de 2015, no que concerne à Gestão de Pessoas, registrou riscos de falhas na execução de atividades e de ocorrência de demandas trabalhistas, todos classificados como baixo grau de exposição.

Não foram registrados eventos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, terceirização irregular de cargos ou qualquer irregularidade relacionada ao pessoal, até 31.12.2015.

6.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

A terceirização de postos de serviços na EMGEA concentra basicamente as atividades meio de limpeza e conservação, apoio administrativo, copeiragem, operação de fotocopiadoras, de agente patrimonial e outras auxiliares.

O comportamento da composição dos custos e quantitativos dos postos de serviços terceirizados está representado no quadro a seguir.

Quadro 23 - Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados – 2015, 2014 e 2013

R\$

Descrição	2015		2014		2013	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Vigilância/Limpeza	19	880.971,55	19	750.561,61	19	641.052,72
Apoio Administrativo	52	3.907.945,76	46	3.572.191,05	49	3.262.999,48
Outras Atividades	11	485.330,85	10	405.136,50	5	199.532,76
Totais	82	5.274.248,16	75	4.727.889,16	73	4.103.584,96

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

No exercício de 2015, a EMGEA manteve contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, agente patrimonial, apoio administrativo e atividades auxiliares com a empresa Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda.

As informações sobre os contratos mencionados constam no quadro a seguir, esclarecendo que a Empresa não mantém contrato para vigilância ostensiva.

Quadro 24 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Especificação do Posto de Trabalho	Postos Efetuados	Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim				
			2014	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, atividades auxiliares, jardinagem, limpeza e conservação e agente patrimonial com o fornecimento de materiais de consumo e utensílios necessários.				
				Agente Patrimonial Noturno - 12 x 36	4	Ensino Fundamental Completo		
				Arquivista	1	Ensino Superior em Arquivologia		
				Assistente Técnico Administrativo Nível I	-	-		
				Assistente Técnico Administrativo Nível II	15	Ensino Médio Completo		
				Assistente Técnico Administrativo Nível III	34	Ensino Superior Completo		
				Copeira	4	Ensino Fundamental Completo		
				Encarregado Geral	1	Ensino Fundamental Completo		
				Jardinagem	1	Ensino Fundamental Completo		
				Garçom	2	Ensino Fundamental Completo		
				Operador de Fotocopiadora	2	Ensino Médio Completo		
				Recepcionista	3	Ensino Médio Completo		
				Servente de limpeza	13	Ensino Fundamental completo		

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Registre-se que a EMGEA não contrata estagiários.

6.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam a esta Empresa os seguintes subitens da Portaria - TCU nº 321/2015:

- 8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.
- 8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.

6.2.1. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A EMGEA mantém sua sede em Brasília-DF, em imóvel locado, cujos desembolsos em 2015, foram de:

- Aluguel: R\$ 1.829.200,53;
- Despesas condominiais: R\$ 100.638,31;
- Manutenção predial: R\$ 647.341,01.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

A Superintendência de Tecnologia planeja as suas atividades alinhando a estratégia e as ações de Tecnologia da Informação - TI aos objetivos estratégicos institucionais, bem como à missão e à visão da Empresa.

Para assegurar esse alinhamento, a condução das atividades prioriza as seguintes diretrizes:

- Gestão Orçamentária;
- levantamento de necessidades do negócio alinhado aos objetivos estratégicos institucionais;
- definição das necessidades de aquisições de *hardware*, *software* e serviços de TI com base no planejamento orçamentário;
- definição das prioridades para desenvolvimento de sistemas com base nas deliberações do CGTI;
- necessidade de capacitação de pessoal (equipe de TI e usuários) com base no planejamento de Gestão por Competências;
- projetos estruturantes de TI para suportar o negócio;
- revisão do PDTI (ações estratégicas, táticas e operacionais).

6.3.1. Principais sistemas de informações

O quadro a seguir apresenta os sistemas de informação que mais contribuem para a realização da missão, do negócio e dos objetivos institucionais da EMGEA, especificando seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e sua criticidade para a unidade. São apresentadas, ainda, informações sobre manutenção e riscos associados ao processo de desenvolvimento e a continuidade e disponibilidade dos sistemas em ambiente de produção.

Quadro 25 - Principais sistemas de informação

Situação dos Sistemas: Em produção (Em uso)				
Responsável Técnico: Superintendência de Tecnologia				
Sistema	Objetivo Sistema	Principais Funcionalidades	Produto	Responsável
Sistema de Apoio à Negociação	Gerencia eventos de negócio relativos ao produto crédito imobiliário contra pessoa jurídica.	Fornecer suporte à negociação, por meio de consulta aos dados cadastrais do contrato. Possibilita realizar o cadastro de todas as ações realizadas pelo gestor, dentro do fluxo de negociação referente a um determinado crédito. A qualquer momento informações a respeito do estágio de negociação em que se encontra um determinado contrato podem ser fornecidas a qualquer outra área da empresa, proporcionando aos gestores celeridade na tomada de decisão. Permite gerenciar garantias do contrato: garantia contratual real, garantia suplementar real, garantia fidejussória e pesquisa de bens Relatórios gerenciais / negociais.	Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito privado; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito público	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas
Sistema de Controle de Audiências de Conciliação	Gerencia eventos de negócio relativos ao produto crédito imobiliário contra pessoa física.	Gerenciar audiências de conciliação e atendimentos administrativos de contratos sub judice realizados em todo o País. Gerenciar propostas de negociação por contrato, apuração de valores para liquidação / renegociação, cadastro de interessados, processos judiciais, contas de depósitos e prepostos. O sistema permite conceder descontos de acordo com a alçada ou encaminhar a proposta para transigência de superiores. Relatórios para acompanhar agendamentos e os resultados obtidos nas negociações.	Crédito imobiliário contra pessoa física	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Sistema de Controle de Arrecadação	Concentra em um único banco de dados as informações relativas ao fluxo dos recursos operacionais da EMGEA. Possibilita a conciliação das receitas (arrecadação) e despesas com contratos sob gestão da EMGEA a partir dos créditos realizados em conta corrente.	Conciliar o valor da conta corrente com os arquivos de repasse / despesa analíticos disponibilizados diariamente pela CAIXA ou por arquivos bancários firmados por meio de convênio. Geração de arquivo com os dados contábeis dos lançamentos rateados por centro de custo visando integração com o ERP TOTVS RM. Gerar relatórios segregados em visão financeira e visão geral da empresa.	Crédito imobiliário contra pessoa física; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito privado; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito público; Imóveis não de uso; Crédito comercial contra pessoa física	Superintendência Financeira

Situação dos Sistemas: Em produção (Em uso)				
Responsável Técnico: Superintendência de Tecnologia				
Sistema	Objetivo Sistema	Principais Funcionalidades	Produto	Responsável
Sistema de Controle de Despesas Judiciais e Extrajudiciais	Gerencia as despesas incorridas pela CAIXA nos processos Judiciais e Extrajudiciais, para os contratos de pessoa física e de pessoa jurídica sob gestão da EMGEA.	Distribuir as despesas por gestor de produto. Efetuar críticas quanto à validade da despesa apresentada contra as regras fornecidas pelo gestor. Gerenciar o ciclo de validação das despesas. Gerenciar a autorização de pagamento das despesas. Gerar relatórios para a alta administração e para as análises do gestor.	Crédito imobiliário contra pessoa física; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito privado; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito público	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Sistema de Informação de Contrato	Disponibiliza aos gestores as informações quanto ao estado de cada um dos produtos da EMGEA, nos aspectos cadastrais e financeiros (receita, despesa); Auxiliar a avaliação analítica do gestor (ativo por ativo), no suporte ao canal.	Informar o histórico do ativo; informar os documentos em que o ativo tenha sido citado; informar o estado de eventual execução; informar o volume de despesas e de receitas do ativo; distribuir os ativos por gestor; segmentar a carteira de ativos; gerir e informar as inconsistências encontradas nos dados; gerar relatórios agrupados por: mapas para a alta administração e gerenciais para as áreas de negócio da empresa.	Crédito imobiliário contra pessoa física; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito privado; Crédito imobiliário contra pessoa jurídica de direito público; Imóveis não de uso; Crédito imobiliário contra o FCVS; Crédito comercial contra pessoa física	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Sistema de Controle de Seguro	Gerencia a despesa do acessório seguro do produto crédito imobiliário contra pessoa física.	Apurar os quantitativos e valores da fatura relativos às apólices de seguros dos contratos sob gestão da EMGEA. Informar por meio de relatórios dados de contratos habitacionais relativos ao Seguro Fora SFH e Seguro SFH.	Crédito imobiliário contra pessoa física	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas

Situação do Sistema: Em desenvolvimento				
Riscos Associados: Alteração de escopo (alta frequência – alta probabilidade), rotatividade (baixa frequência – média probabilidade), concorrência de outras demandas (alta frequência – alta probabilidade)				
Tratamento: assumir os riscos				
Responsável Técnico: Superintendência de Tecnologia				
Prazo de Conclusão: Dezembro/2016				
Sistema	Objetivo Sistema	Principais Funcionalidades	Produto	Responsável
Sistema de Controle de Imóveis Não de Uso	Gerencia os eventos de negócio relativos ao produto imóvel não de uso.	<p>Importar arquivos analíticos (por crédito) das despesas com imóveis não de uso.</p> <p>Efetuar críticas quanto à validade da despesa apresentada contra as regras fornecidas pelo gestor.</p> <p>Gerenciar o ciclo de validação das despesas.</p> <p>Gerenciar a autorização de pagamento das despesas.</p> <p>Gerar relatórios para a alta administração e para as análises do gestor.</p>	Imóveis não de uso	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Sistema de Controle dos Créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais	Gerencia os eventos de negócio relativos ao produto crédito contra FCVS.	<p>Controlar os processos de novação, a partir da gestão do ciclo de vida do produto créditos contra o FCVS.</p> <p>Gerenciar as moedas não internalizadas.</p> <p>Gerenciar dívidas atribuídas, demais débitos, relatórios de auditoria independente, ações e cobrança e as metas definidas com a CAIXA.</p> <p>Gerar relatórios para a alta administração e para as análises da área gestora.</p>	Crédito imobiliário contra o FCVS	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS

6.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Na EMGEA, não existe formalmente um Planejamento Estratégico de TI – PETI para o período coincidente com o Planejamento Estratégico Institucional - PEI, porém a Superintendência de Tecnologia – SUTEC conduz a estratégia de Tecnologia da Informação considerando os princípios previstos naquele instrumento e alinhando suas estratégias às necessidades identificadas nos ciclos de planejamento.

Quanto ao PDTI em vigor, este se estruturou em dois grandes grupos de ações: 3 organizacionais e 33 estruturantes, na forma dos quadros abaixo.

Quadro 26 - Percentual de Ações do PDTI

Ações do PDTI	Quantidade de Ações	% de Conclusão	Justificativas
Ações Organizacionais	3	100%	
Ações Estruturantes	33	70%	Reposicionamento estratégico e cenário econômico (comportamento cambial)
Total de Ações do PDTI	36	76%	

As ações organizacionais do PDTI que contribuíram para atingir os objetivos estratégicos institucionais estão listadas no quadro a seguir:

Quadro 27 - Ações do PDTI

Ações do PDTI	Objetivos Estratégicos	Contribuição SUTEC
Estabelecer reunião periódica com participantes da TI e de outras áreas da EMGEA (GAP – Governança, Arquitetura e Processos) para deliberar sobre definições necessárias para as atividades da TI	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.	Promoção de reuniões para subsidiar a área de processos no desenho do modelo de custos operacionais.
	Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos.	Promoção de reuniões para definir a estrutura tecnológica para suportar os novos negócios.
	Aumentar a efetividade operacional.	Promoção de reuniões para subsidiar a área de processos na remodelagem dos processos internos.
Desenhar / Revisar arquitetura de Infraestrutura	Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos	Promoção de reuniões para subsidiar a área de processos na remodelagem dos processos internos.
Desenhar / Revisar arquitetura de Informação	Superar as metas fiscais.	Criação de relatórios no sistema de controle orçamentário para visualizar o resultado primário da empresa.
	Divulgar e consolidar a imagem da empresa.	Manutenção evolutiva no Portal Internet e no Gerenciador de Conteúdo.
	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.	Utilização de reuniões para subsidiar a área de processos no desenho do modelo de custos operacionais.
	Desenvolver o modelo de negócios dos novos créditos.	Definição de modelo de troca de informação entre a empresa vencedora da licitação e a EMGEA, visando a integração com os sistemas existentes.
	Otimizar o processo de logística.	Evolução do Sistema de Apoio ao Processo de Aquisição de Bens e Serviços para medir os resultados esperados.
	Desenvolver competências estratégicas.	Manutenção evolutiva no Sistema de Avaliação de Pessoal para realizar o mapeamento de Gestão por Competências em 2015.

Além das ações do PDTI que tiveram impacto direto nos objetivos estratégicos institucionais, foram desenvolvidas ainda:

Ações Organizacionais

- Soluções para as áreas de negócio:
 - ✓ adaptação do sistema de contratos para gestão dos créditos comerciais;

- ✓ adaptação do sistema de apoio à negociação de contratos de pessoa jurídica para verificação automática do status do crédito;
- ✓ evolução dos bancos multidimensionais contemplando a inclusão de novas agregações para os créditos habitacionais;
- ✓ criação de um banco de análise multidimensional para os “imóveis não de uso”;
- ✓ desenvolvimento de relatórios gerenciais para suporte às atividades da Superintendência de Pessoa Física.
- Soluções para as áreas de suporte:
 - ✓ evolução do módulo de autorização de viagens do sistema de deslocamento de pessoal;
 - ✓ criação do módulo de justificativas das variações orçamentárias do sistema de orçamento;
 - ✓ implantação de novos recursos no Sistema Integrado de Gestão TOTVS RM (*softwares* de gestão empresarial utilizados pelas áreas contábil, financeira e de logística) integrados aos sistemas de orçamento, de controle administrativo e de controle de pessoal, desenvolvidos pela EMGEA.

Ações Estruturantes

- Modernização da infraestrutura tecnológica:
 - ✓ atualização dos sistemas de bancos de dados;
 - ✓ atualização dos equipamentos de filtragem do tráfego de rede;
 - ✓ implementação de painel de monitoramento com foco na disponibilidade da infraestrutura e dos serviços de TI;
 - ✓ atualização dos mecanismos de controle e versionamento de código fonte;
 - ✓ migração dos servidores físicos para o ambiente de virtualização;
 - ✓ segregação dos ambientes de produção, desenvolvimento, homologação e testes;
 - ✓ revisão da arquitetura de segurança da informação;
 - ✓ melhoria da performance do sistema de audiências de conciliação;
 - ✓ reestruturação da política de cópia de segurança dos bancos de dados;
 - ✓ reestruturação da operacionalização dos bancos de dados.
- Avaliação, classificação e priorização das demandas de TI (infraestrutura, sistemas e processos) pela SUTEC e pelo CGTI.

6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A EMGEA, ciente da importância do Setor Público na inclusão social e na gestão ambiental, instituiu em 2007, sob a égide do Decreto nº 5.940/2006, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, com a missão de promover o uso sustentável dos insumos e recursos materiais da Empresa, com probidade e responsabilidade socioambiental.

As ações da CCSS, no ano de 2015, resultaram em um novo acordo de parceria com a Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Manejo de Resíduos Sólidos Esperança – COOPERANÇA, e o recolhimento de 1,7 tonelada de material reciclável.

No que se refere aos demais aspectos da gestão ambiental, tem-se o seguinte:

Quadro 28 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade prestadora de contas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Fonte: Assessoria Especial da Presidência / Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam a esta Empresa os seguintes subitens da Portaria - TCU nº 321/2015:

- 9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.
- 9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.

7.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão TCU

Tendo em vista que a CGU, na auditoria realizada em 2014, emitiu Certificado de Auditoria de Regularidade, mas registrou que, “*considerando que os assuntos tratados nos itens 1.1 Redução de Capital e 2.1 Participação nos Lucros e Resultados foram submetidos à Assessoria Jurídica da CGU, a presente certificação poderá ser alterada e encaminhada posteriormente ao TCU*”, aquele Tribunal de Contas da União autuou a seguinte representação constante do processo TC 023.999/2015-2:

“promover análise de todas as vertentes do caso em processo único, que abrangesse os atos de gestão de 2012 e os efeitos da redução do capital social mediante absorção de prejuízos acumulados nos demais exercícios financeiros”.

Em função do descrito no item anterior, o processo TC 027.020/2014-2, referente às contas da EMGEA do exercício de 2013 ficou sobrestado, até o julgamento do mérito relativo àquele processo.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Constam no Sistema Monitor da CGU recomendações à EMGEA, cujos detalhamentos e respostas relacionamos a seguir. As referidas recomendações tiveram como base o disposto nos itens 4 e 4.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201400400, exercício 2013, Processo nº 00190.010890/2014-81CGU, de 24.9.2014.

a) **Recomendação: 133124 – Monitorando Unidade Gestora: 179102**

Envio ao gestor: 02.10.2014

Data limite: 31.12.2015

“Que a empresa aprimore seus controles de concessão de diárias de forma a garantir adequadas autorizações e justificativas para a sua realização, especialmente no que se refere às alterações no período do deslocamento realizadas pelo próprio empregado.”

Resposta EMGEA

“Segue anexa Nota Técnica nº 00501/2015 - SUPEL - #P, de 17.12.2015, por meio da qual são prestados os esclarecimentos pertinentes pelo gestor responsável. Verifica-se em seu teor, como resultado, a atualização do normativo “PE.NOR.011.01 - #I - Deslocamento de Pessoas do Interesse da EMGEA”, cuja publicação no ambiente corporativo da empresa ocorreu em 14.10.2014, com vigência a partir de 15.10.2014.”

b) Recomendação: 133125 - Monitorando Unidade Gestora: 179102

Envio ao gestor: 02.10.2014

Data limite: 31.12.2015

Que a empresa identifique alternativas logísticas e tecnológicas (e-mail, videoconferência, etc.) que eliminem ou reduzam efetivamente a necessidade de recorrentes viagens de empregados para a mesma localidade, objetivando a redução de custos para a empresa.

Resposta EMGEA

“Segue anexa Nota Técnica nº 00188/2015 - AUDIT - #C, de 6.5.2015, contendo análise da Auditoria Interna da EMGEA, acerca dos trabalhos mensais realizados pela SUCOR em unidade da CAIXA em Belo Horizonte.”

Registre-se que em 29.12.2015 o Diretor de Controladoria da EMGEA apresentou à Auditoria Interna a análise da conveniência de se proceder a transferência dos serviços contábeis prestados pela Caixa Econômica Federal, em sua Unidade de Belo Horizonte, para a EMGEA, constante da Nota Técnica nº 00513/2015 – DICON - #I.

c) Recomendação: 133126 - Monitorando Unidade Gestora: 179102

Envio ao gestor: 02.10.2014

Data limite: 31.12.2015

“Que sejam apurados, individualmente, todos os deslocamentos realizados pelo servidor sem as devidas justificativas e, caso necessário, seja realizada compensação de horários referentes às alterações de deslocamentos realizados no interesse do próprio empregado que coincidam com seu horário de expediente.”

Resposta EMGEA

“Segue anexa Nota Técnica nº 00501/2015 - SUPEL - #P, de 17.12.2015, por meio da qual são prestados os esclarecimentos pertinentes pelo gestor responsável. Verifica-se em seu teor, como resultado, a atualização do normativo “PE.NOR.011.01 #I - Deslocamento de Pessoas do Interesse da EMGEA”, cuja publicação no ambiente corporativo da empresa ocorreu em 14.10.2014, com vigência a partir de 15.10.2014.”

Registre-se que consta naquele Sistema Monitor a situação de “monitorando” pelo Órgão de Controle Interno.

7.3. Medidas Administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Durante o exercício de 2015, não foram identificados no âmbito da EMGEA eventos que acarretassem danos ao Erário.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os pagamentos das obrigações contratuais firmados por intermédio de processos licitatórios são precedidos de análise dos termos pactuados após efetiva entrega dos produtos e serviços, consulta das condições de habilitação, regularidade fiscal e possíveis fatos impeditivos relacionados ao fornecedor. Esses desembolsos são acompanhados pela área gestora de contratações e pelo fiscal do contrato, por meio de sistema corporativo, que demonstra, conforme quadro a seguir, a conformidade dos pagamentos efetuados:

Quadro 29 - Conformidade do Cronograma de Desembolsos – 2015

Nº. Reserva de Recurso	Descrição do Desembolso	Vencimento	Data de Pagamento	Valor (R\$)
201500013	Pagamento da competência Dezembro/2014, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10251 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP. - Pagamento referente aquisição de equipamentos de modernização para central privada de comutação telefônica-CPCT e aquisição de aparelhos telefônicos digitais, conforme DANFE nº 675 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.01.2015	20.02.2015	48.580,00
201500013	Pagamento da competência Janeiro/2015, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10344 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.02.2015	02.03.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Fevereiro/2015, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10414 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP	15.03.2015	25.03.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Março/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10479 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.04.2015	04.05.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Abril/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10542 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.05.2015	28.05.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Maio/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10542 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.06.2015	18.06.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Junho/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10665 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.07.2015	24.07.2015	4.290,00

Nº. Reserva de Recurso	Descrição do Desembolso	Vencimento	Data de Pagamento	Valor (R\$)
201500013	Pagamento da competência Julho/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10727 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.08.2015	25.08.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Agosto/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10796 - R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.09.2015	23.09.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Setembro/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na central privada de comutação telefônica-CPCT, conforme Nota Fiscal nº 10852- R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.	15.10.2015	28.10.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Outubro/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Central PABX BP 250, conforme Nota Fiscal nº 10907.R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA. - EPP.	15.11.2015	25.11.2015	4.290,00
201500013	Pagamento da competência Novembro/2015, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Central PABX BP 250, conforme a Nota Fiscal nº 10972.	15.12.2015	18.12.2015	4.290,00

8. ANEXOS E APÊNDICES

Todos os anexos e apêndices constam das folhas seguintes.

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. Rol de Responsáveis da EMGEA (Ressaltamos que as informações pessoais (CPF e endereço residencial) são sigilosas em conformidade com o art. 6º, da Lei 12.527/2011)

Quadro 30 - Rol de Responsáveis

Nome	Função	Portaria	Gestão			CPF	Endereço Residencial	Endereço Eletrônico
			Período	Início	Fim			
DIRETORIA EXECUTIVA								
PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA	DIRETOR-PRESIDENTE	DESIGNADO Ofício 174/2015/CGMF/GMF/MF-DF Retificado pelo Ofício 424/2015/CGMF/GMF/MF-DF	3 ANOS	17.4.2015	17.4.2018			paulo.campolina@emgea.gov.br
ANTONIO LUIZ BRONZEADO	DIRETOR	RECONDUZIDO Ofício 702/2013 CGMF/GMF/MF-DF Ata Extraordinária COSAD 017 de 28.6.2013	3 ANOS	28.6.2013	27.6.2016			antonio.bronzeado@emgea.gov.br
EUGEN SMARANDESCU FILHO	DIRETOR	RECONDUZIDO Ofício 702/2013 CGMF/GMF/MF-DF Ata Extraordinária COSAD 017 de 28.6.2013	3 ANOS	28.6.2014	27.6.2016			eugen@emgea.gov.br
EUCLIDES RENATO DEPONTI	DIRETOR	RECONDUZIDO Ofício 529/2014/ CGMF/GMF/MF-DF ATA COSAD 169 de 16.5.2014	3 ANOS	6.6.2014	5.6.2017			euclides.deponti@emgea.gov.br
DIRETORIA - DIRETORES DESTITUÍDOS EM 2015								
JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS	DIRETOR-PRESIDENTE	RECONDUZIDO Ofício 1248/2011/SE-MF ATA COSAD 140 de 16.12.2011	3 ANOS	16.01.12	15.01.15			josemir.assis@emgea.gov.br
EDUARDO PEREIRA	DIRETOR	RECONDUZIDO Ofício 284/2012 SE/MF ATA COSAD 143 de 22.3.2012	3 ANOS	4.4.2012	3.4.2015			eduardo.pereira@emgea.gov.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
ARIOSTO ANTUNES CULAU	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DESIGNADO PORT MF Nº 619 de 5.8.2015 DOU 6.8.2015	1 ANO e 1 MÊS Complemento de mandato	6.8.2015	2.9.2016			ariosto.culau@planejamento.gov.br
ANA PAULA LIMA VIEIRA	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	RECONDUZIDA PORT MF Nº 86 de 25.4.2013 DOU 26.4.2013	3 ANOS	26.4.2013	24.4.2016			ana.vieira@pgfn.gov.br
BRENO EINSTEIN FIGUEIREDO	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DESIGNADO PORT MF Nº 472 de 15.6.2015 DOU 16.6.2015	1 ANO Complemento de mandato	16.6.2015	4.6.2016			breno.figueiredo@planejamento.gov.br
ANDREA PEREIRA MACERA	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DESIGNADA PORT MF Nº 752 de 2.10.2015 DOU 5.10.2015	9 MESES Complemento de mandato	13.10.2015	13.6.2016			apmacera@gmail.com
PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA	DIRETOR-PRESIDENTE	DESIGNADO Ofício 174/2015/CGMF/ GMF/MF-DF Retificado pelo Ofício 424/2015/CGMF/GMF/MF-DF	3 ANOS	17.4.2015	17.4.2018			paulo.campolina@emgea.gov.br
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS DESTITUÍDOS								
SÉRGIO EUGÊNIO DE RÍSIOS BATH	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	RECONDUZIDO PORT MF Nº 776 de 3.9.2013 DOU 4.9.2013	3 ANOS	4.9.2013	5.8.2015 (Renúncia)			sergio.bath@fazenda.gov.br
MARICY VALLETTA	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	RECONDUZIDA PORT MF Nº 412 de 3.6.2013 DOU 5.6.2013	3 ANOS	5.6.2013	15.6.2015 (Renúncia)			maricy.valletta@planejamento.gov.br
LEONARDO LIMA CHAGAS	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DESIGNADO PORT MF Nº 262 de 27.3.2014 DOU 28.3.2014	3 ANOS	28.3.2014	21.9.2015 (Renúncia)			leonardo.chagas@fazenda.gov.br

CONSELHO FISCAL								
VANESSA SILVA DE ALMEIDA	TITULAR - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDA PORT MF Nº 529 de 7.7.2015 DOU 8.7.2015	1 ANO	8.7.2015	8.7.2016			vanessa.almeida@pgfn.gov.br
RAFAELA MARIANA CAVALCANTI HORTA BARBOSA	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	DESIGNADA PORT MF Nº 870 de 19.11.2014 DOU 20.11.2014	1 ANO	20.11.2014	19.11.2015			rafaela.barbosa@pgfn.gov.br
RAFAELA MARIANA CAVALCANTI HORTA BARBOSA	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDA PORT MF Nº 822 de 16.11.2015 DOU 19.11.2015	1 ANO	19.11.2015	19.11.2016			rafaela.barbosa@pgfn.gov.br
KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA	TITULAR - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDA PORT MF Nº 530 de 7.7.2015 DOU 8.7.2015	1 ANO	8.7.2015	8.7.2016			katia.zanetti.lima@fazenda.gov.br
MARIA TERESA PEREIRA LIMA	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDA PORT MF Nº 531 de 7.7.2015 DOU 8.7.2015	1 ANO	8.7.2015	8.7.2016			maria.teresa.lima@pgfn.gov.br
GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM	TITULAR - CONSELHO FISCAL	DESIGNADA PORT MF Nº 573 de 22.7.2015 DOU 23.7.2015	1 ANO	23.7.2015	23.7.2016			gildenora.milhomem@tesouro.gov.br
ANTONIO FREDERICO PONTE DE ALBUQUERQUE	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	DESIGNADO PORT MF Nº 398 de 20.5.2015 DOU 21.5.2015	1 ANO	27.5.2015	27.5.2016			-
CONSELHO FISCAL - CONSELHEIROS DESTITUÍDOS EM 2015								
LEOPOLDO ARAÚJO RODRIGUES	TITULAR - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDO PORT MF Nº 380 de 19.5.2014 DOU 20.5.2014	1 ANO	21.5.2014	20.5.2015			leopoldo.rodriques@fazenda.gov.br
JOSÉ DE ANCHIETA SEMEDO NEVES	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDO PORT MF Nº 381 de 19.5.2014 DOU 20.5.2014	1 ANO	21.5.2014	20.5.2015			jose.neve@fazenda.gov.br
FABIANO FIGUEIREDO ARAÚJO	SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	RECONDUZIDO PORT MF Nº 544 de 4.7.2014 DOU 9.7.2014	1 ANO	9.7.2014	18.11.2014 (Renúncia)			fabiano.araujo@pgfn.gov.br
PAULA BICUDO DE CASTRO MAGALHÃES	TITULAR - CONSELHO FISCAL	DESIGNADA PORT MF Nº 397 de 20.5.2015 DOU 21.5.2015	1 ANO	27.5.2015	21.7.2015 (Renúncia)			paula.magalhaes@tesouro.gov.br

9.2. Parecer da Unidade de Auditoria Interna

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O presente parecer foi elaborado em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 15 do Decreto 3.591, de 6.7.2000, e no item 3.2.2.3, alínea “c” do Regimento Interno da Empresa, e tomou por base os trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna de acordo com o previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, do exercício de 2015, o qual foi submetido à apreciação da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União e aprovado pelo Conselho de Administração da EMGEA.

2. Com vista a embasar o presente parecer, apresentamos nos itens a seguir as informações mais relevantes obtidas com os trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna envolvendo o exercício de 2015:

a) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes

3. Os exames realizados durante os trabalhos de auditoria desenvolvidos ao longo do exercício de 2015 demonstraram que: as atividades da Empresa estão organizadas por rotinas que garantem a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade na realização dessas atividades; foram observados leis, regulamentos e normas aplicáveis à Empresa com vista ao atendimento de seus objetivos; os controles internos administrativos foram capazes de detectar falhas e irregularidades, o que minimizou os riscos inerentes aos processos relevantes da Entidade.

4. O monitoramento da EMGEA, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento interno e organograma) e manuais de rotinas e procedimentos se encontram publicados na intranet da Empresa.

5. Assim, concluímos que os controles internos estão adequados e aderentes às normas internas da EMGEA e que disfunções pontuais e recomendações de melhorias registradas por esta Unidade de Auditoria Interna foram ou estão sendo objeto de adoção de providências por parte das áreas envolvidas e acompanhadas por meio de Plano de Ação do Sistema de Auditoria.

b) avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis

6. Os controles internos relacionados aos relatórios financeiros e contábeis foram considerados por esta Auditoria Interna adequados, consistentes, confiáveis e cujos indicadores e informações são de suma importância para o processo de tomada de decisão pela alta administração da Empresa.

c) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna

7. Os trabalhos da Unidade de Auditoria Interna podem apontar falhas e/ou necessidade de implementação de melhorias no processo auditado, as quais devem estar suportadas por evidências, com as suas causas identificadas e discutidas com a(s) área(s) responsável(is).

8. Nesses casos, os registros no Sistema de Auditoria serão do tipo “Comentário” (ocorrência de falhas ou necessidade de implementação de melhorias que não dependam apenas da ação da

unidade responsável pelo processo) e/ou “Constatação” (falhas ou implementação de melhorias de responsabilidade direta da unidade responsável pelo processo).

9. Assim, quando da conclusão de auditoria no sistema com registro de comentário ou constatação é gerado, automaticamente no sistema, junto com o Relatório de Auditoria, o Plano de Ação. Nele devem ser cadastradas pela unidade responsável pelo processo auditado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, as ações que por ela serão levadas a efeito com vista à eliminação da falha ou à implementação das melhorias necessárias.

10. Após o cadastramento das ações é definida pela unidade responsável, em comum acordo com a Auditoria Interna, a provável data de conclusão de cada item do plano de ação.

11. Até a data prevista para conclusão de todas as ações devem ser cadastradas no Plano de Ação as providências adotadas. Em caso de pendência de conclusão deve ser solicitada a prorrogação de prazo, acompanhada de justificativa para o caso.

12. A providência cadastrada é analisada pela Unidade de Auditoria Interna, podendo ser aceita ou recusada. No segundo caso, a unidade responsável deve verificar os motivos da recusa e cadastrar nova providência.

13. Sobre o Plano de Ação é oportuno esclarecer que se trata de um processo pelo qual os auditores internos avaliam a adequação, a eficácia e a tempestividade das ações tomadas pelos gestores em relação às falhas apontadas e/ou à necessidade de melhorias no processo registradas pela Auditoria Interna, incluindo também aquelas feitas pelos auditores externos, Conselhos de Administração e Fiscal e órgãos de controle. Esse processo também inclui determinar se a alta administração e/ou conselho assumiram o risco de não adotar nenhuma ação corretiva sobre as observações reportadas.

14. Cabe ressaltar que o item 2.1.5.4 do anexo I do Normativo CR.PRO.007.001.01, que trata da elaboração da matriz de conformidade da EMGEA, dispõe sobre o Nível de Conformidade em Prazos de Auditoria – NCAU que considera Planos de Ação cadastrados no SISAUD, pendentes de registro de ação ou providência, e que apresentam descumprimento de prazos. A matriz é emitida trimestralmente e pode resultar em pontos negativos para a(s) unidades(s) envolvida(s) em caso de descumprimento de prazo para com a Auditoria Interna.

d) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

15. A Diretoria-Executiva da Empresa recebe, via Sistema de Auditoria, todas as informações sobre os trabalhos de auditoria em todas as suas fases. Os fatos apontados pela Unidade de Auditoria Interna que necessitam de ação mais imediata do(s) Diretor(es) responsável(is) pelo processo auditado têm o plano de ação respectivo assinado pelo(s) diretor(es) e pelo Chefe de Auditoria Interna. Isso possibilita formalizar o compromisso dos envolvidos em adotar as medidas necessárias para eliminar a(s) falha(s) apontada(s) ou implementar as melhorias nos controles com vista à mitigação dos riscos inerentes ao processo.

16. A Auditoria Interna possui livre acesso à Diretoria da Empresa e, por isso, a comunicação sobre os riscos da não implementação de medidas em função dos apontamentos registrados nos relatórios de auditoria se dá de forma contínua. As informações sobre os eventos de riscos tratados nesses relatórios são encaminhadas à Superintendência de Controles Internos para acompanhamento junto aos responsáveis pelos processos de trabalho e para retroalimentação da matriz de risco da Empresa.

17. Todos os relatórios de auditoria fazem parte da pauta de reunião dos Conselhos, sendo que na reunião do Conselho de Administração também dela participam os diretores, o Chefe da Auditoria Interna, o Consultor Jurídico e o Chefe de Gabinete. Já na reunião do Conselho Fiscal, as áreas são chamadas para prestar esclarecimentos sobre sua atuação, principalmente em relação aos apontamentos da Auditoria Interna.

18. Além disso, são realizadas Avaliações Gerais Bimestrais – AGB do planejamento estratégico e das estratégias da Empresa com a participação dos Diretores, Superintendentes Executivos, Gerentes e da Equipe de Auditoria Interna, quando são discutidos assuntos envolvendo os objetivos estratégicos e as estratégias, como o aprimoramento dos controles internos, e os fatos que afetaram ou podem afetar o alcance das metas, dentre eles os apontados pela Auditoria Interna, e contemplados na matriz de risco que subsidia a elaboração do PAINT.

e) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

19. No Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT para o exercício de 2015 foram previstas a utilização de 7.324 horas para realização de auditorias, trabalhos especiais e ações de fortalecimento da Auditoria Interna. No entanto, foram utilizadas efetivamente 6.608 horas, o que representou uma redução de 716 horas em relação ao total previsto, motivada, principalmente, pela vacância de uma função de auditor em 5.8.2015, que somente foi preenchida em 20.1.2016.

20. Cabe esclarecer, que após a vacância da função e iniciado o processo para o seu preenchimento, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão estabeleceu a esta Empresa, por meio do Ofício Circular SEI nº 170/2015-MP, de 17.9.2015, recebido em 21.9.2015: “manter o número de empregados efetivamente contratados até a data de recebimento deste Ofício Circular como limite máximo do quadro de pessoal, ainda que a empresa não tenha atingido o quantitativo constante na última Portaria/MP que fixou o limite do quadro”.

21. Assim, a Empresa ficou com o quadro fixado em 101 colaboradores e impedida de preencher 3 funções de confiança vagas, dentre elas a de Auditor.

22. Posteriormente, foi publicada no Diário Oficial da União, de 23.12.2015, a Portaria nº 17, de 22.12.2015, por meio da qual o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST estabeleceu em 104 empregados o limite máximo para o quadro de pessoal da EMGEA, permitindo assim a recomposição da função de confiança de Auditor.

23. As horas efetivamente utilizadas (6.608) corresponderam a 90,22% do total previsto no PAINT/2015 (7.324) e foram distribuídas da seguinte forma:

Descrição	Horas		% de realização (B/A)	% de participação em relação ao total	
	Previstas (A)	Realizadas (B)		Previstas	Realizadas
Auditoria de Processos	6.649	6.097	91,69	90,79	92,27
Trabalhos Especiais	162	215	132,72	2,21	3,25
Ações de Fortalecimento da Auditoria Interna	513	296	57,70	7,00	4,48
Total	7.324	6.608	90,22	100	100,00

Auditoria de Processos: tem por objetivo analisar a gestão do processo de trabalho desde sua estruturação e definição estratégica até sua operacionalização, riscos envolvidos e controle de resultados, tendo como premissa desenvolver análises e testes, visando à melhoria do processo e de seus controles internos para minimização dos riscos. Essa atividade é desenvolvida abrangendo os seguintes aspectos: estrutura de gestão; estrutura de controle; riscos envolvidos; normas e legislação; sistemas informatizados; governança corporativa; e registros e controles contábeis.

Trabalhos Especiais: destinados a atender as demandas da Administração da EMGEA, Conselhos de Administração e Fiscal, da Controladoria-Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU.

Ações de Fortalecimento das Atividades de Auditoria Interna: Atividades relacionadas a capacitação de auditores e ações de desenvolvimento institucional (sistemas, aplicativos, manuais da Unidade, network).

24. Conforme se pode observar, as 6.097 horas utilizadas na Auditoria de Processos representou 92,57% do total realizado (6.608 horas), ficando acima dos 90,79% de horas planejadas para essa atividade.

25. Em que pese a redução de horas, todos os processos de trabalho foram cobertos pela Auditoria Interna com a aplicação dos procedimentos previstos, que contemplaram os riscos mais relevantes e outros elencados na matriz de risco que subsidiou a elaboração do PAINT/2015.

26. No que diz respeito aos Trabalhos Especiais, as horas utilizadas acima do previsto se justificam pela execução de trabalhos com vista a emitir opinião sobre assuntos pontuais requeridos pela Controladoria-Geral da União - CGU e pelo Departamento de Coordenação e Governanças das Empresas Estatais – DEST.

27. Para as Ações de Fortalecimento da Auditoria Interna foram previstas 513 horas e realizadas 296, correspondentes a 57,70%, conforme quadro a seguir:

Ações	Horas		% Realizado (B/A)
	Previstas (A)	Realizadas (B)	
Capacitação de Auditores	293	201	68,60
Ações de Desenvolvimento Institucional	220	95	43,18
Total	513	296	57,70

28. Para a capacitação da equipe da Auditoria Interna foi estimada a utilização de 294 horas e realizadas 201 horas, com a participação dos 04 integrantes da Auditoria Interna em eventos de atualização de e de preparação para obtenção de certificação internacional.

29. A realização de apenas 68,60% se justifica pela redução da equipe de auditoria, conforme descrito nos itens 20 e 21 deste parecer e pelo fato de que cursos e seminários previstos para 2015 não foram confirmados pelo IIA Brasil.

30. A participação nesses eventos de capacitação possibilitou à Equipe de Auditoria, dentre outras coisas: adotar novos conhecimentos; realizar uma análise crítica do desempenho desta Unidade de Auditoria comparativamente às de outras instituições, o que ensejou na revisão de rotinas e procedimentos adotados pela área e em uma melhor utilização dos recursos de tecnologia disponíveis; manter a equipe atualizada sobre os assuntos e normas ligados à Auditoria Interna.

31. Quanto às ações de desenvolvimento institucional, a não utilização integral das horas previstas não se traduz, necessariamente, em impacto negativo para as atividades da Auditoria Interna, pois demonstra a participação da Unidade em eventos/atividades necessárias ao fortalecimento da sua atuação, podendo ser maior ou menor em determinado exercício, de acordo com o volume de demandas e/ou assuntos não previstos a serem tratados.

32. Sobre os trabalhos realizados no decorrer de 2015, destacamos a seguir as auditorias de números 2015001, 2015002, 2015007 e 2015009, com seus itens mais relevantes e que trataram de processos das áreas de negócios e de controles internos da Empresa:

Auditoria nº. 2015001**Tipo de Auditoria:** Processo**Descrição:** Crédito perante Pessoas Físicas**Objetivo:** analisar a gestão dos créditos de pessoas físicas por parte da Unidade responsável e pelas Unidades da CAIXA que prestam serviços à EMGEA**Principal constatação:**

Item	Descrição Sumária da Constatação	Causa
5.2.1.1.2	Inconsistência dos saldos de dívida total constantes no GCE e no DEF326.	Comandos indevidos realizados pelo prestador de serviços CAIXA.

Auditoria nº. 2015002**Tipo de Auditoria:** Processo**Descrição:** Gestão da Carteira de Imóveis**Objetivo:** avaliar o gerenciamento da carteira de imóveis não de uso da EMGEA pela área responsável e o monitoramento exercido em relação às suas operações executadas pela prestadora de serviço CAIXA.**Principais Constatações:**

Item	Descrição Sumária da Constatação	Causa
5.2.1.1.2	Imóveis desvalorizados com justificativas insuficientes.	Ausência de cláusulas contratuais específicas que exijam informações adicionais quando os laudos de avaliação apresentam desvalorizações relevantes.
5.2.1.1.3	Morosidade no processo de venda.	Imóveis cadastrados no SIMOV e devolvidos para as Gerências de Filial da CAIXA que tratam da carteira de crédito.
5.2.1.1.5	Imóveis "em análise" e "em pendência" por longo período sem confirmação de impedimentos à alienação.	Falta de resposta da área jurídica da CAIXA.
5.2.1.1.7	Imóveis vendidos parceladamente com mais de 60 dias em atraso.	Não aplicação de cláusula contratual que faculta à vendedora utilizar meios para imediata imissão na posse no caso de impontualidade superior a 60 dias.
5.2.1.1.8	Ausência de comprovante de registro em cartório de imóveis vendidos pela GILIE/SA.	Não envio de cópia à Gerência de Filial da CAIXA do comprovante de registro em cartório pelas agências contratantes da operação.

Auditoria nº. 2015007**Tipo de Auditoria:** Processo**Descrição:** Créditos junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Privado**Objetivo:** analisar a gestão dos créditos de pessoas jurídicas por parte da Unidade responsável e pelas Unidades da CAIXA que prestam serviços à EMGEA, os controles mantidos e o gerenciamento dos riscos.**Principais constatações:**

Item	Descrição Sumária da Constatação	Causa
5.2.1.1.4	Imóveis vinculados a empréstimos sem destinação específica registrados em estoque de garantias.	Não separação no SISANE das garantias em "estoque" e "suplementar".
5.2.1.1.5	Informações inconsistentes sobre garantias em estoque.	Ausência de rotinas de revisão dos dados relativos a garantias inseridos no SISANE
5.2.1.1.7	Contratos da carteira de liquidados com registro de estoque de garantias no SISANE.	Ausência de rotina que permita identificar e reparar inconsistências entre o tipo de carteira e os dados de contratos nela inseridos
5.2.1.1.8	Informações inconsistentes relativas às movimentações de garantias.	Falta de especificação adequada para registrar a demanda no Sistema

Item	Descrição Sumária da Constatação	Causa
5.2.1.1.9	Prescrição de dívidas de contratos de créditos de pessoas jurídicas por falta de ajuizamento de ação.	Perda de prazo pela CAIXA para o exercício do direito de ação.
5.3.1.1.1	Contratos registrados na carteira de liquidados constando dívida e com status de inadimplente.	Ausência de rotina que permita identificar inconsistências entre o tipo de carteira e os dados de contratos nela inseridos.
5.3.1.1.2	Contratos registrados na carteira de liquidados com “situação do contrato” diferente de “liquidado”.	
5.3.1.1.3	Existência de contratos não liquidados com a situação de liquidados.	

Auditoria nº. 2015009

Tipo de Auditoria: Processo

Descrição: Controles Internos

Objetivo: avaliar o gerenciamento dos controles internos administrativos da Empresa por meio de análise sobre a estruturação, rotinas e funcionamento desses controles, bem como a atuação da Superintendência de Controles Internos da Empresa.

Principais Constatações:

Item	Descrição Sumária da Constatação	Causa
5.1.1.2.1	Relatório de Controles Internos não possibilita a tomada tempestiva de decisão.	Necessidade de o Relatório de Controles Internos, elaborado semestralmente, apresentar análises do monitoramento contínuo sobre os controles internos.
5.2.1.1.1	Levantamento dos riscos e gerenciamento da conformidade sem considerar o fluxo/mapeamento dos processos da EMGEA.	Mapeamento não publicado.

33. Para todas as constatações foram gerados, automaticamente, após conclusão da auditoria no Sistema de Auditoria – SISAUD, planos de ação para cadastramento pelos responsáveis das ações a serem levadas a efeito para a correção das falhas apontadas e o prazo previsto para serem finalizadas.

f) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

34. Foram realizadas 16 auditorias em processos de trabalho da EMGEA no decorrer do exercício de 2015, sendo: 9 envolvendo os processos de negócio da Empresa, num total de 3.540 horas, e 7 envolvendo os processos de apoio ao negócio, num total de 2.392 horas, conforme a seguir detalhado:

Nº da Auditoria	Processo		H/H
	Descrição	Tipo	
2015001	Crédito perante Pessoas Físicas	Negócio	496
2015002	Gestão da Carteira de Imóveis	Negócio	656
2015003	Gestão Financeira (*)	Negócio	408
2015004	Gestão de Pessoas	Apoio ao Negócio	144
2015005	Crédito perante Pessoas Físicas	Negócio	80
2015006	Gestão Administrativa	Apoio ao Negócio	152
2015007	Créditos junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Privado	Negócio	820
2015008	Relacionamento com o Prestador de Serviços – CAIXA (**)	Negócio	336
2015009	Controles Internos	Apoio ao Negócio	504
2015010	Créditos junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Público	Negócio	296
2015011	Gestão da Tecnologia da Informação	Apoio ao Negócio	532
2015012	Gestão Administrativa	Apoio ao Negócio	192
2015013	Créditos perante o FCVS	Negócio	336

Nº da Auditoria	Processo		H/H
	Descrição	Tipo	
2015014	Gestão de Pessoas	Apoio ao Negócio	286
2015015	Gestão Orçamentária	Apoio ao Negócio	582
2015016	Créditos junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Privado	Negócio	112
Total de horas			5.932

(*) neste processo é administrado todo o passivo da Empresa, incluindo a dívida perante o FGTS.

(**) processo que envolve a prestação de serviço feita pela Caixa Econômica Federal em relação às carteiras da Empresa.

35 Foi adicionado às 5.932 horas o total de 165 horas de gerenciamento dos planos de ação decorrentes de auditorias realizadas, sendo em quase sua totalidade relativas aos processos de negócios da Empresa. Com isso, foi utilizado um total de 6.097 horas em auditoria de processos.

CONCLUSÃO

36. Com base nos exames realizados por esta Unidade, emitimos opinião pela conformidade dos atos de gestão praticados pelos gestores da EMGEA relativos ao exercício de 2015, ao tempo em que informamos que não foram identificados riscos elevados que não tenham sido objeto de ações por parte da Diretoria Executiva da Empresa para mitigá-los.

Brasília, 29 de abril de 2016.

Carlos Alberto Caetano
Chefe de Auditoria Interna

9.3. Parecer do Colegiado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no artigo 28, incisos II e III, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 8.590, de 15 de dezembro de 2015, e no exercício de suas atribuições legais, examinou, nesta data, os seguintes documentos emitidos pela EMGEA e aprovados pelo Conselho de Administração:

- Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;
- Proposta de Orçamento de Capital relativa ao exercício de 2015; e
- Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2015.

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações apresentadas no relatório dos Auditores Independentes da KPMG, o qual a despeito de ter registrado uma ênfase não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos documentos descritos no item 1 deste Parecer. Ressaltamos que, no que se refere à proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2015, a manifestação do Conselho Fiscal restringe-se à aprovação dos Dividendos apresentados na forma de juros sobre o capital próprio.

3. O Conselho Fiscal registra que se encontra pendente de julgamento no Tribunal de Contas da União – TCU a Representação nº TC 23.999/2015-2, a qual trata da redução do capital social da EMGEA ocorrida em 2012, conforme disposto na alínea “a” do item 22 das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 2015.

Brasília, 4 de abril de 2016.

Vanessa Silva de Almeida
Conselheira

Kátia Aparecida Zanetti de Lima
Conselheira

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto na alínea “a”, inciso V, artigo 20, do Estatuto Social da EMGEA, aprovado por meio do Decreto nº 8.590, de 15.12.2015, e inciso V, artigo 142, da Lei 6.404, de 15.12.1976, após ter examinado as Demonstrações Contábeis da EMGEA e respectivas Notas Explicativas, e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis, da Proposta de Destinação do Resultado do exercício, da Proposta de Orçamento de Capital e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, conforme proposta constante do Voto CA nº 12/2016 de 28 de março de 2016.

Brasília, 4 de abril de 2016.

Ariosto Antunes Culau
Presidente

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt
Conselheira

Andrea Pereira Macera
Conselheira

Breno Einstein Figueiredo
Conselheiro

Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira
Conselheiro

9.4. Relatório de auditor independente

Ao

Conselho de Administração e aos Diretores da
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados, totalizam R\$ 664.076 mil (R\$ 760.493 mil em 31 de dezembro de 2014), e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 10.112.584 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.066.426 mil em 31 de dezembro de 2014), está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Brasília, 4 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso

Contador CRC 1SP175348/O-5

9.5. Declarações de Integridade

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

A EMGEA, em cumprimento à Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e rendas para os ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, efetuou o controle de entrega das declarações de imposto de renda - exercício 2015 / ano base 2014 de seus colaboradores, por meio do recolhimento do Formulário de Declarações de Bens e Rendas, em envelopes lacrados contendo as respectivas declarações, e do Formulário de Autorização de Acesso Exclusivamente aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, arquivados na Gerência de Gestão de Pessoas. Todos os colaboradores entregaram a declaração no prazo definido em regulamento.